



CARLOS ALBERTO OLIVEIRA

**A NOVA CAPITAL EM MOVIMENTO:
a reconfiguração dos espaços públicos em Belo
Horizonte (1897-1930)**

CAMPINAS, 2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA

**A NOVA CAPITAL EM MOVIMENTO:
a reconfiguração dos espaços públicos em Belo
Horizonte (1897-1930)**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, para obtenção do título de
Mestre em História, na área de
concentração Política, Memória e Cidade.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

OL4n

Oliveira, Carlos Alberto, 1983-

A nova capital em movimento: a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930) / Carlos Alberto Oliveira. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Urbanização – Belo Horizonte (MG) - História.
2. Espaços públicos – Belo Horizonte (MG) – 1897-1930.
3. Praças – Belo Horizonte (MG). I. Bresciani, Maria Stella Martins, 1939- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The new capital in motion: the reconfiguration of public spaces in Belo Horizonte (1897-1930)

Palavras-chave em inglês:

Urbanization – Belo Horizonte (MG) – History

Public spaces – Belo Horizonte (MG) – 1897-1930

Squares – Belo Horizonte (MG)

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Maria Stella Martins Bresciani [Orientador]

Myriam Bahia Lopes

Marisa Varanda Teixeira Carpintéro Filho

Data da defesa: 16-08-2012

Programa de Pós-Graduação: História

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA

***A NOVA CAPITAL EM MOVIMENTO:
a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte
(1897-1930)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/08/2012.

BANCA



Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani - orientadora



Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes



Profa. Dra. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

Profa. Dra. Marta Enokibara (suplente)

Profa. Dra. Josianne Frância Cerasoli (suplente)

CAMPINAS, 2012

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e a todas as pessoas que refletem criticamente sobre a organização dos nossos espaços e a vida nas cidades.

Em especial, gostaria de agradecer à Prof^a Dr^a Maria Stella Bresciani pela leitura cuidadosa e sensível e pela confiança depositada em meu trabalho. Suas intervenções, suas críticas e nossas conversas foram importantes não só para realização deste texto, mas para o amadurecimento do pesquisador iniciante que ainda sou.

Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela bolsa de estudo, essencial para realização do mestrado; a todas as instituições de pesquisa que consultei, em especial ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte pelo cuidado e generosidade com os pesquisadores que acessam sua documentação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Unicamp pelo comprometimento e aos colegas de pós-graduação pelas discussões, debates, trocas e momentos de descontração.

Agradeço às professoras Marisa Varanda Carpintéro e Myriam Lopes Bahia pelas contribuições oferecidas no exame de qualificação e pelo apoio com leituras e indicações de leitura até a defesa.

Aos meus amigos Deivison Amaral, Rafael Pereira da Silva e Vinícius Possebon Anaissi, pela amizade sincera que firmamos. Agradeço ao João Ivo Guimarães e ao Nilmar Barcelos pelas conversas, leituras e trocas preciosas, e a Sara Moreno por todo companheirismo, paciência e compreensão imprescindíveis.

Aos meus familiares, Lea Evangelista e Eva Maria, pelo carinho, e em especial aos meus pais, Regina e Aloísio, pela motivação e pelo exemplo de luta e união que são em minha vida.

“Ah”, disse o rato, “o mundo torna-se a cada dia mais estreito. A princípio era tão vasto que me dava medo, eu continuava correndo e me sentia feliz com o fato de que finalmente via à distância, à direita e à esquerda, as paredes, mas essas longas paredes convergem tão depressa uma para outra, que já estou no último quarto e lá no canto fica a ratoeira para a qual eu corro.” – “você só precisa mudar de direção”, disse o gato e devorou-o.

Franz Kafka, Pequena Fábula.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo central analisar as transformações ocorridas nos espaços públicos de Belo Horizonte entre 1897 e 1930, considerando as diferentes estratégias de gestão e intervenção que fizeram parte das políticas de uso e ocupação da cidade até a década de 1930. Para tanto, fez-se necessário delimitar conceitualmente a noção de *público* e *espaço público*, buscando refletir criticamente sobre o planejamento e a visão progressista do Estado e da Comissão Construtora da Nova Capital. Consequentemente, analisamos a gestão da cidade considerando a ação do poder público sobre os espaços urbanos e a apropriação dos espaços públicos das praças, perpassando a fala sobre o espaço em crônicas que apontaram o provincianismo e a melancolia como característica da cidade. Buscou-se aprofundar em questões relacionadas à noção de *público* que embasou decretos, intervenções e mobilizações populares; que diferenciou um determinado espaço na cidade de outro com a mesma classificação; e quais problemas essa noção carregou. A necessidade de encontrar os diversos sujeitos da cidade, não apenas afirmando a existência de uma estratificação dos grupos ou a predominância das forças do mercado na organização dos espaços, motivou a busca por uma melhor compreensão da experiência e social e cultural naquele contexto.

Palavras-chave: Urbanização, Espaços públicos, Praças.

Abstract

This dissertation had the central objective of analysing the transformations of public spaces of Belo Horizonte between 1897 and 1930, considering the different strategies of management and intervention, which were part of the public policy of use and occupation of the city until the 1930s. Therefore, a conceptual delimitation was essential with regards to the notion of *public* and *public space* aiming to reflect critically on the planning and the progressive concept of the State and of the Builders Commission of the New Capital. Consequently, an analysis of the city's management was made considering the government's agenda toward urban spaces and the appropriation of plazas, as well as chronicles that describe these spaces point to provincialism and melancholy as characteristics of the city. An analysis of issues related to the notion of *public*, which was the basis of several decrees, interventions and popular movements; which differentiated certain public spaces from each other while being categorized as the same; and which issues this notion enticed. The demand in finding different subjects of the city, not only stating the existence of group stratification or the predominance of market forces in the organization of the spaces, motivated the search for a better understanding of the social and cultural experience in that context.

Key words: Urbanization, Public spaces, Squares.

Lista de Figuras

Figura 1 - Catracas na Praça da Estação, 09/06/2012. Fonte: Arquivo pessoal.	21
Figura 2 - Piazza Del Campo, em Siena - Itália, construída no século XIV. Foto recente. Fonte: http://bit.ly/yZAf60	57
Figura 3 - Plaza Mayor, em Madrid - Espanha, construída entre 1617 e 1620. Foto recente. Fonte: http://bit.ly/wSjD73	58
Figura 4 - Place Des Vosges (Royale), em Paris/França, Construída entre 1605 e 1612. Foto recente. Fonte: http://bit.ly/yENb43	58
Figura 5 - Covent Garden, em Londres/Inglaterra, construída em 1631. Gravura. Fonte: http://bit.ly/xukJFv	59
Figura 6 – Central Park em Nova York, EUA. Fonte: http://bit.ly/zOx7j9	59
Figura 7 - Adro da Igreja Matriz em 1894. Fonte: APCBH.	60
Figura 8 – Foto tirada por ocasião da visita que fizeram aos trabalhos da Comissão Construtora o conselheiro Afonso Pena, o presidente do estado, Crispim Jaques Bias Fortes e David campista, secretário da agricultura e obras públicas (os três que estão sentados). Fonte: MHAB.	75
Figura 9 - Planta da Várzea do Marçal (São João Del'Rei), localidade escolhida por Aarão Reis para ser a nova capital do estado. Fonte: APCBH.	84
Figura 10 – Planta cadastral do extinto Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei, comparada com a planta da nova Capital. Fonte: APCBH.	88
Figura 11 – Planta geral da Cidade de Minas (1894-1895). Fonte: APCBH	89
Figura 12 – Curral Del Rei, 1894. Casa comercial à Rua do Sabará. Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.	90
Figura 13 - Residência do Engenheiro Chefe da CCNC Aarão Reis no atual Parque Municipal. Fonte: APCBH, Acervo CCNC.	92
Figura 14 - Planta Geral da Cidade de Minas Belo Horizonte, detalhe do zoneamento urbano ao centro em cor laranja, e zoneamento suburbano em verde musgo ao redor. 1895. Fonte: APCBH.	94
Figura 15 - Crescimento de prédios e dependências na zona urbana da capital Fonte: Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.	95
Figura 16 - Crescimento de prédios e dependências na zona suburbana consideravelmente superior ao índice da zona urbana da capital. Fonte: Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.	96

Figura 17 – Destaque: círculo azul para 8ª sessão urbana (Atual bairro Barro Preto), e círculo verde para 6ª e 7ª sessões suburbanas (bairros Horto, Sagrada Família e Lagoinha), com um movimento crescente para o norte na década de 1920. ____	97
Figura 18 - Acréscimo de construções na zona urbana, suburbana e rural (ex-colônias agrícolas) da capital. Fonte: Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928. _____	98
Figura 19 – Comparativo populacional entre Belo Horizonte e os municípios vizinhos. A capital aparece com 13.000 habitantes, menor número entre os municípios ao seu redor. Fonte: PANORAMA de Belo Horizonte: Atlas Histórico - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 103p _____	102
Figura 20 - Praça da Liberdade destacada em azul na planta da capital de 1895. ____	126
Figura 21 – Praça da Liberdade ajardinada em 1905. Fonte: APCBH _____	127
Figura 22 – Planta do Parque destacando canteiros, Jardins, lagos, caminhos e edificações, com representação do Ribeirão Arrudas e de praças nas esquinas externas. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. _____	128
Figura 23 - Praça do Cruzeiro destacada em azul na planta da capital de 1895. ____	131
Figura 24 - Gráfico presente na Mensagem apresentada ao conselho deliberativo pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado em 1928 sem fazer distinção entre as árvores plantadas na zona urbana ou suburbana. _____	133
Figura 25 – Praças previstas na zona urbana e na zona suburbana. Destaque para concentração de praças que deveriam ser instaladas ao longo da Avenida Afonso Pena. _____	134
Figura 26 - As principais praças, segundo o prefeito Antônio Carlos Ribeiro de Arruda: Praça Rui Barbosa (1), Praça da República (2), Praça Benjamin Constant(3), Praça da Boa Viagem (4), Praça Alexandre Stockler (5) destacadas na planta geral de 1895 _____	135
Figura 27 – Praças nas arestas do Parque Municipal, com destaque em vermelho para a quadra destinada à construção da Praça Tiradentes. Fonte: Borsagali, 2012. _	137
Figura 28 – Montagem elaborada a partir da planta cadastral de 1928 e a base de mapas Google. Destaque para as 15 praças da zona urbana. _____	138
Figura 29 - Avenida Afonso Pena - década de 1910, Fonte: MHAB. _____	144
Figura 30 – Inauguração do serviço de bondes, esquina da rua da Bahia com avenida Afonso Pena na década de 1910. _____	159
Figura 31 – Praça da república, década de 1900, ainda sem ajardinamento. Fonte: APCBH. _____	164
Figura 32 – Praça da Liberdade em 1905, após instalação de jardins. Fonte: APCBH. _	165
Figura 33 – Praça Doze de Outubro, em 1901. Cruzamento entre as avenidas Afonso Pena e Amazonas, principais avenidas da capital até os dias de hoje. Fonte: APCBH. _____	166

- Figura 34 – Praça Doze de Outubro em 1902. Avenida Amazonas a esquerda e mais adiante a Capela do Rosário na esquina com ruas Tamóios e São Paulo. Fonte: APCBH _____ 167
- Figura 35 – Instalação do obelisco “em memória aos grandes e pequenos construtores da Independência do Brasil” na Praça Sete de Setembro, em 1924. Fonte: MHAB. _____ 169
- Figura 36 – Praça Sete de Setembro, completamente reformulada em 1924, mas ainda como espaço de passagens sem ajardinamento. Fonte: APM. _____ 170

Lista de tabelas

- Tabela 1 - Mortalidade infantil em Belo Horizonte em 1901 e 1902. _____ 117
- Tabela 2 - Dados e índices da mortalidade infantil em Londres _____ 119
- Tabela 3 - Índice comparativo da taxa de mortalidade entre países europeus com os números de Belo Horizonte considerando o número de mortes para cada 1.000 habitantes. _____ 120
- Tabela 5 - Mortalidade nas principais cidades, porcentagem por 1.000 habitantes. _____ 121

Lista de siglas

- APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.
- APM – Arquivo Público Mineiro.
- CCNC – Comissão Construtora da Nova Capital.
- MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto.
- PRM – Partido Republicano Mineiro.

Sumário

Introdução	21
1. O adjetivo “público” enquanto termo político	33
1.1 <i>Público</i> para uma história política da cidade	34
1.2 Natureza, racionalidade e a noção de <i>público</i>	41
1.3 A cidade e os seus logradouros	54
1.4 <i>Praças ajardinadas</i> entre praças e jardins	66
2. Do planejado ao construído: a comissão construtora e os gestores da cidade	73
2.1 A Comissão construtora e a revista geral dos trabalhos	73
2.2 Organização territorial da nova cidade	92
2.3 Narrativa progressista nos relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo da Capital (1899-1929)	99
2.3.2 <i>Ideias políticas e interesses sociais</i>	100
2.4 Gestão da cidade	113
2.5 Gestão do espaço público	123
2.5.1 <i>Arborização</i>	125
2.5.2 <i>Praças</i>	133
3. Provincialismo e melancolia: cidade e espaço urbano nas representações literárias	141
3.1 1900 e 1910: duas décadas de espaços livres e vazios	142
3.2 1920: Contra o provincialismo e melancolia	152
3.3 Belo Horizonte na memória dos viajantes	157
3.4 Memórias literárias da exclusão	161
3.5 Paradoxo do espaço público não ajardinado	163
4. Considerações finais	173
5. Fontes	179
6. Referências	183
Anexos	189

Introdução



Figura 1 - Catracas na Praça da Estação, 09/06/2012. Fonte: Arquivo pessoal.

A Praça da Estação, que existe desde a fundação da cidade, é ponto de encontro e passagem de transeuntes dos mais diversos tipos. Em 1924 a praça foi cuidadosamente ajardinada de acordo com o projeto do arquiteto Magno de Carvalho e passou a abrigar o “Monumento à Terra Mineira”¹, uma estátua de bronze de um homem empunhando a bandeira de Minas frente ao prédio da estação. No bloco de sustentação do monumento, a inscrição em latim *Montani Semper Liberti* (A montanha sempre está livre). O espaço foi revestido em macadame e os passeios em mosaico português. Possuía adornos de mármore e um quiosque. A praça passou por diversas revitalizações, sendo a mais recente ocorrida no início de 2007 como parte das obras da Linha Verde. O nome homenageava a estação ferroviária vizinha à praça, na época, um símbolo do desenvolvimento. A praça, ao longo dos anos teve seu perímetro projetado reduzido pela metade: hoje é delimitada pela avenida dos Andradas e pelas ruas

¹ Monumento à Terra Mineira, obra em bronze de 1930, de autoria do escultor e arquiteto

da Bahia, dos Caetés e dos Guaicurus; originariamente, ela seria delimitada pelo largo à frente da estação ferroviária e pelas ruas da Bahia, dos Caetés e dos Guaicurus e seu nome oficial é Praça Rui Barbosa.

Causou polêmica e debate público em Belo Horizonte o decreto que proibia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça Rui Barbosa², que ainda permanece conhecida como Praça da Estação³. Após inúmeras manifestações e críticas, a prefeitura revogou-o a favor de um novo decreto⁴ acrescido de uma cláusula definindo valores para aluguel deste espaço público.

Nos dias de hoje, o principal argumento da prefeitura de Belo Horizonte no que diz respeito às imposições ao uso da praça – resguardar e proteger o patrimônio público – é falho por desconsiderar a relação dos cidadãos com o espaço público e a vida cultural da cidade. Artistas, religiosos, transeuntes, crianças, mendigos, ambulantes, todos compõem a imagem da ocupação da praça em diversas ocasiões.

Ações que implicam em decretos de cerceamento e controle do uso dos espaços públicos têm acompanhado a redução destes à espaços livres sem equipamentos de conforto e lazer, favorecendo a não permanência e o trânsito de automóveis. Ruas são alargadas e espaços revitalizados com o enrijecimento dos limites da sociabilidade na cidade. Praças são reduzidas e transformadas em estacionamento para carros.

Da vivacidade e latência do problema dos espaços públicos nas cidades, da sua configuração espacial, dos seus equipamentos, da incidência de políticas urbanas, surgiram questões que motivaram a pesquisa sobre os espaços públicos, em especial as praças, nas primeiras três décadas de existência da capital mineira

² Decreto Municipal Nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009.

³ Em 1923, a Praça da Estação passou a denominar-se Praça Rui Barbosa através da Lei nº 251, de 27 de setembro de 1923, embora até hoje o primeiro nome seja o adotado pelos Belo-Horizontinos.

⁴ Decreto Municipal Nº 13.961 de 04 de 2010.

(1897-1930). A configuração, reconfiguração e o controle deste tipo de espaço público, que hoje parece um vazio de importância, não seria fenômeno exclusivo da história recente da cidade de Belo Horizonte.

Direcionando o olhar para o passado, percebe-se que a noção de público age como complexificador dos espaços urbanos - assim como a noção de povo e de cidadão - e que, se os problemas de hoje relacionados aos espaços livres não são exatamente como os de ontem, para entender os fundamentos da cidade da última década, seria preciso indagar à história como ocorreu a transformação de um discurso disciplinar de longa duração relativo à configuração de espaços urbanos.

Diderot, no século XVIII, escreveu na *Encyclopédie* ou *dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* o verbete “cidade” que sugere como esta se constituiu e como se dão as transferências da autoridade e do poder, transformando a participação do povo e a ação do governo. O poder na cidade seria retirado das mãos dos cidadãos em direção a um outro, garantindo segurança e outras comodidades. Os ideais Iluministas, nesse sentido, explicariam a sujeição do povo à autoridade por meio de um voluntarismo, e os homens, por seu próprio interesse, aceitariam a subordinação ao poder e as leis da cidade.

“Povo”, no sentido posto pela *Encyclopédie*, indicaria um conjunto de cidadãos aptos à participação política e reconhecimento perante à autoridade do governo. O termo alcançaria um nível de abstração maior nos séculos XIX e XX, quando tornou-se possível compreender por “povo” um contingente de indivíduos em escalas diferentes de interação com as instituições políticas. Isso quer dizer que o “povo” se torna principal representante da “vontade geral”, entretanto nem todos os seus componentes possuiriam participação com interesses considerados relevantes para seu meio.

“Povo”, “cidadão” e “público” são três termos com funções específicas no discurso da reorganização e reordenação dos espaços das cidades. Eles

resumem experiências em contextos específicos, como a organização do Estado e a organização dos espaços. A noção de público, por exemplo, não teve uma imposição consciente para a população das cidades, mas esteve presente no discurso da cidadania mesmo sendo “público” um termo desterritorializado.

Essas questões demonstram um fato: a cidade sempre foi um local de poder conformado em uma estrutura de forças, em que seus habitantes têm na abdicação de interesses particulares a pretensa garantia dos interesses coletivos, como, por exemplo, a segurança e o bem estar. Revela ainda que o poder pode emanar do povo sem implicar que será gerido ou simplesmente influenciado por ele. O “povo” na modernidade figura como elemento indispensável e variável na leitura histórica das cidades, da política e da sociedade, mas não define tudo que é feito em seu nome. Até os dias de hoje, a idéia de “povo” por si só não define níveis de participação na produção e transformação do espaço.

Em Minas Gerais, diversos autores com contribuições importantes para historiografia sobre Belo Horizonte⁵ partem da idéia de que houve uma influência e uma apropriação de modelos europeus na concepção do empreendimento urbanístico do Estado no fim do século XIX. Tal perspectiva endossa os dizeres de que “todo o fruto de nosso trabalho e de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”⁶ e de que, conseqüentemente, as ideias aqui estariam fora do lugar⁷. Essa corrente de pensamento ainda perpassa os estudos históricos sobre o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, muitas vezes buscando justificativas para explicar

⁵ Salgueiro (1997) e Guimarães (1991) por exemplo, são autoras destacadas com produção circulante sobre Belo Horizonte que se apoiam na noção de influência, apontando como a principal delas Haussman e o projeto de Paris.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.31

⁷ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988. 169p.

o fracasso dos empreendimentos ou simplesmente o contraste entre as representações que construímos de centros urbanos como Londres ou Paris.

A noção de influência e de importação de modelos sugere a verticalização do conhecimento e a existência de passivos e ativos pré-determinados na história, como se a hierarquia de conhecimentos prevalecesse sobre a produção e circulação de ideias urbanísticas. As analogias em relação ao continente europeu ou aos Estados Unidos, construídas para explicar as possíveis causas dos nossos problemas urbanos, ainda não foram completamente superadas. Ainda há muito para entendermos como tem se dado a meta-teorização dos processos históricos da urbanização da América Latina, sobretudo no Brasil, tendo em vista a busca de explicações externas ao desenvolvimento interno. Para tratar dos espaços públicos em Belo Horizonte, neste trabalho buscou-se alinhar a uma outra perspectiva analítica, a que descarta a noção de influência ou de importação de modelos como simples redução dos fundamentos construtivos constitutivos das ideias urbanísticas.

Muito se produziu sobre a história urbana da Capital Mineira considerando os modelos europeus, causando impacto sobre a compreensão da sua criação e transformação em uma amplitude que poderia considerar as características sociais, culturais e políticas locais. Sua criação e seu desenho em forma de grades sobrepostas causou grande impacto em Minas Gerais por apresentar uma configuração de espaço distinta no Estado. Este impacto, evidenciado nos documentos da época, revelou a complexidade do fenômeno urbano em sua totalidade, importante para distinguir as realidades de espaços e tempos diferentes dentro ou fora do país, revelando que não há modelo que se sustente por completo em espaços e tempos distintos. A ideia de que a nova capital foi inaugurada com empréstimos, critérios e técnicas europeias comumente

desconsidera a força com que as ideias sobre configuração, saneamento e controle do espaço e de seu crescimento circulavam pelo mundo⁸.

Outro ponto importante para os rumos tomados nesta pesquisa é que a construção de Belo Horizonte não foi uma tentativa de esquecer o passado colonial, mas um processo de modernização que incorporou a tradição e o passado no discurso do “mineiro reservado” que tentou escolher, com muito apreço, o melhor dos caminhos para o progresso e o melhor do que o desenvolvimento poderia oferecer. A idéia de superar o passado é tratada aqui com o cuidado de deixar em aberto os problemas e as disparidades dos discursos analisados, com propósito de desvendar os conflitos que estão relacionados à organização do espaço urbano.

Os trabalhos desenvolvidos sobre a cidade, numa perspectiva histórica, visaram a arquitetura em dois vieses: o público e o privado. O primeiro, destacado pelas fachadas e edifícios (como os assinados por arquitetos renomados)⁹; o segundo como um *link* entre a arquitetura domiciliar e a história dos habitantes¹⁰. Tal perspectiva deixou escapar as áreas livres enquanto registro histórico de uma dimensão social da vida na cidade. Foram poucos autores que abriram as janelas dos edifícios para olhar a rua e tentar entender a relação entre os espaços que

⁸ Gorelik afirma que as histórias tradicionais de Buenos Aires no fim de século apontam uma cidade europeia que se modernizou com empréstimos e infraestrutura britânica, com critérios urbanos franceses e com construtores italianos. Essa perspectiva, embora tratada como incontestável, é inútil na visão do autor, já que não permitem entender a peculiaridade de “uma cidade e sociedade que está longe de ser uma versão degradada, incompleta ou paródia de ‘modelos originais’” e que “a noção de influência própria questão que deve ser colocada em questão”. GORELIK, Adrián. **La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires 1887-1936**. Buenos Aires: Editorial UNQ. 2010, p.28.

⁹ Ver Noronha (1999).

¹⁰ Ver os trabalhos de Julião (1996) e Lemos (1994).

compõem a cidade¹¹. Se os espaços livres da cidade – ruas e praças – não são o lugar ideal da profusão da técnica arquitetônica, que por muitas vezes alimentou-se de edificações monumentais, eles se destacaram por indicar acesso e movimento.

Esta pesquisa, portanto, tem como proposta principal buscar o entendimento da noção de “público” enquanto termo político que perpassou o planejamento, a gestão e o uso/apropriação do espaço urbano da capital mineira entre 1897 e 1930. Tentamos destacar nesse processo a transformação das praças públicas em Belo Horizonte nas suas três primeiras décadas.

Compreender a especificidade do termo “espaço público” e sua utilização em outro momento histórico é importante para entender como o espaço construído e apropriado está sobreposto por camadas de discurso e de concepções de sociedade e de sociabilidade. Ao investigar a noção de público, buscamos estas camadas que se sobrepõem à cidade.

Em muitos casos, encontramos nos estudos urbanos o espaço público referindo-se a um espaço neutro, relativo a um bem comum indefinido. Ruas e praças - espaços livres -, não costumam ser consideradas mais do que espaços vazios em planos urbanos. Desconsideram que ruas e praças possuem um significado importante de sociabilidade e carregam consigo as afetividades, lembranças, histórias e traduzem as marcas das relações do habitante com a cidade.

A cidade, por ser um corpo pulsante, onde o fluxo e a circulação são prioritários, tem seus parâmetros para o público e para o privado redefinidos desde o século XIX, tornando-se “um lugar saturado de significações acumuladas através

¹¹ É importante mencionar a dissertação de mestrado de Junia Marques Caldeira (1998) que tratou da Praça da Liberdade em Belo Horizonte deixando contribuições para os estudos que têm as praças públicas como tema central.

do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.”¹²

Não buscaremos aqui abordar dicotomias, sobretudo *público/privado*. No entanto, percebe-se a preponderância do privado e do edificado ao se estudar as cidades e seu desenvolvimento urbano, assim como já foi na relação indivíduo/multidão. Multidão entendida aqui a partir do trinômio *progresso, fascínio e medo*, como abordado por Bresciani sobre máquinas, multidões e cidades: “o estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido.”¹³

O ponto de partida para esta pesquisa se consolidou na percepção da noção de “público”, perpassante pelo planejamento, gestão, intervenção e apropriação de lugares públicos em Belo Horizonte. Ao refletir sobre a noção de público também foi constatado que a produção de um estranhamento em relação ao universo urbano que estava se consolidando possuía efeitos diferentes, em escalas diferentes da vida social. Investigar a complexidade do termo “público” passou a ter importância significativa para a busca da compreensão do que se pode confirmar como espaço público em determinado momento da história de Minas Gerais e de sua nova Capital nos fins do século XIX e início do XX.

No início do governo republicano, a necessidade de firmar o progresso e o desenvolvimento como metas tornou a cidade um catalisador de ambições políticas. Contudo, como a cidade que se reinventa nada mais é do que uma

¹² BRESCIANI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, p.237.

¹³ Id., Metrôpoles: As Faces do Monstro Urbano (A Cidades no Século XIX). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Editora Marco Zero, 1984/85, v. 5, nº 8/9, p.38.

invenção do homem, nela tentaremos buscar o sentido e a organização da vida humana em diferentes escalas.

Nesse caso, um problema de escala entre ordem local e regional pode ser destacado: o quadro político e econômico do Estado de Minas Gerais e sua necessidade de reafirmar-se no páreo do desenvolvimento. Se o homem cria a cidade e a cidade se reinventa, transformando o próprio homem, não causa estranhamento o discurso republicano que esboça um homem e uma sociedade ideal a partir de uma cidade idealizada, como foi o caso de Belo Horizonte.

A reflexão, que se deu a partir de problemas levantados na interpretação histórica do desenvolvimento urbano no Brasil, forçou uma releitura crítica da produção bibliográfica sobre Belo Horizonte na tentativa de avaliar o peso da cultura política e social na transformação morfológica da cidade. Muito se produziu sobre a capital mineira a partir das comemorações do centenário da cidade, mas com pouco enfoque na constituição do público ou de “espaços públicos”. A manutenção dos espaços públicos esteve alinhada à necessidade que se tinha de construir e de preservar uma imagem de cidade moderna, como veremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

O espaço público é importante na leitura de conflitos e tensões sobre o espaço urbano, assim como sobre a construção de sensibilidades e sentidos. Transformar uma praça em um símbolo político, com ocorrido na Praça Doze de Outubro, que se tornou Praça Sete de Setembro em 1922, ou inaugurar um lugar simbólico para o poder do Estado, como a Praça da Liberdade, foram maneiras de referenciar o espaço no universo político e social da vida urbana.

Ao pensar historicamente o desenvolvimento das cidades, levando em conta a trajetória daqueles que fizeram parte de um circuito de ideias técnicas e científicas, fez-se necessário olhar cuidadosamente para as Fontes da comissão construtora e da administração pública municipal da Capital de Minas. O primeiro engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Leal de Carvalho Reis, deixou evidente em seus documentos que sabia o quanto o

conhecimento dos avanços técnicos do urbanismo no mundo poderiam auxiliar as obras da Nova Capital. Tentaremos expor como a gestão da cidade pelos prefeitos também se beneficiou com a análise de situações em outros centros urbanos do país e do exterior.

Com o objetivo de entender as projeções relativas a construção da Nova Capital de Minas Gerais, partiu-se de uma incursão sobre a maneira como o plano da Nova Capital foi transformado ao longo das três primeiras décadas e da sua gestão urbana e alinhamento em relação a fatores sociais, culturais e políticos. Concordamos que planejamento e gestão não devem ser tratados como conceitos iguais, pois possuem referências temporais distintas

Segundo Souza¹⁴, “planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional.”¹⁵ Essa orientação ao futuro marca a ambição pelo progresso e pelo desenvolvimento no Estado e nas ações da Comissão Construtora. Gestão, em contrapartida, remete ao presente: “gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.” Nesse sentido, é na administração dos recursos e das necessidades imediatas da Nova Capital que buscamos reconstruir o processo histórico, considerando os acordos e os conflitos em relação ao plano da Comissão Construtora durante as três primeiras décadas.

Para tanto, fez-se necessário delimitar conceitualmente a noção de espaço público. Isso possibilitou refletir criticamente sobre o planejamento e sobre a visão progressista do Estado e da Comissão Construtora da Nova Capital.

¹⁴ SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.46.

¹⁵ Embora Souza (2010) esteja referindo-se à planejamento urbano como componente do urbanismo enquanto campo disciplinar no século XX, entendo que a reflexão sobre o planejar enquanto ato preventivo pode ser importante para pensarmos a organização das ideias técnicas e do conhecimento em torno da construção de Belo Horizonte.

Consequentemente, analisamos a gestão da cidade considerando a ação do poder público sobre os espaços urbanos e a apropriação dos espaços públicos das praças através da fala sobre o espaço em crônicas que apontam o provincianismo e a melancolia como característica da cidade.

No primeiro capítulo investigamos a noção de público para entender a fala de planejadores e de gestores sobre o espaço urbano, sobretudo do espaço público. Considera-se a importância dada à semântica dos conceitos e sua abordagem em camadas de temporalidade sugeridas por Reinhart Koselleck¹⁶, mas faremos também uma breve incursão à filosofia de Jürgen Habermas¹⁷ e de Hannah Arendt¹⁸, e ao estudo do sociólogo Richard Sennett¹⁹, para entendermos a transformação do termo. Percorremos dois dicionários editados no século XIX e buscamos compreender as demais Fontes para operar sobre a dimensão do termo “público” no contexto brasileiro.

O segundo capítulo tem como principal objetivo analisar a atuação dos planejadores e dos gestores da capital, considerando as interlocuções entre saber, técnica, ciência e política. As Fontes principais foram a Revista da Comissão Geral Construtora da Nova Capital, de 1895, e os relatórios de prefeitos apresentados ao conselho deliberativo do Estado entre 1899 e 1930. É a partir dessas duas categorias de documentos que analisaremos o planejamento e a gestão na história de Belo Horizonte.

O terceiro capítulo trata de aspectos sensíveis observados na imprensa de Minas Gerais e de Belo Horizonte, partindo de uma tensão entre tradição e

¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006. 366p.

¹⁷ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

¹⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.

¹⁹ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.

modernidade. Em vista da recorrência das referências em relação à Belo Horizonte como melancólica e provinciana, optou-se por investigar a apreensão sensível da cidade, sobretudo dos seus espaços públicos.

De tal maneira, buscamos nos ater à questões como qual seria a noção de “público” que embasou decretos, intervenções e mobilizações populares; o que diferenciou um determinado espaço na cidade de outro com a mesma classificação; e quais problemas a noção de público carregou neste caso específico. Isso levando em consideração a necessidade de encontrar os diversos sujeitos da cidade, não apenas afirmando a existência de uma estratificação dos grupos ou a predominância das forças do mercado na organização dos espaços, mas buscando a experiência e social e as leituras feitas no seu próprio contexto.

1. O adjetivo “público” enquanto termo político

O contraste entre a população urbana das cidades tradicionais e entre a população que se organizou nos limites da nova Capital não fizeram com que a noção de “público”, tal como entendemos hoje, tornasse-se uma imposição consciente para a sociedade mineira na virada do século XIX/XX. Prevaleceu a referência ao bem comum e à coisa pública sob domínio das elites que compunham o quadro político da cidade. Entretanto, a noção desterritorializada de “público” sofreu lenta transformação ao longo das primeiras décadas da capital. Na década subsequente à inauguração de Belo Horizonte (1897), a noção dominante de “público” entre as elites de intelectuais e empreendedores que compunham o quadro político da cidade era particularista patrimonialista. No entanto, uma noção alternativa de “público” ganha corpo nas primeiras décadas de existência da jovem capital – noção pautada pela distinção entre “público” e “privado” e pela definição dos limites da “publicidade”, “identidade” e “intimidade”.

Ao falar de público nesse contexto, não deixamos de sinalizar o bem comum e a coisa pública, mas consideramos os limites expressos de participação e engajamento na vida social. O sentido do termo agregado à ideia de espaço, como trataremos adiante, não reúne os mesmos valores políticos nem faz referência as mesmas condições de acesso ao que consideramos público nos nossos dias. As praças públicas são referenciadas e reconhecidas pelo seu valor simbólico quando são importantes para vida cívica e cultural e pela constituição funcional atribuída pela urbanística moderna que almejava o progresso e desenvolvimento.

No projeto da capital, a praça pública se configurou como espaço coletivo multifuncional. Suas funções foram estabelecidas a partir da necessidade de administrar o espaço, o movimento de indivíduos, as mercadorias e a disposição de serviços. Os limites espaciais, que em tempos mais remotos estavam ligados às tradições culturais de comunidades, nesse caso, tornaram-se vestígios de

ambições políticas, econômicas e sociais nas cidades projetadas que buscavam se consolidar ao confrontar o passado com novos traçados urbanos e reorganização política.

Nesse sentido, compreendo que a praça pode ser pensada em três termos: como espaço público, intervalo entre limites no território urbano, sendo acessível e de usufruto comum; como lugar de uma esfera pública, que também pode significar extensão do poder do Estado, da autoridade e da influência; e como lugar de uma vida pública, considerando o comportamento dos cidadãos.

Não é só o que se faz *na* cidade, enquanto "palco de ações humanas", que deve ser pensado enquanto problema histórico. O que se faz *com a* cidade também reverbera valores, ideias e complexas relações sociais. Nas primeiras décadas da Capital, as praças foram reduzidas em quantidade e sofreram alteração no desenho e na toponímia. Contudo, neste capítulo, tentaremos nos ater à seguinte questão: o que necessariamente define “público”, enquanto adjetivo político no contexto em questão e qual a implicação do termo “público” na referência ao espaço urbano em Belo Horizonte?

1.1 Público para uma história política da cidade

A definição de “público”, enquanto adjetivo político, parte da compreensão das mudanças no significado dos termos “público” e “privado”. A discussão sobre público e privado nos remete à Antiguidade Clássica, perpassando pelo pensamento grego. Em “público”, acumulam-se experiências e expectativas referentes à vida em sociedade de diferentes povos. Para fundamentar nossa exploração semântica, foram usados como referencial trabalhos de autores como Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Robert Sennett. Em *A condição Humana* (2001), Hannah Arendt compreende o sentido filosófico das duas esferas na antiguidade clássica. O filósofo alemão Jürgen Habermas, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), compromete-se a explorar a categoria “esfera pública” no campo da política enquanto uma categoria histórica. Richard Sennett, por sua vez,

funda sua análise na história social, tratando das mudanças no comportamento público para compor *O Declínio do Homem Público* (1988), obra na qual tenta expor uma reversão histórica do domínio público pelo privado.

Embora a origem do termo remonte à Antiguidade Clássica, foi em Roma que a concepção de público ganhou um significado próximo ao atual. Ao longo de toda Idade Média, foram transmitidas as categorias de público e de privado pelas definições do Direito Romano: a esfera pública como *res publica*. Entretanto, já no período moderno, em meio aos avanços da sociedade industrial, a versão romana do conceito sofre grande modificação, principalmente ao longo do século XIX, conferindo novo sentido ao termo “público”.²⁰

Arendt e Habermas revelam como a racionalidade técnica se tornou influente sobre a ação (praxis) política e sobre a ação comunicativa. A fala dos dois autores não é uníssona quanto aos rumos da esfera pública na sociedade contemporânea. De acordo com o pensamento de Arendt, na antiga cidade-estado grega a associação entre pessoas era entendida como característica natural, ou seja, ação biológica inerente a todos os animais e em oposição à capacidade humana de organização política. A vida pública na *polis* teria se desenvolvido através da prática política, caracterizada pela praxis e pelo discurso (*lexis*), que constituem uma forma de convencimento ou de persuasão por meio da retórica. A vida privada, por sua vez, seria intrínseca à família e se apoiaria na hierarquia e no autoritarismo, sendo a violência uma característica própria de sua organização. Ordenar ao invés de persuadir - essa seria a primeira grande diferença entre essas esferas, fundamentando a ideia de que a liberdade só poderia ser alcançada no âmbito político.²¹

²⁰ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.

²¹ Id., Op. Cit.

Os termos “público” e “privado”, nesse sentido, transformaram-se no mundo moderno através do desenvolvimento da vida social diferenciando-se da cultura dos gregos - na qual a vida privada foi representada pelo domínio familiar que se opunha à vida pública, caracterizada pela vida política. Para Arendt, a “privatividade” moderna e individualista não caracterizava a oposição à esfera política, mas, sim, a uma esfera social que viria a se estabelecer. Se o privado foi potencialmente individualista, como afirmou Arendt, o redimensionamento da esfera social e a consequente definição do espaço público foram caracterizados pela substituição da ação em favor do comportamento, baseado em regras da sociedade que visavam abolir as ações espontâneas dos homens, ou a sua espontaneidade.

A análise de Hannah Arendt deixa evidente sua identificação com o sentido grego de ordenação da polis, e é nele que a autora busca o significado da política. Para a filósofa, a principal consequência da transformação das esferas pública e privada na sociedade moderna seria a indistinção entre as duas. Arendt denuncia que a esfera pública como lugar da práxis política, espaço para debates e discussões “entre pares”, foi subvertida com a invasão de ações e de interesses que dizem respeito exclusivamente à esfera privada. A praxis política perdeu seu caráter essencialmente público de acordo com o raciocínio da autora. A distinção entre *vida privada* e *vida pública*, nesse sentido, corresponderia à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado. Remetido a fenômenos correlatos, porém diferentes, o termo “público” teria seu significado fundamentado na ação, já que tudo que viria a público poderia ser visto e ouvido por todos (o contrário do que seria em sociedades posteriores quando a aparência seria o principal constitutivo da sociedade)²².

²² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.

Ao se referir à era moderna, Arendt considera “público” como o espaço potencial da aparência entre homens que agem e que falam. Embora a autora relate um erro comum de interpretação e equacionamento das esferas políticas e social, a esfera social não seria nem pública nem privada, “mas um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional”.²³ A esfera social pode ser interpretada como a extensão do universo familiar, sendo por definição da autora, nesse contexto, sociedade como conjunto de famílias organizadas “de modo a constituíres o fac-simile de uma única família sobre-humana” cuja forma política de organização seria denominada “nação”.²⁴

Se para Arendt a era moderna teria como característica a transposição dos interesses privados para a esfera pública, e toda essa transformação refere-se à falência da esfera pública com a dissolução da práxis política, para Habermas²⁵ a transformação da esfera pública é definida como mudança estrutural que perpassa a ação comunicativa. Diferentemente de Arendt, o filósofo centrou sua análise na esfera pública burguesa - surgida em consonância com a expansão do capitalismo financeiro e mercantil e com o desenvolvimento de novos meios de troca de informação.

Habermas destacou que o arranjo de forças entre nobreza e clero que esteve na origem do processo de centralização político-administrativa dos Estados modernos alijou a participação política da sociedade civil burguesa. A burguesia, que detinha poder econômico, reivindicou espaço e participação política nas decisões que correspondiam aos seus interesses. Foi assim que os burgueses

²³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 37.

²⁴ Id., Op. Cit, p.38.

²⁵ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

começaram a se reunir e discutir em espaços seletos as decisões do governo, no contexto em que surgiam os cafés literários ingleses e os salões franceses.

A esfera pública em Habermas define-se como conceito precioso para a compreensão da sociedade burguesa, que reivindicava para si uma área comum de interesses não referentes a toda uma sociedade, mas, sim, ao próprio interesse burguês. De acordo com o filósofo,

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias do trabalho social.²⁶

A esfera pública burguesa teria bases em uma esfera pública literária ampliada com o desenvolvimento da imprensa, com os grupos e salões de leitura para qual a consciência de si e a consciência institucional seriam determinantes. Sendo assim,

Em ambos se forma um público de pessoas privadas, em que a autonomia, baseando-se na propriedade privada, busca representar-se, enquanto tal, na esfera da família burguesa realizar-se interiormente no amor, na liberdade, na cultura – em suma: enquanto “humanidade.”²⁷

Os cafés e os salões eram considerados por Habermas como espaços públicos entre o Estado e a economia para uma esfera pública burguesa que buscava a livre discussão e interação consensual. A ação comunicativa, base do argumento de Habermas, teria como pré-requisito a compreensão de normas e de valores da burguesia, assim como seus interesses em relação ao Estado e à sociedade. A decadência da esfera pública, nesse contexto, teria sido a abertura

²⁶ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 p. 41.

²⁷ Id., Op. Cit, p. 68.

dessa esfera a amplos setores da sociedade, a interferência estatal e a influência da mídia.

Para Habermas, a sociedade contemporânea deveria vivenciar uma mudança de paradigma, não mais pensando o sujeito isolado, detendo a ação social, mas nas mediações linguísticas e na ação comunicativa em sociedade. Nos dois filósofos, entretanto, percebemos a descaracterização da esfera pública motivada por fatores como a depreciação das esferas políticas e da ação, prevalecendo a racionalidade moderna sobre a ação comunicativa em Habermas ou a transformação e a sobreposição do comportamento sobre a *práxis* para Hannah Arendt.

Habermas chama a atenção para o uso do adjetivo “público” e sua possibilidade de múltiplas composições com significados diversos. Comumente nos referimos a “público” em oposição à ideia de “privado”, do latim *privatus*, que indica o particular, restrito, o que não pertence ou se submete ao estado e às coisas comuns. O filósofo aponta diversos usos do termo em diferentes fases históricas e em sua aplicação sincrônica sobre relações da sociedade burguesa industrial tardia e organizada sócio-estatalmente:

Chamamos de “públicos” certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas. Mas já falar de “prédios públicos” não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam ser liberados à frequência pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos. O Estado é o “poder público”. Eles devem o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum à todos os cidadãos. – A palavra já tem um outro significado quando se fala de uma “recepção pública”; em tais ocasiões, desenvolve-se uma força de representação, em cuja “natureza pública” logo entra alguma coisa de reconhecimento público.²⁸

²⁸ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.14.

Nesse sentido, em relação ao estado, o termo público é dotado de conotação política que amplia o entendimento para além do sentido de acesso ao domínio comum, já que

“público” torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à “corte” representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força. O poderio senhorial transforma-se em “polícia”; as pessoas privadas, submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder, constituem um público.²⁹

A esfera pública para Habermas seria definida por ideias circulantes a partir de um grupo social cujos interesses são expressos em nome da sociedade. Público, nesse sentido, não se refere a toda a sociedade, mas a uma classe cujos interesses particulares são evocados enquanto interesses comuns.

Segundo Richard Sennet³⁰, em meados do século XVIII o termo “público” teria sido afetado pelo crescimento das cidades, passando a ter um sentido coerente com as especificidades da vida urbana. Esse crescimento contribuiu para o esvaziamento do domínio público no espaço urbano, sendo esse impulsionado pela visão intimista de mundo e na crença de falta de sentido de tal domínio:

Assim como no comportamento, também na crença os cidadãos das capitais do século XVIII tentavam definir tanto o que era a vida pública quanto aquilo que ela não era. A linha divisória entre vida privada e vida pública constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade – encarnadas pelo comportamento público, cosmopolita – eram confrontadas com as exigências da natureza – encarnadas pela família. Os cidadãos viam conflito entre essas exigências; e a complexidade dessa visão residia no fato de que se recusavam a preferir uma em detrimento da outra, mantendo ambas em estado de equilíbrio. Comportar-se com estranhos de um modo emocionalmente satisfatório, e, no entanto,

²⁹ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.33.

³⁰ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.

permanecer à parte deles, era considerado em meados do século XVIII como um meio através do qual o animal humano transformava-se em ser social.³¹

1.2 Natureza, racionalidade e a noção de *público*

A tentativa de explicar o mundo e o homem, assim como a necessidade de superar a natureza e o universo místico, entre os séculos XVI e XVIII, culminaram em um racionalismo ordenador e prescritivo dos cenários urbanos que se desenvolviam.

A cisão assinalada entre “ordem humana” e “ordem natural”, ocorrida a partir do período renascentista, contribuiu para a formação de uma nova imagem da natureza, composta pelo desconhecido, pelo apreciável e pela necessidade de exposição e entendimento; “imagens da natureza como “engenho”, “máquina”, “autômato”, cujos mecanismos devem ser *expostos*, comuns a inventores e descobridores”³².

O historiador inglês Keith Thomas afirma que esse processo intensificou o interesse pelo mundo natural, e também aumentou as “dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquilo que recebemos como herança em forma amplificada”³³. A diferenciação entre homem e animal, com a inferiorização deste último também é marca do comportamento humano caracterizando o que o autor chama de singularidade humana, com a teologia da época sendo invariavelmente responsável como alicerce moral para o predomínio humano sobre a natureza no início do período moderno.

³¹ LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p.33.

³² Id., Op. Cit, p.18.

³³ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

Sendo a razão a referência para o entendimento do mundo, a partir do Renascimento a natureza passou a ser entendida como propriedade do homem e objeto exploratório, como bem observou Madel T. Luz:

Com o Renascimento, pode-se dizer que se constitui o objeto *Natureza*, prioritário epistemologicamente e politicamente para a organização da história moderna, na medida em que é o “Reino Natural” desvendado, explicado e explorado que o “homem” retirará riqueza e poder concentrados como até então não conseguiria fazer, apesar de tentativas imemoriais.³⁴

Consequentemente, a natureza tornou-se, também, objeto exploratório para o entendimento do mundo e das coisas, assim como do próprio homem. O natural não mais como casual e a natureza não mais como divindade, como representação feminina do inevitável e do incompreensível. A ciência assumiu um papel preponderante “como forma de conhecimento privilegiado na ordenação da história e da vida em todas as suas manifestações”³⁵. Os séculos XVII e XVIII foram cruciais para a racionalidade moderna, cuja preponderância da ciência, do método e da técnica foram fundamentais para intervenção na vida humana e nos espaços construídos.

A emergência de um comportamento público no século XIX, distinto do século anterior, estava relacionado à dinâmica industrial nos centros urbanos. Segundo Choay³⁶, “a sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais e grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais”.

A Revolução Industrial foi, sem dúvida, um marco para a transformação urbana e dos aspectos culturais e sociais nela inseridos. O período revelou

³⁴ LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p.24.

³⁵ Id. Op. Cit, p.24.

³⁶ CHOAY, Françoise (autor). **O urbanismo: utopias e realidades**: uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.1.

processos como o crescimento populacional, diretamente ligado à mecanização dos sistemas de produção e ao incremento de novas técnicas de trabalho. A organização científica do trabalho foi responsável por grandes transformações na distribuição espacial, na distribuição de capital e na organização da sociedade, passando a estabelecer novas relações com o espaço físico das cidades.

Além disso, crescimento urbano e industrial também estaria ligado à formação de periferias urbanas e à consequente diminuição da qualidade de vida. Esse crescimento representava um maior número de pessoas em menos espaço, possibilitando a disseminação de doenças e epidemias. No século XIX surgem as primeiras leis sanitárias, entre outros países, na França, na Inglaterra e na Alemanha em função das condições insalubres agravadas nos centros urbanos. Não foi só pelo viés da saúde pública que a sociedade se transformou e passou a se preocupar com a organização dos espaços da cidade. Essas condições também eram vistas como empecilhos à educação e ao desenvolvimento moral da sociedade, e esta preocupação tornou-se aspecto importante na transformação dos espaços, figurando como justificativa ao emprego de equipamentos urbanos de segurança, alargamentos de ruas, delimitação de espaços sociais. Nesse período, as ações urbanísticas foram constantemente associadas a argumentos técnicos e ideológicos - como a manutenção da saúde e a transformação do cidadão - com avaliações limitadas dos espaços geográficos e das forças sociais que o ocupam. A abertura de parques públicos e a criação de jardins também compunham essas medidas por serem essenciais para a cidade salubre.³⁷

³⁷ Françoise Choay (2005) chama de progressista o pensamento que antecedeu o urbanismo enquanto disciplina e cita pensadores políticos como Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon que tinham em comum a mesma concepção do homem e da razão. A autora destaca que: “Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela idéia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar. Essas premissas ideológicas permitirão que chamemos de

Houve mudanças na maneira como o público e o privado se estabeleceram nas cidades modernas. A vida social foi racionalizada de tal forma nos grandes centros que uma vida pública tornara-se pressuposto da vida urbana em detrimento da reclusão familiar, característica das províncias medievais. A cidade do século XIX afetou a sociedade através da sistematização da produção, interferindo diretamente no modo de vida dos seus indivíduos. O comportamento do indivíduo nesse período teve de se adequar às atividades urbanas, que impuseram um movimento assíncrono em relação à natureza. A rotina diária de trabalho, com os horários de ir e vir, estaria em pleno compasso com o fluxo contínuo de mão-de-obra e mercadorias nas grandes cidades desse período.

Os trabalhadores assimilariam a materialização do tempo. Segundo Thompson, eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. “Teriam aprendido muito bem sua lição, a de que tempo é dinheiro”³⁸. Por meio de tudo isso, formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo. Thompson afirmou que a propaganda do uso econômico-do-tempo continuou a ser dirigida aos trabalhadores durante todo século XIX, e situa a internalização da disciplinarização do tempo dentro da evolução da ética puritana, onde prevaleceu a pregação da diligência e a crítica moral da ociosidade³⁹.

progressista o modelo que inspiram.” CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades: uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 8.

³⁸ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.294.

³⁹ Em uma passagem instigante, Thompson deixa uma importante reflexão sobre a disciplinarização do tempo em prol do trabalho, assim como a separação entre vida e trabalho e o problema do lazer: “Espera-se que eles tomem cuidado com modelos convenientes e manipuladores, que apresentam as massas trabalhadoras apenas como uma força inerte de trabalho. E surge também nos países industriais avançados a percepção de que esse deixou de ser um problema situado no passado. Pois estamos agora num ponto em que os sociólogos passaram a discutir o “problema” do lazer. E uma parte do problema é: como o lazer se tornou um problema? O puritanismo, com seu casamento de conveniência com o capitalismo industrial, foi o agente que converteu as

Thomas ao analisar a sociedade inglesa destacou o período entre 1500 e 1800 por uma série de transformações na maneira como homens e mulheres de todos os níveis sociais percebiam e compreendiam o mundo natural ao seu redor, com o surgimento de novas possibilidades de relação com os animais, plantas e paisagem. Thomas chama atenção para uma questão importante às formações urbanas no século XIX: o lugar do homem na natureza, rediscutido e repensado socialmente entre o surgimento de novas sensibilidades e novos fundamentos materiais.⁴⁰ Ao pensar esse lugar do homem na natureza, a importância do meio na formação do indivíduo e da sociedade passa a ser interrogada por técnicos, e problematizada no momento de organização dos espaços urbanos.

No século XIX, uma característica das estratégias de planejamento e intervenção urbana foi o seu alinhamento em relação a fatores de ordenação social, pautadas, principalmente, pelo trabalho e divisão de classes. A organização dos centros urbanos passou a incluir a atenção de profissionais como médicos sanitaristas - e não somente de arquitetos e urbanistas⁴¹. O urbanismo, como

peças as novas avaliações do tempo; que ensinou as crianças a valorizar cada hora luminosa desde os primeiros anos de vida; e que saturou as mentes das pessoas com a equação “tempo é dinheiro”. Um tipo recorrente de revolta no capitalismo industrial ocidental, a rebeldia da boêmia ou dos beatniks, assume frequentemente a forma de zombar da premência dos valores de tempo respeitáveis. E surge uma questão interessante: se o puritanismo era uma parte necessária do *éthos* do trabalho que deu ao mundo industrializado a capacidade de se libertar das economias do passado afligidas pela pobreza, a avaliação puritana do tempo começa a se deteriorar quando se abrandam as pressões da pobreza? Já está se deteriorando? As pessoas vão começar a perder aquela premência inquieta, aquele desejo de consumir o tempo de forma útil, que a maioria leva consigo assim como usa um relógio no pulso?” THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 302.

⁴⁰ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.18.

⁴¹ Esses profissionais, segundo Bresciani, “eram vistos como pioneiros de um mundo novo e, mais ainda, seu trabalho estaria baseado na pesquisa estatística e na eficiência técnica”. Por isso o trabalho na organização dos centros urbanos tornara-se uma prioridade social, aproximando diversas áreas profissionais do urbanismo e da arquitetura.

disciplina de caráter reflexivo, crítico com pretensa cientificidade, surge nos fins do século XIX, mas na busca de resolver problemas já instaurados no começo do mesmo século⁴². O urbanismo moderno, predominante na América do Norte e Europa, valorizava a técnica e entendia o meio ambiente como agente transformador dos indivíduos, em que o “espaço técnico e planejado da arquitetura moderna também deverá, da mesma forma que a natureza, influir na formação dos cidadãos”⁴³.

As cidades do século XIX tenderam a uma organização e distribuição espacial que privilegiasse escalas nas quais a burguesia comumente se instalaria em localizações privilegiadas, tanto para manutenção dos negócios quanto para vida social. O trabalhador das camadas mais baixas, bem como toda a parcela da sociedade que se encontrava fora dos altos padrões sociais, tornava-se figura marginalizada e excluída das diferentes centralidades do meio urbano.

A arquitetura funcional e as ações urbanísticas estiveram relacionadas à ideia de que “bastava produzir um novo espaço urbano para que surgisse uma nova ordem social”⁴⁴. As cidades possuiriam uma missão civilizatória, e o espaço urbano planejado seria precedente e/ou determinante de uma sociabilidade ideal, fundada na ordem e no progresso como missão. Nesse sentido, o que antes era a supressão dos valores individuais na vida social da cidade antiga inverteu-se à

BRESCIANI, M. E. **A cidade**: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N2, Nov. 2004, p. 24.

⁴² CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades - uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 350p.

⁴³ CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho**: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo-1917/1940). Campinas: UNICAMP, 1997, p.46.

⁴⁴ LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Natureza e participação social: uma nova estética para o desenho urbano. In.: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). **Imagens Urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1997, p. 240.

impessoalidade da vida urbana moderna, retratada por Luciana Andrade⁴⁵ como “a transformação dos espaços públicos em espaços de circulação e não mais de interação”.

O espaço público, ou espaço comum, no contexto das transformações urbanas dos séculos XVIII e XIX, seria moldado pelas transformações na vida do homem moderno. A relação íntima entre sujeito e objeto traduziu-se na relação entre homem e espaços urbanos na medida em que para cada novo espaço ressignificado haveria um padrão de comportamento correspondente.

Esses espaços públicos compõem as cidades, embora na modernidade as formas de apropriação, os usos e os significados foram amplamente diversificados. O cidadão moderno buscou, paradoxalmente, conviver menos com os resquícios das tradições dos antigos regimes preservando um antidogmatismo e um ceticismo relacionados ao processo de expansão capitalista. Por isso os diferentes aspectos da sociabilidade no meio urbano são importantes objetos de estudos históricos se expressam na configuração dos espaços públicos da cidade, como é possível perceber no projeto da nova capital de Minas.

Partindo dos dicionários do Padre Rafael Bluteau ⁴⁶ reformado e acrescentado por António de Moraes Silva (século XVIII) e Luiz Maria da Silva Pinto⁴⁷ (Século XIX), uma breve reflexão sobre o adjetivo “público” pode servir de auxílio para uma investigação acerca da semântica da palavra enquanto categoria política na América Portuguesa. Os dois dicionários não apresentam nenhuma grande variação de entradas, e ambos referem-se a público enquanto comum,

⁴⁵ ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004, p.33.

⁴⁶ BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza**, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

⁴⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua Brasileira por..., natural da provincia de Goyaz**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

relativo ao uso de todos - sendo que o dicionário reformado por António de Moraes Silva indica ainda os logradouros de uso comum (como as ruas) e lugares de acesso expandido (como os teatros) como locais públicos.

Se “público”, nos séculos XVIII e XIX, é entendido como “comum, de acesso a todos”, no sentido desses dicionários, o termo remete à ideia de povo, entendido aqui como uma determinada coletividade submetida a um regime político. No contexto luso-americano, para uma compreensão da ideia de povo convém citar o “Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil”, mais precisamente o verbete Povo/Povos elaborado por Luisa Rauter Pereira:

Nessa concepção [organização político social no Império Colonial Português], a palavra povo e sua variação no plural, povos, apareciam em documentos de todo período colonial como o conjunto da população habitante de uma região ou colônia, o que era entendido como conjunto dos vassalos ou súditos ou conjunto das ordens e corpos que mantinham com o Rei um dever de obediência e lealdade.⁴⁸

A autora também destaca o fato de que “esse ‘povo’, que figurava nos documentos das câmaras, estava em muitos casos referido apenas aos cidadãos do período, isto é, os “homens bons”, o conjunto dos “chefes de família abastados e respeitados habilitados a votar” e que o “povo era então muitas vezes um conceito restrito aos brancos proprietários e também aos homens de negócio”.⁴⁹

O adjetivo “público”, à luz do contexto imperial em que os habitantes da colônia são em sua maioria negros, mestiços, indígenas e iletrados sem reconhecimento pleno de sua cidadania, reafirma seu teor político e social. Ao contrário de uma visão contemporânea que se refere à falta do sentido político de “público” em detrimento de uma esfera privada, o adjetivo público no contexto

⁴⁸ PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In.: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 203.

⁴⁹ Id., Op. Cit, p. 204.

deste trabalho, quando indica o comum ou o povo, não significa que esteja indicando a falta de referência política ou social, algo sem “dono”.

Dessa forma, o conceito de povo congrega também todos os indivíduos que compõe a sociedade, e não deve ser lido só como referencia a um conjunto de cidadãos. Povo remete a população, não implicando diretamente na noção de direitos e deveres cujo termo cidadão carrega. Segundo Santos e Ferreira⁵⁰, o cidadão no contexto luso-brasileiro era o homem que gozava de algum direito reconhecido em relação à organização política das governanças locais e regionais, que evoluiu para a ideia de que o cidadão é “o ‘homem bom’, que se distingue dos demais por uma posição superior, garantida pela hereditariedade ou alcançada por mecanismos de enobrecimento”.

O cidadão seria um componente do “povo”, sem que povo fosse reconhecido como sinônimo de conjunto de cidadãos. Ser do povo não seria sinônimo de portador de direitos políticos, nem garantiria participação política na sociedade. Nessa lógica, novamente nos referimos ao filósofo Habermas quando argumenta que a esfera pública se consolidou enquanto dimensão de “interesses privados manifestos como interesse público”⁵¹, ou em nome do “público”. Se a diferença entre povo e cidadão possui inscrições específicas na história política do Brasil, sobretudo como princípio organizador da sociedade, o adjetivo “público” é justificado enquanto componente dos discursos políticos de intervenção já que se refere a uma só parcela da sociedade.

⁵⁰ SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In.: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 p.46.

⁵¹ A expressão é baseada em Habermas (1984) quando trata da institucionalização de uma privacidade ligada ao público (p. 60). O autor chama atenção ao fato de que, em sua análise sobre a estrutura e função do modelo liberal da esfera pública burguesa: “A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que correspondia às suas necessidades,” (p. 93) ou seja, viabilizando o interesse de pessoas privadas na esfera pública.

A noção de público, enquanto categoria política, embasou as transformações do espaço público em Belo Horizonte. A menção aos logradouros públicos pode ser classificada da seguinte maneira ao longo das primeiras três décadas de existência da capital de Minas: primeiro, atrelada aos interesses republicanos que viam na construção e na manutenção de uma capital moderna a consolidação do progresso e do desenvolvimento (a princípio, esse interesse político sobre espaços públicos deu-se mediante o uso da imagem da cidade enquanto afirmativo do desenvolvimento do Estado no Brasil republicano); segundo, do fim da década de 1910 até o ano de 1930, ao interesse político nos logradouros públicos atrelado à organização interna da capital, e progresso desenvolvimento de nada adiantariam sem uma sociedade “civilizada”, adequada aos novos padrões de higiene, habitação e consumo.

Para entender a noção de melhorar a cidade e os seus logradouros públicos, consideramos, também, a reflexão sobre a palavra *melhoramentos* tal como foi tratada por Bresciani⁵² ao abordar as intervenções e os projetos estéticos em São Paulo entre 1850 e 1950. A autora faz uma genealogia da palavra ressaltando que, mesmo com sentido polissêmico, esta persistiu nos discursos de intervenção e ação urbanística. Sua hipótese é que a palavra *melhoramentos* não era apenas um consenso sobre tornar algo melhor, mas também funcionou como metáfora que articula sensações, contribuindo na formação de imagens mentais da cidade. Assim como esse registro de linguagem fez-se presente na literatura de engenheiros e arquitetos planejadores do século XX, sobretudo naqueles que atuaram em São Paulo entre o século XIX e XX, também é perceptível sua implicação no discurso político mineiro e na maneira como perpassou pelos discursos dos gestores públicos da nova Capital do estado.

⁵² BRESCIANI, Maria Stella Martins. Améliorer la ville: interventions et projets esthétiques. São Paulo 1850-1950. In.: WALD, Paul; LEIMDORFER, François. **Parler en ville, parler de la ville: essais sur les registres urbains**. France: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2004. P. 169-192.

Além do fato de que a ideia de melhorar o espaço urbano era fundamental para imagem positiva da cidade, ser civilizado e educado quanto aos hábitos tidos como corretos estava se tornando primordial na formação do cidadão. A cultura literária da Capital estava profundamente atrelada ao município e ao Estado, e ambos compartilhavam dos mesmos interesses. Nas primeiras décadas, a produção literária vinculada ao Estado e à Capital vinha de membros da elite política mineira, com nomes já estabelecidos na política e com funcionários públicos. A concepção de “público”, nos fins do século XIX em Minas, mais especificamente em Belo Horizonte, manteve restrições que correspondiam ao que se entendia como “público” nos séculos XVIII e XIX e ao que se debatia no âmbito da transformação do Brasil colônia para o Brasil independente.

Ser cidadão também poderia ser subentendido como sinônimo de ser homem de bem e portador de títulos de propriedade (embora a constituição republicana de 1891 afirmasse assegurar, através do art. 72, que todos brasileiros e estrangeiros residentes no país fossem iguais perante a lei, e que não haveria admissão de privilégios de nascimento ou reconhecimento de foros de nobreza)⁵³. Este poderia reivindicar o bem público, desde a sua manutenção até sua transformação. O cidadão tinha espaço político, enquanto ao povo restariam uma participação limitada. Jornais como o *Diário de Minas*, veículo oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM), eram veículos de informação organizados para si mesmo, ou seja, atendiam aos interesses do partido e de seus aliados. Neles se viam manifestos o interesse republicano no cidadão letrado e “de bem” que manifestava seus interesses nas colunas sociais. O impresso significou ainda uma circulação singular entre a política republicana do Estado, que gestou a nova

⁵³ BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: De 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acessado em: 12 jun. 2012, art. 72.

Capital e a população da cidade que se formava culturalmente. Mostrou também como os meios de comunicação integravam os círculos de leitura da Capital.

Nesse sentido, podemos considerar que a imprensa foi o veículo institucionalizado da opinião pública composta por interesses privados manifestos. Se esfera pública é entendida como um conjunto de interesses, valores culturais, necessidades sociais e poder partilhado entre pares, a vida pública constitui uma dimensão do comportamento, e o espaço público, subsequentemente, um registro, uma dimensão física e simbólica circunscrita no tempo e no espaço demarcado pela atuação desses pares. Nessa leitura do adjetivo “público” está a assertiva de que qualquer atuação em seu nome não é desprovida de significação política. No caso do espaço das praças construídas e modificadas ao longo das três primeiras décadas de existência da capital de Minas, temos um poder legislativo atuante no sentido de determinar quem tem e quem não tem autonomia enquanto civil para assim estabelecer relações de usufruto dos espaços.

Com o advento da Proclamação da República em 1889 (período pós-abolição da escravidão, caracterizada pela incorporação precária do negro na sociedade civil) é possível falar em uma mentalidade constitucionalista e progressista, devendo-se lembrar que a sociedade ainda contava com população majoritariamente analfabeta, com preconceitos arraigados em relação aos ex-escravos e em uma economia monocultora e latifundiária. Assim, “a grande preocupação das elites contemporâneas aos processos de emancipação era definir quem era cidadão”⁵⁴. Regimentos como o decreto municipal número 10, de 24 de junho de 1925, em que o Prefeito Flávio Fernandes dos Santos, já no fim do

⁵⁴ Cabe ressaltar ainda que segundo as autoras, estudos pós-abolição as abordagens se diferenciam no que diz respeito à liberdade alcançada com o fim legal da escravidão que teve significados diferentes em contextos específicos. Um diferencial seria, por exemplo, considerar um quadro de relações clientelísticas e hierárquicas como a brasileira da inserção dos escravos no mundo livre. RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *Pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas*. In.: **Revista Topoi**, nº 08 - Janeiro-Junho de 2004, vol. 05.

seu mandato, regula o acesso aos jardins, às praças e ao parque municipal, endossam a justificativa de que, no âmbito conceitual, “público” revela critérios bem estabelecidos acerca dos seus limites, principalmente quando se leva em consideração o contexto da formação do povo e da cidadania brasileira:

Dos Jardins Públicos e Praças Ajardinadas

Art. 1º Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é proibida a entrada de:

a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 centímetros de comprimento;

b) Veículos, exceção dos automóveis e velocípede no Parque Municipal até as 18 horas da tarde;

c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu comercio;

Art. 2º É absolutamente proibido:

a) Pisar nos gramados e canteiros;

b) Danificar e tirar vegetais, ou por-lhe as mãos;

c) Pescar nos tanques;

d) Atirar pedras ou outros projéteis;

e) Entrar nos viveiros;

f) Lançar sobre as alamedas, canteiros e tanques quaisquer objetos que prejudiquem o asseio da vegetação;

g) Deitar-se sobre os bancos e outros lugares;

h) Fazer algazarras;

i) Dar tiros e queimar fogos de artifício, exceto quando a estes, no Parque, com autorização especial do Prefeito;

j) Afixar dísticos e letreiros, escrever ou traçar figuras nas paredes ou em qualquer outro lugar;

k) Atirar aos animais comida ou qualquer outra coisa;

l) Distribuir anúncios impressos, etc;

m) jogar serpentinas e confete;

n) Penetrar nos lugares reservados ao pessoal, casa de máquinas, etc;

o) Danificar os ornatos, estátuas, urnas, bancos, materiais e utensílios.⁵⁵

No decreto acima, os gestores municipais trataram de estabelecer normas para acesso e usufruto dos espaços públicos, o que excluía a população de baixa condição sócio-econômica (fosse pelo modo de se vestir, ou pelo modo de andar

⁵⁵ BELO HORIZONTE. **Legislação Municipal**, 1925, p.22.

nos espaços eleitos para sociabilidade das suas elites). A determinação de 1925 é resultante de uma visão da sociedade em relação ao espaço urbano e suas apropriações. A concepção de público no contexto da primeira república é controversa do ponto de vista conceitual e deve ser avaliada sob a margem de contextos históricos para que não seja superficialmente abordada.

1.3 A cidade e os seus logradouros

*Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
Foi regulado pelos becos tortos
De onde venho.
Não sei andar na vastidão simétrica
Implacável.
Cidade grande é isso?
Cidades são passagens sinuosas
De esconde-esconde
Em que as casas aparecem-desaparecem
Quando bem entendem
E todo mundo acha normal.
Aqui tudo é exposto
Evidente
Cintilante. Aqui
Obrigam-me a nascer de novo, desarmado.
Carlos Drummond de Andrade⁵⁶*

Cabe ressaltar que a noção de espaço público é essencialmente urbana. Embora não tenhamos conhecimento do uso do termo espaço público (o comum era logradouro público, lugar público) na mesma conotação do uso contemporâneo, é sabido que houveram mudanças na maneira como o público e o privado foram assimilados nas cidades modernas, sendo principal a territorialização do termo. A vida social foi racionalizada de tal maneira nos grandes centros que a vida pública se tornou pressuposto da vida urbana em

⁵⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino antigo**: Boitempo-II. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 171p.

detrimento da reclusão familiar e dos limites da participação política. Em contrapartida, no século XX, consolidou-se uma formação cidadã que assumia, em formas diversas, um compromisso com o espaço público, partindo do momento em que se enquadrassem nos padrões fundados nos alicerces da modernidade: o Estado, o mercado e a razão. O comportamento do indivíduo teria de se adequar as atividades urbanas, que impuseram um movimento assíncrono em relação à natureza. A rotina diária de trabalho, com os horários de ir e vir, estaria em pleno compasso com o fluxo contínuo de mão-de-obra e mercadorias nas grandes cidades desse período.

Em logradouros como as praças, “público” também é um termo qualificador já que se refere à alocação da informação e da comunicação à ação política e domínio político e ao comportamento social com reconhecimento do indivíduo. Nas três perspectivas, temos pontos que atribuem significados diferentes ao espaço. Na cidade moderna, esses pontos sobrepõem-se uns aos outros. O espaço, nos projetos urbanos para fluxo de automóveis e de pedestres é também o lugar de articulação do “público”, dos valores e dos preceitos da sociedade moderna. Em boa síntese, Andrián Gorelik nos diz mais sobre a qualificação do espaço enquanto espaço público:

En efecto, *espacio público* no es, en nuestra acepción, el mero espacio abierto de la ciudad, a la manera en que tradicionalmente lo ha pensado la teoría urbana. Como se sabe, espacio público es una categoría que carga con una radical ambigüedad: nombra lugares materiales y remite a esferas de la acción humana en el mismo concepto; habla de la forma y habla de la política, de un modo análogo que quedó matizado en la palabra polis. Es una categoría que ha sido revalorizada en los últimos años como la dimensión propiamente política da vida social, capaz de iluminar aspectos hasta entonces desatendidos tanto en la historia política como social: el espacio público es una dimensión que media entre la sociedad y el estado, en la que se hacen públicas múltiples expresiones políticas de la ciudadanía en múltiples formas de asociación y conflicto frente al estado. La aspiración a una ciudadanía activa políticamente, en el marco de la reconsideración del problema democrático, es lo que justamente ha vuelto tan

actual la discusión teórica e histórica sobre el espacio público. Pero también ha sido revalorizado en su cualidad material: es hoy motivo de desvelo de teóricos e urbanistas, y moviliza a amplios sectores de la sociedad en una lucha que no tiene *lo estatal* como amenaza, sino *lo privado*.⁵⁷

Gorelik⁵⁸ também ressalta a importância em pensar o espaço público a partir de uma história que não separe a história da cidade da história da sociedade, considerando o modo como a cidade enquanto objeto cultural produz significações. Nesse sentido, “espaços públicos”, propositalmente no plural, podem ser definidos por qualidades físicas e explicadas pela transformação de um discurso disciplinar de longa duração – a teoria arquitetônica e urbana. Mais interessante ainda é a ruptura com a idéia de um conceito de espaço público definido unicamente pela conexão entre esfera pública urbana e esfera pública política, desconsiderando a importância dos aspectos morfológicos da cidade.

A praça, enquanto espaço público, é um elemento urbano que identifica e organiza o espaço da cidade, e não só parte da dimensão mediadora entre sociedade e estado. Sua característica fundamental é o acesso livre depositado no seu caráter “público”. Tal definição implica a relação de um espaço aberto com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Para o arquiteto português José Manuel Ressano Garcia Lamas⁵⁹, que apresenta uma análise clara das praças como elementos morfológicos das cidades ocidentais, “este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades”. No entanto, a praça pública não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao espaço urbano, uma convergência entre forma e

⁵⁷ GORELIK, Adrian. **La grilla y el parque**: espacio publico y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. p.19.

⁵⁸ Id., Op. Cit. 455p.

⁵⁹ LAMAS, Jose Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. [Lisboa]: FCG: JNICT, 1993, p.102.

política. Sua importância refere-se a seu valor histórico e sua participação contínua na cidade⁶⁰.

As principais referências de configuração de praças públicas na cultura ocidental são a *Piazza* italiana (fig.2), a *Plaza mayor* espanhola (fig.3) e a *Place royale* francesa (fig.4) dos séculos XVII e XVIII. Com características funcionais bem diferentes, temos também *square* inglês (fig.5) do século XVIII. No século XX, os *parks* (fig.6) também têm destaque pela sua singularidade entre as características funcionais do espaço e da vida cultural urbana norte americana, mas com grandes diferenças em relação as praças brasileiras.



Figura 2 - Piazza Del Campo, em Siena - Itália, construída no século XIV. Foto recente. Fonte: <http://bit.ly/yZAf60>

⁶⁰ ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008. p.23.



Figura 3 - Plaza Mayor, em Madrid - Espanha, construída entre 1617 e 1620.
Foto recente. Fonte: <http://bit.ly/wSjD73>



Figura 4 - Place Des Vosges (Royale), em Paris/França, Construída entre 1605 e 1612. Foto recente. Fonte: <http://bit.ly/yENb43>



Figura 5 - Covent Garden, em Londres/Inglaterra, construída em 1631. Gravura.
Fonte: <http://bit.ly/xukJFv>



Figura 6 – Central Park em Nova York, EUA. Fonte: <http://bit.ly/zOx7j9>

A praça pública, na experiência brasileira, deve sua existência aos adros das igrejas (fig. 7) contrastando com o urbanismo praticado na América espanhola, cujos núcleos preponderantes de suas aglomerações seriam a *Plaza Mayor* ou a *Plaza de Armas*. Embora estas também possam apresentar ligações com as ordens religiosas, sua principal característica são as referências cívicas.



Figura 7 - Adro da Igreja Matriz em 1894. Fonte: APCBH.

A praça como referencial cívico no Brasil tornou-se destaque no século XIX especialmente com o advento da República,⁶¹ que inseriu lugares nas narrativas políticas. Em algumas cidades, a praça cívica convive com praças estendidas a partir de igrejas. Mas existe, no entanto, um equívoco conceitual na definição de praça no Brasil. É comum serem confundidas com jardins e parques, e seus aspectos físicos, como a ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas para entrar e sair, são mal interpretados. Suas barreiras visuais, que definem a qualidade do primeiro contato mesmo à distância do usuário com o lugar, se referem à presença de sinais, sutis ou ostensivos, sugerindo quem é e quem não é bem-vindo ao lugar.⁶²

A praça transforma-se em lugar de representação, onde a sociedade busca identificar-se e, ao mesmo tempo, distinguir-se nos espaços da cidade. Por isso os limites desse elemento urbano se confundem com as espacialidades do espaço público, da esfera pública e da vida pública. Nesse sentido, a ideia de praça como espaço público e espaço coletivo, dotado de camadas de valores que condicionam seu significado, corrobora com a tese de Junia Marques Caldeira⁶³ ao afirmar tal elemento como lugar do encontro, da vida social e espaço da identidade. A autora

⁶¹ “[...] a história simbólica se encena ao mesmo tempo que a história política na escolha das imagens da cidade que propõem temas característicos dos ideários urbanos do período. Como no século XIX se insiste na identidade, nacionalismo, progresso, história, etc, seja no Velho seja no Novo Mundo, assiste-se, neste sentido, à “vigilância comemorativa” e à “invenção da tradição” ligada às cidades: a República mitifica lugares e datas, cria arquivos, heróis, alegorias e estereótipos regionais, rebatiza ruas, universaliza manuais escolares, símbolos e monumentos.” SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Arquitetura e ideologia de uma capital**: Belo Horizonte e a obra de José de Magalhães. Revista Comunicações e Artes, v.14, n.21, ago. 1989 p. 48.

⁶² Ver ALEX (2008) e MARX (1980).

⁶³ CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira**: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado), 2007, 434p.

se apóia na definição de território concebida por Raquel Rolnik⁶⁴, no texto *História urbana: história na cidade?*, pois reflete um espaço físico, ocupado por indivíduos que estabelecem entre si relações que se configuram espacialmente.

“Espaço público”, segundo Rogério Proença Leite⁶⁵, é também uma categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados e estruturam *lugares*, cujos usos das demarcações físicas e simbólicas no espaço qualificam e atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. Por *lugar*,

entende uma demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente.⁶⁶

A definição de espaço como um lugar dentro de uma circunscrição urbana articula a questão entre habitante/identidade através da relação que os indivíduos estabelecem com os espaços habitáveis. Essa relação, no entanto, não depende exclusivamente dos sujeitos que se apropriam do lugar como espaço público. O lugar também pode ser definido por habitantes que criam suas próprias relações com os espaços, como a não-identificação e a não-apropriação. Essa é uma informação importante para entendermos as relações que são constituídas nos logradouros tidos como públicos. Há de se considerar, também, a proposição de Bourdieu⁶⁷, em que a posição no espaço social interfere na visão sobre o mesmo já que a posição de cada agente no espaço depende de sua posição no mesmo. As vozes das elites criticavam a falta de postura de populares em lugares públicos

⁶⁴ ROLNIK, Raquel. *História urbana, história na cidade?* In **Cidade & História** (Fernandes e Gomes org.), FAU-UFBA, 1992.

⁶⁵ LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007, 376p.

⁶⁶ Id. Op. Cit., p.284.

⁶⁷ BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990, p. 149-168.

e privados. Os populares, por sua vez, eram acudados em situações restritivas, que impunham uma maneira de ser e estar nos lugares, como entrar em lugares fechados usando chapéu, ou frequentar a Praça da Liberdade sem vestes adequadas.

A imprensa tinha destaque na circulação de ideias e consentimentos sobre os logradouros. Nas crônicas sociais, muito se falava sobre a consolidação de um *habitus*⁶⁸ belo-horizontino que garantisse uma apropriação compatível com a modernidade urbana. Reivindicava-se uma apropriação do espaço público coerente com os costumes das elites brasileiras que estavam em constante diálogo com outros países, sobretudo da Europa e os Estados Unidos. De maneira contraditória, na capital “moderna” de Minas, os costumes urbanos ainda pareciam estar ligados à sociedade colonial mineira, intimista, familiar e adepta aos círculos privados e aos ambientes religiosos. Entre o paradoxo da tradição e da mudança, a nova capital seria a tentativa de modernizar o estado e impor suas exigências de civilidade à vida pública.⁶⁹

Para entender o processo de modernização do estado, a produção literária como Fonte histórica é um recurso importante. Em Minas Gerais, o modernismo literário que começou a surgir com Carlos Drummond, Pedro Nava e Cyro dos Anjos (ainda jovens escritores) na década de 1920 expressou características ambíguas na percepção das cidades e da vida urbana. As ambiguidades desse modernismo são problema central no trabalho de Andrade⁷⁰, que também considera a trajetória desses literatos em Minas Gerais e suas relações com a vida

⁶⁸ Bourdieu define *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que os indivíduos adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social. (BOURDIEU, 1990, p. 158). Tal conceito é importante porque, do ponto de vista sociológico, trata da interiorização das estruturas do mundo social sem determinar as apreensões do mundo no âmbito coletivo.

⁶⁹ ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004. 208p.

⁷⁰ Id. *Op. Cit.*

urbana. Boa parte das críticas feitas à cidade por esses autores tinha em seu âmago um fundo afetivo, baseado em suas próprias vivências nas cidades do interior de Minas antes de migrarem para Belo Horizonte, mas também expressavam uma característica de pertencimento e identificação com esse meio. Essa assertiva está visível nas crônicas do *Diário de Minas*, principalmente naquelas do período em que Carlos Drummond esteve ligado profissionalmente ao periódico quando foi editor do jornal oficial do Partido Republicano Mineiro entre 1926 e 1939.

Não só no âmbito da produção literária, as ambiguidades apontadas por Andrade⁷¹ também podem ser identificadas no discurso do Partido Republicano Mineiro. Este prestava apoio incondicional ao desenvolvimento da Capital, chegando a dirigir nota em homenagem ao prefeito Flávio Fernandes Dos Santos pelos melhoramentos no início de sua gestão. Para os políticos republicanos, as obras de embelezamento e transformação dos espaços, realizadas intensamente pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos, transformariam a capital em vitrine do progresso e da ordem.

Para a política republicana, a ampliação da imprensa se tornava característica do progresso e do desenvolvimento, e não forçava a redução do conservadorismo do setor em Minas. Tal aspecto deu margem para inúmeros discursos sobre a capital. Elogios e críticas, das mais diversas, eram comuns. A necessidade em afirmar uma capital moderna para o Brasil estava expressa nas páginas do *Diário de Minas*. Havia na cidade, no entanto, a dificuldade em romper com o velho estilo de vida. Os passos a serem dados deveriam estar

⁷¹ Sobre o governo da cidade, em 1923, o jornal *Diário de Minas* afirmou em seu editorial que “O Dr. Flávio Fernandes dos Santos, prefeito de Belo Horizonte, com um ano apenas de administração tem feitos tantos e tão importantes melhoramentos nesta capital que seria injustiça negar-lhes publicidade pelos jornais, afim receber as homenagens populares que lhe são devidas”. DIARIO DE MINAS, 26 set. 1923, p.1.

comprometidos com o passado recente de grande parte dos seus habitantes, ou seja, manter o vínculo com o lugar de origem.

O termo “Público”, portanto, não está desprovido de sentido político. No contexto de transformações na sociedade brasileira e na análise de como estas se traduziam no espaço urbano, deve se considerar o adjetivo também como um elemento discursivo presente na ação urbanística. Até 1930, a questão do espaço em Belo Horizonte esteve imbricado com a política, sociedade e cultura, criando vínculos e se moldando com a cidade. Os lugares endossavam uma imagem em elaboração e uma organização que privilegiava seus interlocutores, os que reivindicavam a si direito sobre o público. Ao mesmo tempo em que discursos sobre a cidade presentes nas crônicas do jornal *Diário de Minas* fazem reverberar a voz de uma “esfera privada em público”, representante daqueles cidadãos de “bem”, cultos e letrados, levam a pensar, politicamente, do que se trata “o público” e o “bem comum” e desvelam uma relação de poder em que há silenciados e há espaços restritos.

Tanto a já citada poesia de Drummond sobre a cidade quanto a afirmação de Michael Foucault⁷² sobre a historicidade do espaço nos fazem pensar que embora não seja a cidade que conceba o homem, resulta evidente o quanto os espaços urbanos dialogam com os que nele vivem. Veremos com a leitura da Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital e dos

⁷² “A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto de existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. E porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era “tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos - históricos certamente - de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados.” FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. P.159.

Relatórios de Prefeito que o pensar e o planejar a cidade reverberam valores, ideias e perspectivas importantes para os estudos históricos.

1.4 Praças ajardinadas entre praças e jardins

Em *Ao amor do público: Jardins no Brasil* (1996), Hugo Segawa perpassou dois pontos fundamentais para a compreensão da relação natureza-espço público e vida social no Brasil entre os séculos XVIII e XX. Primeiro, a planificação do espaço público e o controle da natureza, enfatizando a crescente importância da racionalidade e do cientificismo. Segundo, a transformação da vida social nas cidades que foi do privatismo e da vida religiosa ao convívio social e lazer de tendências laicas.

Os dois pontos em destaque no livro de Segawa conduzem a compreensão dos fundamentos civilizatórios agregados ao esforço de controlar e organizar as cidades. O espaço público livre, seja rua, praça, parque ou jardim, reflete a integração e/ou segregação do homem no espaço urbano em diferentes momentos da história nacional e das inúmeras composições de histórias regionais.

Se a experiência europeia enriquece e serve como ponto de partida para as análises sobre os diversos aspectos da evolução urbana das cidades latino-americanas, a aproximação do olhar e o cruzamento de características regionais e temporais específicas exige a criticidade para com as referências primárias do que temos em termos de organização e remodelação de espaços urbanos.

O desenho das cidades tem suas praças e jardins como elementos figurativos da cultura. Como bem apontou Segawa⁷³, o jardim público enquanto derivação dos grandes jardins privados aristocráticos emergiu como antítese da praça. Enquanto o jardim tendeu a espaço de sociabilidades para os nobres, a praça em certa medida tendeu à elemento urbano reflexo da organização da

⁷³ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, 1996. 255p.

sociedade na cidade e organização da cidade. As praças, no Brasil, têm sua história atrelada à morfologia das cidades enquanto o jardim tem como característica ser um espaço idealizado. Isso significa que praças e jardins, em diferentes tempos e locais, podem expressar diferentes sentidos e situações.

Mas, de certa maneira, podemos inferir que enquanto o jardim permaneceu como expressão de um ideal enobrecido de ação e controle sobre a natureza, com ordens restritivas à capacidade de sentir seus efeitos sublimes sobre o espírito, a praça figurou como metáfora e símbolo da organização da cidade, sempre referente ao entorno e ao trânsito.

O histórico colonial brasileiro nos legou praças atreladas aos adros das igrejas, com prevalecimento de uma cultura da vida privada. As praças de mercado também eram responsáveis por receber práticas coletivas impossíveis ao âmbito privado como práticas comerciais. Contrastou de tal modo com a organização urbana na América colonizada pelos espanhóis que tinha a praça como centralidade colonial e cívica, comumente relacionada aos edifícios públicos.

A transformação de praças no Brasil na segunda metade do século XIX acompanhou um movimento de modernização e revisão de valores estéticos e políticos, contrastando entre a memória dos tempos coloniais e sua representação como “atrasado” e a tentativa de programar o futuro a partir das ideias republicanas. A circulação do conhecimento e a necessidade de centros urbanos que fossem ao mesmo tempo econômicos, políticos e culturais integrou um movimento parecido com o de outros países latino-americanos, que buscaram se modernizar cada um à sua maneira, a partir dos seus próprios interesses e necessidades.⁷⁴

O Brasil, que já possuía grandes centralidades urbanas, como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e outras em expansão, expressou nas cidades o

⁷⁴ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do publico**: jardins no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, 1996. 255p

processo de transformação das noções de público, privado e cidadania, assim como de moderno e desenvolvimento. Se as condições entre praça e jardim já estavam definidas nas grandes cidades europeias dos séculos XVII e XVIII, a referência ao público e os valores que constituiriam uma civilização ainda estavam em processo de definição.

O estado de Minas Gerais pode ser tomado como exemplo radical se considerarmos a mudança da capital e a construção de Belo Horizonte. Em fins do século XIX a sociedade que já deveria ter incorporado o novo habitus, ainda debatia as transformações esperadas e vivenciadas com cautela, uma vez que a modernização do estado poderia se tornar uma ameaça contra os velhos costumes e a antiga cultura de viver em cidades. De tal modo, para entender o desenvolvimento da noção de público em Belo Horizonte, podemos relacionar o desenvolvimento de Minas Gerais com a construção da capital significando passo importante da afirmação do desenvolvimento econômico e administrativo do estado. Desenvolvimento e modernização foram termos prioritários na linguagem política, enquanto a noção de público adquiria carga epistemológica próxima ao necessário para consolidação da vida urbana da capital. Em outras palavras, se na nova cidade os valores que deveriam constituí-la a partir da vida social eram aparentemente ausentes, era este mesmo o processo de desenvolvimento e modernização importantes para afirmação do estado.

Tabela 1 - Áreas verdes propostas por Aarão Reis e as implementadas

Áreas verdes	Área proposta por Aarão Reis (m²)	Área (m²)
1. Parque Municipal (Américo René Giannetti)	555.060	182.820
2. Jardim Zoológico	104.118	-
3. Praça Belo Horizonte (Floriano Peixoto)	32.040	12.300
4. Praça do Progresso	30.240	-
5. Praça da Federação	28.000	-
6. Praça da América	28.000	-
7. Praça 14 de Fevereiro	26.677	-
8. Praça da Liberdade	23.180	14.400
9. Praça da República	17.160	-
10. Praça José Bonifácio	15.370	-
11. Praça 15 de Novembro (Hugo Werneck)	13.680	13.680
12. Praça Tiradentes	13.440	-
13. Praça Benjamin Constant	13.440	-
14. Praça 15 de Junho	13.440	-
15. Praça das Escolas	13.440	-
16. Praça 14 de Setembro (Raul Soares)	13.266	13.266
17. Praça do Cruzeiro (Milton Campos)	12.100	12.100
Total:	952.651	248.566

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Programa Metropolitano de Parques Urbanos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento, 1975.

Os logradouros públicos na nova capital tinham como referência a salubridade, a circulação e a civilidade. Um espaço meticulosamente organizado, com praças, parques e jardins dentro de uma área verde total que deveria ter 952.651m², para atender a previsão de 200.000 habitantes. Mas o anseio de modernização do estado que impulsionou a construção da nova cidade foi um processo de modernização adaptativa e conservadora - expressão de Dulci⁷⁵ -, que significou a continuidade das tradições na modernização.

A relação entre tradição e modernização no estado implicava uma paradoxal relação entre técnica e política, assim como entre praças e jardins. Se tecnicamente a área verde proposta por Aarão Reis na zona urbana da Capital excedia os 900.000m², somente 248.566m² teriam sido implementadas. Isso porque, ao buscar a aplicação total do seu conhecimento e experiência como engenheiro e responsável pela construção da nova Capital, Reis foi contestado pelo então presidente do Estado, Crispim Jacques Bias Fortes. Mais áreas verdes significaria um melhor índice de salubridade e saúde pública naquele período, enquanto que para políticos do Estado mais áreas verdes seria o equivalente a menos eleitores ocupando um empreendimento tão custoso.

Foi nesse contexto que, em certa medida, praça e jardim se encontraram, criando uma outra categoria para o espaço: a praça ajardinada. A praça ajardinada elevava a importância da praça pública, criando uma nova escala de valor no espaço urbano. Ela trazia a preocupação com a educação moral do cidadão, e todos os preceitos civilizacionais, enquanto a praça “tradicional” manteria funções primárias, como ir e vir acessível aos populares. Usufruiria do tratamento dado aos jardins: extensão do privado e direito exclusivo, elemento morfológicamente simbólico.

⁷⁵ DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 22.

Se a praça pública poderia convergir componentes da sociedade, como os cidadãos e o povo, a praça ajardinada teria normas supostamente educativas, instituindo regras de acesso e utilização. Preservação e controle estético seriam argumentos principais em torno dos cuidados com as praças ajardinadas, seguido da importância que possuíam para a manutenção de um “espírito” da cidade, orientado sempre para o progresso e desenvolvimento. Viria servir, também, para domesticar os indivíduos ao organizar o lazer e o acesso aos lugares da nova Capital. A imagem da praça, portanto, pode ser decupada enquanto componente da cultura urbana tendo em vista a cidade racional, capital de Minas Gerais que estavam tentando inventar.

2. Do planejado ao construído: a comissão construtora e os gestores da cidade

2.1 A Comissão construtora e a revista geral dos trabalhos

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.⁷⁶

A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi nomeada em 1894 e regulamentada em 14 de fevereiro de 1895 pelo governador Afonso Augusto Moreira Pena para levar a cabo a transferência da capital do Estado. A Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais teve seu primeiro volume publicado em abril de 1895, sob a direção do engenheiro chefe da comissão construtora, Aarão Leal de Carvalho Reis, que permaneceu no cargo de chefia até maio do mesmo ano, quando foi substituído pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho. O documento com 107 páginas apresenta os estudos realizados pela CCNC para elaboração da planta geral da cidade, e é uma importante referência histórica para estudo da capital do Estado.

Esse estudo foi pioneiro no Brasil e buscou avaliar a potencialidade de cada uma dessas localidades em termos de salubridade, abastecimento, iluminação e articulação viária, bem como os custos demandados para a implantação da nova capital em cada uma delas. Foi concluído que o velho Curral D'El-Rey e a Várzea do Marçal eram as localidades mais adequadas à construção da Nova Capital, sendo a Várzea do Marçal (São João D'El Rey) considerada ideal por possuir, naquele momento, ligação com a rede ferroviária. Por questões políticas, o

⁷⁶ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38ed. Petrópolis: Vozes, 2010, P. 30.

Congresso Mineiro acabou escolhendo a localidade de Belo Horizonte para a implantação da nova capital.⁷⁷

Para compor a CCNC, Aarão Reis convidou vários engenheiros - em sua grande maioria formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ele incluiu nessa comissão seus colaboradores no estudo realizado anteriormente para a escolha da localidade da futura capital, bem como arquitetos-projetistas, outros engenheiros-arquitetos e artistas com alguma trajetória internacional. Dentre eles, destacamos José de Magalhães, que cursou a *École des Beaux-Arts*, em Paris, o francês Paul Villon, discípulo de Alphand, e o suíço João Morandi, com estudos na França e que trabalhou na construção de La Plata, na Argentina.⁷⁸ As formações fora do país indicam que esses profissionais tiveram contato crítico com ideias e teorias amplas sobre a intervenção no espaço urbano, sobre arte, arquitetura e paisagismo.

⁷⁷ PLANO URBANÍSTICO. Biblioteca: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte Cidade Objeto: Belo Horizonte - Minas Gerais. Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780>. Acesso em 04/08/2011

⁷⁸ Id., Op. Cit.



Figura 8 – Foto tirada por ocasião da visita que fizeram aos trabalhos da Comissão Construtora o conselheiro Afonso Pena, o presidente do estado, Crispim Jaques Bias Fortes e David campista, secretário da agricultura e obras públicas (os três que estão sentados). Fonte: MHAB.

Nascido em 1851, em Pernambuco, e falecido em 1899 em Campos do Jordão, em SP, José de Magalhães foi arquiteto, engenheiro e geógrafo. Estudou na Escola Central do Rio de Janeiro, denominada Escola Politécnica a partir de 1874. Em 1876 foi para Paris, onde se inscreveu na *École de Dessin et des Mathématiques*, etapa preparatória para o concurso de admissão à seção de arquitetura da *École des Beaux-Arts*, frequentando o ateliê de Pierre Jérôme Daumet, consagrado arquiteto. Em 1878 foi admitido em 2º classe. Por volta de 1880, voltou para o Brasil fixando-se no Rio de Janeiro onde desenvolveu projetos de residências, tendo também executado trabalhos em Petrópolis, Vassouras e São Paulo. Transferiu-se mais tarde para Belo Horizonte, onde fez parte da CCNC,

trabalhando como chefe da sessão de arquitetura. Nesse cargo, projetou inúmeras edificações na cidade e foi autor dos projetos para sete tipos de casa para funcionários públicos, que se classificavam de "A" a "F" pela dimensão e ornamentação seguindo uma hierarquia social, de acordo com o salário e a categoria do funcionário. A casa tipo "A" era destinada aos porteiros, contínuos e serventes, a última, aos desembargadores ou diretores e as intermediárias, às demais classes de servidores. Com Samuel Gomes Pereira e Fábio Nunes Leal, também membros da CCNC, propôs a Aarão Reis a fundação de biblioteca e museu municipais, que se chamaram, respectivamente, Sociedade Literária de Belo Horizonte e Museu Paula Oliveira⁷⁹.

Paul Villon, Arquiteto-paisagista, nascido em Côtés Saint-André/França em 1842, foi discípulo de A. Alphand e Barrilet Deschamps, com os quais trabalhou em Paris, e de Dubrel, professor de arborização. Trabalhou quatro anos em Grenoble, com Meunier et Rocher Frères, estudando horticultura e arboricultura. Em Marselha, Villon dirigiu as obras do Parque Borely e trabalhou também na arborização da cidade, sob a direção de Alphand e Lejourdan. Transferindo-se para o Brasil, morou inicialmente no Rio de Janeiro trabalhando na arborização da praça da Aclamação (Campo de Santana) e da Quinta da Boa Vista. Sendo chefiado por Auguste Marie Glaziou, iniciou-se no paisagismo pitoresco de inspiração inglesa em moda durante o século XIX, que se opunha às características do jardim francês de estrutura geometrizante. Em São Paulo, foi responsável pelo projeto e pela execução do Parque do Ipiranga. Veio para Belo Horizonte convidado para ocupar cargo na 4ª Divisão e depois na 6ª Divisão (arruamentos, calçamentos, Parques e Jardins) da CCNC, e participou do planejamento do parque municipal (1894/1897). Projetou os jardins do Palácio da

⁷⁹ INSTITUTO Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte**: 1894 / 1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997, p.146.

Liberdade, para o qual foi contratado em setembro de 1898 e o projeto original da Praça da Liberdade (1902) também lhe é atribuído. Para execução dos seus serviços como arquiteto-paisagista da CCNC, montou dois viveiros: um para a floricultura e outro para o plantio de árvores destinadas ao parque e à arborização das praças, ruas e avenidas de Belo Horizonte. Extinta a CCNC, foi designado para ocupar o cargo de arquiteto-paisagista na Prefeitura da Capital. Em Junho de 1899, pediu exoneração por ter sido nomeado para a Intendência do Rio de Janeiro, onde, em 1903, fez o projeto paisagístico da enseada do Botafogo⁸⁰.

João Morandí nasceu em Lugano, na Suíça em 1857 e faleceu em Belo Horizonte, no ano de 1936. Foi arquiteto e escultor, tendo estudado na Escola de Belas Artes de Berna, Escola de Arquitetura de Lausane, Escola de Belas Artes na Suíça e Escola de Belas Artes em Clemont Ferrand na França. A partir de 1896, a convite da Comissão Construtora da Nova Capital, projetou e executou centenas de edifícios públicos e particulares em Belo Horizonte além de trabalhar em suas ornamentações. Montou em sua casa um ateliê que funcionava como uma pequena escola, onde um de seus discípulos era seu próprio filho, Alfredo Morandi.

A ideia de construir uma nova capital para Minas Gerais já havia sido discutida em outros tempos e foi retomada nos primeiros anos da República, tendo em vista a renovação do discurso político e a modernização do Estado. A equipe da CCNC teve nomeação destacada pelos legisladores após a escolha do local para construção da cidade. A escolha do antigo Curral d'El-Rey para construção da Capital foi embasada por uma pesquisa cuidadosa que avaliava as condições oferecidas pelas localidades concorrentes naquele momento, que pleiteavam ser a

⁸⁰ INSTITUTO Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte**: 1894 / 1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997, p. 266.

capital do Estado como Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Maçal (São João Del'Rei) e Paraúna. Segundo Veriano,

Muitas foram as razões de solicitar a mudança da capital. Basicamente, o grande argumento em favor da mudança residia na inadequação geográfica de Ouro Preto, cidade acidentada, pouco urbanizada, com graves desníveis sócio-econômicos entre as classes e pouco afeita à modernização da burocracia do Estado. Por outro lado, talvez o mais importante argumento e o menos declarado publicamente era a necessidade de o novo regime político implantado no País buscar outros símbolos alternativos, em substituição a Ouro Preto – cidade colonial, reduto da memória monarquista do Estado, e nesse momento vivendo o avanço das tendências republicanas.⁸¹

Ouro Preto, assim chamada a partir da independência do Brasil, simbolizava a organização da sociedade colonial, tradicional e provinciana. Nela os poderes políticos se misturavam e se concentravam, ao mesmo tempo em que as esferas públicas e privadas pouco se dissociavam. Foi tratada pela comissão construtora como símbolo do atraso e empecilho ao desenvolvimento do Estado.

Assim como outras cidades e vilas do Brasil colonial, Ouro Preto mantém em seu traçado urbano, bem como no estilo de suas habitações, as diferenciações sociais de sua vida pública e política. Belo Horizonte, entretanto, deveria ser uma cidade nascida com traçado urbano racional, pensado sob as necessidades da República.

Reis prezou pela distribuição ordenada de equipamentos e pela organização funcional dos serviços tendo sempre em vista, como referenciais, a salubridade, a comodidade, o embelezamento e a circulação do trânsito. O engenheiro não se distanciou dos fundamentos do urbanismo moderno, no empenho de projetar uma cidade para o trabalho, nem “de uma doutrina

⁸¹ VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte: cidade e política - 1897 - 1920.** 2001. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p.58.

caracterizada pela valorização positiva da ciência, da técnica e do processo de mecanização das indústrias.”⁸²

Essa tentativa de interpretação do material apresentado na Revista Geral da CCNC parte do pressuposto de que as ideias iriam constituir o que viria a ser o urbanismo, posteriormente, enquanto disciplina, revelando a preponderância do conhecimento técnico e científico sobre a manutenção da natureza e da vida humana em sociedade. O apreço pela ciência e pela técnica não podem deixar de ser problematizado a partir das relações estabelecidas entre os homens e o meio e entre eles mesmos.

Aarão Reis, primeiro chefe da CCNC, foi um intelectual propagandista dos movimentos abolicionistas e republicanos. Escreveu e traduziu uma série extensa de textos cujos temas iam da instrução, ao abolicionismo, ao urbanismo, à economia política e ao desenvolvimento técnico do país, correspondendo aos seus principais eixos de pensamento e de sua trajetória.⁸³

Reis nasceu 1853 em Belém do Pará, e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Teve sua formação como engenheiro, urbanista e professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, principal instituição dedicada à instrução profissional e tecnológica durante o Império. Concluiu em 1872 o curso de engenheiro geógrafo

⁸² CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil** (São Paulo-1917/1940). Campinas: UNICAMP, 1997. p.12.

⁸³ Salgueiro destaca cinco textos como amostragem principal da trajetória do engenheiro e professor Aarão Leal de Carvalho Reis: 1) *A instrução superior no Império*. Rio de Janeiro: Tipografia de D. Luiz dos Santos, 1875, 2) Introdução à tradução de Condorcet, *A escravidão dos negros* (Reflexões). Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1881, 3) Ofício n.26 de 23 de março de 1895, apresentando ao governo as plantas de Belo Horizonte. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895. 4) Sumário de *Economia política, finanças e contabilidade*. Introdução geral. Produção da riqueza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, v.1 5) Sumário de *Laudos e pareceres técnicos do Dr. Aarão Reis*. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925 (publicação oficial). SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

e, em 1874, o curso de engenheiro civil. Dirigiu a comissão técnica responsável pela seleção do local onde seria instalada a nova capital de Minas em 1893. Participou de inúmeros outros projetos, dentre eles a construção da Avenida Central no Rio de Janeiro.

Apesar de discordar de Salgueiro quanto a sua tese de que Aarão Reis importou o modelo francês para projetar Belo Horizonte, concordamos com sua afirmativa de o engenheiro foi um homem do século XIX, crente na educação, na ciência, na técnica, no trabalho e na religião moral, tinha como alimento do seu pensamento progressista a identificação com a filosofia e as ciências positivas. Certo, também, de que a inteligência em contraposição à ignorância seria fator essencial para um mundo melhor,

O maravilhamento e a antevisão da técnica e da ciência aplicadas, explícitos nos textos sobre a eletricidade e o trem de ferro, abundam nas imagens de um tempo que assiste à realização do “extraordinário” no cotidiano. Reis viveu uma era de intensas mudanças, de 1870 a 1930. Professor, homem de ciência e da técnica, funcionário público, engenheiro consciente dos problemas da cidade, do território e da sociedade, representou o ideal intemporal humanista do cidadão que quer abraçar todas as suas possibilidades.⁸⁴

Reis teve na construção da Nova Capital a grande oportunidade profissional de projetar seus anseios progressistas de modo a materializar todos os seus ideais. Sua tentativa de administrar científica e racionalmente as obras da nova Capital esbarrou em problemas de ordem prática e política na trajetória do profissional que culminou na sua substituição pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho, nascido na cidade mineira de São João D'el Rey no ano de 1847. Bicalho diplomou-se engenheiro civil, em 1871, pela mesma escola que Aarão Reis teve boa parte de sua formação.

⁸⁴ SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. p. 175.

O governador do Estado havia oferecido autonomia para Reis na escolha de sua equipe técnica e na sua metodologia de trabalho, e o engenheiro não poupou elogios ao Governador do Estado, num primeiro momento, pela reconhecimento e confiança em seus conhecimentos e procedimentos técnicos. Ser identificado pela sua qualidade como cientista do espaço era um grande motivo de orgulho. Nas palavras do próprio Aarão Reis, autonomia na escolha dos profissionais que compuseram a comissão não lhe foi negada:

Obtida essa distribuição, foi minha preocupação cercar-me de companheiros nos quaes podesse encontrar verdadeiros colaboradores; e, ainda desta vez – graças á despreocupação pessoal com que procuro agir nas emergencias difficeis de minha vida profissional – tive a fortuna de poder attrahir para junto de mim os meus illustres collegas Drs. Hermillo Alves, como *Primeiro Engenheiro*, e Samuel Gomes Pereira, Caetano Cesar de Campos e José de Carvalho Almeida, como *Chefes*, respectivamente, das 4^a, 5^a e 6^a divisões de serviços.⁸⁵

A comissão construtora foi organizada em seis divisões de serviços, sendo Administração central, Contabilidade, Escritório técnico, Estudo e Preparo do solo, Estudo e preparo do sub-solo, Viação e edificações, compreendendo como duas seções os trabalhos referentes à construção de vias férreas, ferro carris, edifícios públicos e particulares, e instalações elétricas.

A equipe técnica da CCNC formada por Aarão Reis e nomeada pelo Governador do Estado inicialmente trouxe Hermillo Alves como primeiro engenheiro; Samuel Gomes Pereira, Caetano Cesar de Campos e José de Carvalho Almeida como Chefes das 4^a, 5^a e 6^a divisões de serviços; Adolpho Pereira como responsável pelos cálculos na 3^a divisão; Bernardo de Figueiredo como responsável por projetos gerais na 3^a divisão; José de Magalhães responsável pela arquitetura na 3^a divisão; Ludgero Dollabella responsável pelos

⁸⁵ ESTADO DE MINAS GERAES. **Comissão Construtora da Nova Capital**: revista geral dos trabalhos, abril de 1895. p.2.

trabalhos geodésicos na 4ª divisão; Américo de Macedo responsável pelos trabalhos topográficos na 4ª divisão; Saturnino de Brito responsável pelo abastecimento de água na 5ª divisão; e Eugênio Gabaglia responsável pelos esgotos na 5ª divisão; Manoel da Silva Couto responsável pela viação férrea na 6ª divisão; e Martinho de Moraes, responsável pelas edificações na 6ª divisão.

As seções administrativas foram distribuídas entre Adalberto Ferraz – consultor jurídico; Fabio Nunes Leal – Secretário; Benjamim Constant Quadros – Chefe da contabilidade; Annibal Pedro dos Santos – Almoxarife; Leopoldo C. Gomes Teixeira – Tesoureiro; Francisco da Silva Lobo – Guarda Livros; e José Joaquim do Amarante Netto – Escrivão do tombamento.

Essa estrutura de organização, com subdivisões correspondentes à distribuição de demandas técnicas nos territórios, deixou em evidência os preceitos de gestão funcional da CCNC sob direção de Aarão Reis. O engenheiro também destacou a notabilidade da sua equipe, munida, segundo ele, de conhecimento técnico e científico suficiente para assegurar a disciplinarização do espaço e o desenvolvimento das obras e

imprimiu um caráter modernizante na elaboração do projeto de Belo Horizonte e, para afastar possíveis e múltiplas sugestões sobre o perfil físico e urbanístico da cidade, nada mais correto do que formar uma comissão técnica autônoma, a quem caberia, sob o exercício da racionalidade, propor a ordenação ideal para a nova capital. É a faze centralizadora, cientificista e utópica de construção da cidade, 1893/1895, quando Aarão permaneceu à frente da Comissão de Construção.⁸⁶

Nesse sentido, a transferência da sede do governo foi fato relevante que afetou interesses de ordem elevada, razões de alto valor político, administrativo e econômico. Foram acentuados pela suposta aspiração do povo mineiro no “apoio

⁸⁶ GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In.: RIBEIRO, L. C. De Q; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 127.

à transferência da capital, quando o país ainda se encontrava abalado em sua organização política pela Revolução de 15 de novembro (Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889)”⁸⁷.

Nas primeiras páginas da Revista Geral da Comissão Construtora, a disputa pela escolha do local para a Construção da Nova Capital é mencionada apontando a região conhecida por Várzea do Marçal (fig. 9) como um local mais plano, com menos declives e com melhor adequamento ao projeto. Entretanto, fatores políticos, como as disputas entre as forças econômicas do estado e o interesse do Governador Afonso Pena, vetaram a escolha do local. A fundação da nova capital representou um grande passo na integração da economia mineira, embora tenha ocorrido através de intensos jogos e interesses políticos.⁸⁸

⁸⁷ ESTADO DE MINAS GERAES. **Comissão Construtora da Nova Capital**: revista geral dos trabalhos, abril de 1895. p.9.

⁸⁸ A transferência da Capital de Minas Gerais pôs em evidência as tensões internas no Governo de Minas, sobretudo em suas elites que se dividiram em dois grupos com interesses distintos. Guimarães (1996, p. 124) ressalta que “O projeto da nova capital teve lugar em meio a uma crise política interna, onde, à existência de facções diversas pró e contra a República, agregavam-se dissidências regionais na disputa pelo poder, reveladas, inclusive, por meio de ameaças separatistas” Como destacou Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, a imprensa foi palco desse debate entre os grupos que apoiavam a mudança da capital e os grupos que se opunham a ideia. A autora chama atenção para os dois principais veículos impressos envolvidos na disputa: o jornal *O Pharol* e o *Jornal de Minas*. Chama-nos atenção a força do argumento em defesa para mudança da Capital presente na imprensa de Juiz de Fora, cidade que fez campanha para ser a capital do Estado: “Em sua campanha para sediar a capital no município, alegava ser a região econômica e culturalmente mais desenvolvida de Minas Gerais. Afirmava encontrar-se próxima ao Rio de Janeiro, para onde escoava a principal riqueza do Estado, o café, e de onde provinham as manifestações culturais”. Esse argumento sintetizado no artigo de Viscardi deixa claro a visão que se tinha de Ouro Preto, como atrasada e provinciana. VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A capital controversa. BH: **Arquivo Público Mineiro**. Nº 43, v.2, jul/dez. 2007.

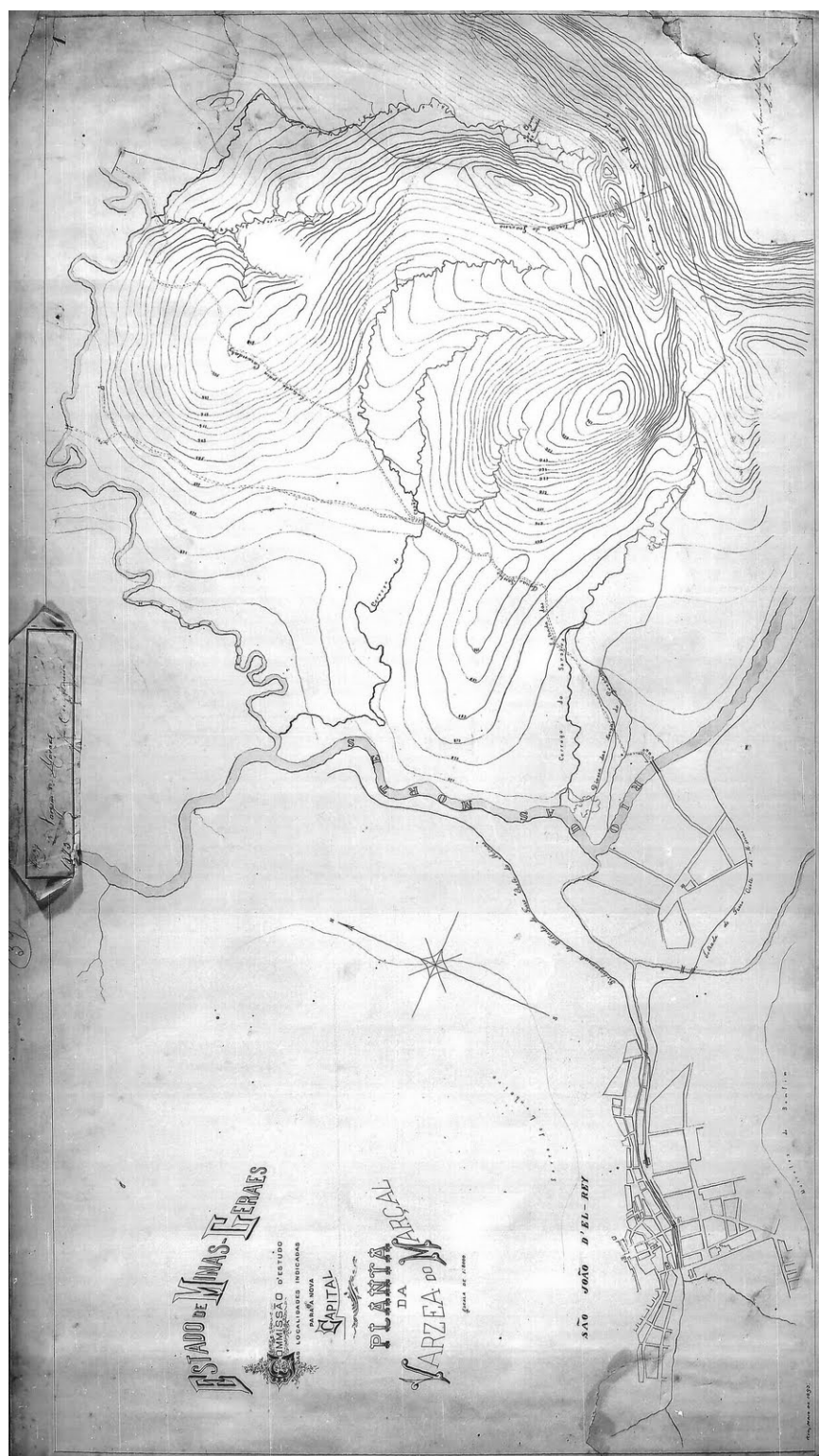


Figura 9 - Planta da Várzea do Marçal (São João Del'Rei), localidade escolhida por Aarão Reis para ser a nova capital do estado. Fonte: APCBH.

A menção ao povo, como unanimidade que concebeu a mudança da capital, era um recurso discursivo muito comum na efervescência republicana e indicava apenas àqueles indivíduos cuja participação na sociedade se dava através dos negócios e da manutenção da propriedade.

Curiosamente, a ex-capital do Estado, Ouro Preto, aparece na revista da comissão de engenheiros como “vetusta, apinaculada, tristonha, sem horizontes, sem luz, sem espaço, nem ar para a acanhada população, que se atrofiava naqueles ladeirais quase inacessíveis.”⁸⁹ Indicam nas páginas da revista as vantagens da instalação da Nova Capital no local escolhido devido ao cruzamento das duas mais extensas vias férreas do Brasil no período: a Central, que atravessava o Estado de Minas Gerais de Sul a Norte e a do Espírito Santo e Minas, que o cortava de leste a oeste e atendia a demanda do Triângulo Mineiro.

Nas páginas do documento, nota-se claramente a insistência em velar as cidades mineiras, acusando-as de não primar por nenhuma beleza artística de qualquer espécie:

O Homem parece até hoje alheio ao instinto do bello, não aproveitando sequer os encantos de uma natureza tão rica de sublimes, no assentamento dos seus lares: a veia de ouro ou de qualquer mineroso industrial, a queda d’água, como força motriz, os pastaes espontâneos, o húmus cafeeiro ou a terra sã de milho, **eis as balisas únicas das preferencias de sua localização no solo fertilíssimo de Minas. O conforto ao corpo e o encanto como factores nestes problemas da vida; a preocupação até estes últimos tempos limitava-se á garantia daquela e á independência individual.**⁹⁰ (grifo meu)

Acreditavam que tais forças da beleza, do conforto e da sugestão da natureza, enquanto elemento que contribui ao progresso e desenvolvimento, produziriam todas as grandes aspirações da civilização moderna. Além da associação entre

⁸⁹ ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital: revista geral dos trabalhos, abril de 1895. p.3.

⁹⁰ Id. Op. Cit, p12.

progresso e beleza, desenvolvimento e conforto, havia a menção ao desenvolvimento do país e autonomia dos Estados, destacando a suposta busca pelo desenvolvimento em Minas Gerais:

A principal atrofia fora sanada pela Lei de 13 de Maio; a republica entregara cada Estado aos próprios impulsos, e os que se sentiram fortes e ricos, como Minas, atiraram-se às amplas vias do progresso com desconhecida força, e, não raro, com tão segura e penetrante vista, que perde-se a imaginação em conjecturas de fabulosos gosos perdidos, antecipando o movimento libertador de alguns anos.⁹¹

Devido ao fato de que a região mais adequada para a transferência da Capital – Várzea do Marçal – não foi a escolhida, a preferência pelo antigo arraial do Curral D'el Rei foi justificada com base nas qualidades naturais do sítio que seriam úteis para os serviços de infra-estrutura: abastecimento, saneamento, salubridade e beleza eram justificadas a partir da atribuição à natureza de qualidades funcionalmente úteis para os planos da Comissão Construtora como a disposição de ribeirões e córregos:

Cortado o arraial de ribeirões e outros pequenos veios d'agua crystalina e pura, facilita esta abundancia o abastecimento da nova capital, e embellestará as futuras construcções, entremeando a cidade de parques e jardins, onde as Fontes e os repuchos dêem donaires bellezas e frescura que só a peso de ouro se conseguem em outras localidades, garantindo ao mesmo tempo uma abundante vegetação, tão recommendada á salubridade quanto própria ao enfeite e ornamento.⁹²

As páginas que seguem até a assinatura de Fabio Nunes Leal, secretário da comissão, tratam de justificar o desmantelamento do Curral Del Rei, usando argumentos que vão desde a natureza do local à natureza das pessoas. O pouco desenvolvimento da região seria uma das justificativas para seu desmanche e

⁹¹ ESTADO DE MINAS GERAES. **Comissão Construtora da Nova Capital**: revista geral dos trabalhos, abril de 1895 p. 12.

⁹² Id. Op. Cit, p. 13.

para o baixo valor de indenização aos desapropriados. O secretário apontava, também, a inabilidade técnica dos estabelecimentos e a falta de qualidade agrícola das pequenas produções instaladas no local:

Sem elegância nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architettura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas, sem ornato externo, nem ponto por onde se prenda a atenção, por este monumento de mau gosto e único do povoado passaria o viandante sem um reparo, a não ser os despertados pelos attractivos da alma religiosa, si não fosse algumas das suas portas de valor artístico incontestável.⁹³

E ressalta ainda, com a mesma veemência e sentido negativo, que o arraial só tem uma rua principal reta e larga, e que as outras ruas são, em geral, estreitas e tortuosas. Mas minimiza a crítica geral afirmando que, embora tenha pouca “ciência”, a mocidade belo-horizontina seria morigerada e trabalhadora, que não vive em vadiações pelas ruas, nem invadindo os quintais dos vizinhos.

⁹³ ESTADO DE MINAS GERAES. **Comissão Construtora da Nova Capital**: revista geral dos trabalhos, abril de 1895, p. 13.



Figura 10 – Planta cadastral do extinto Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei, comparada com a planta da nova Capital. Fonte: APCBH.

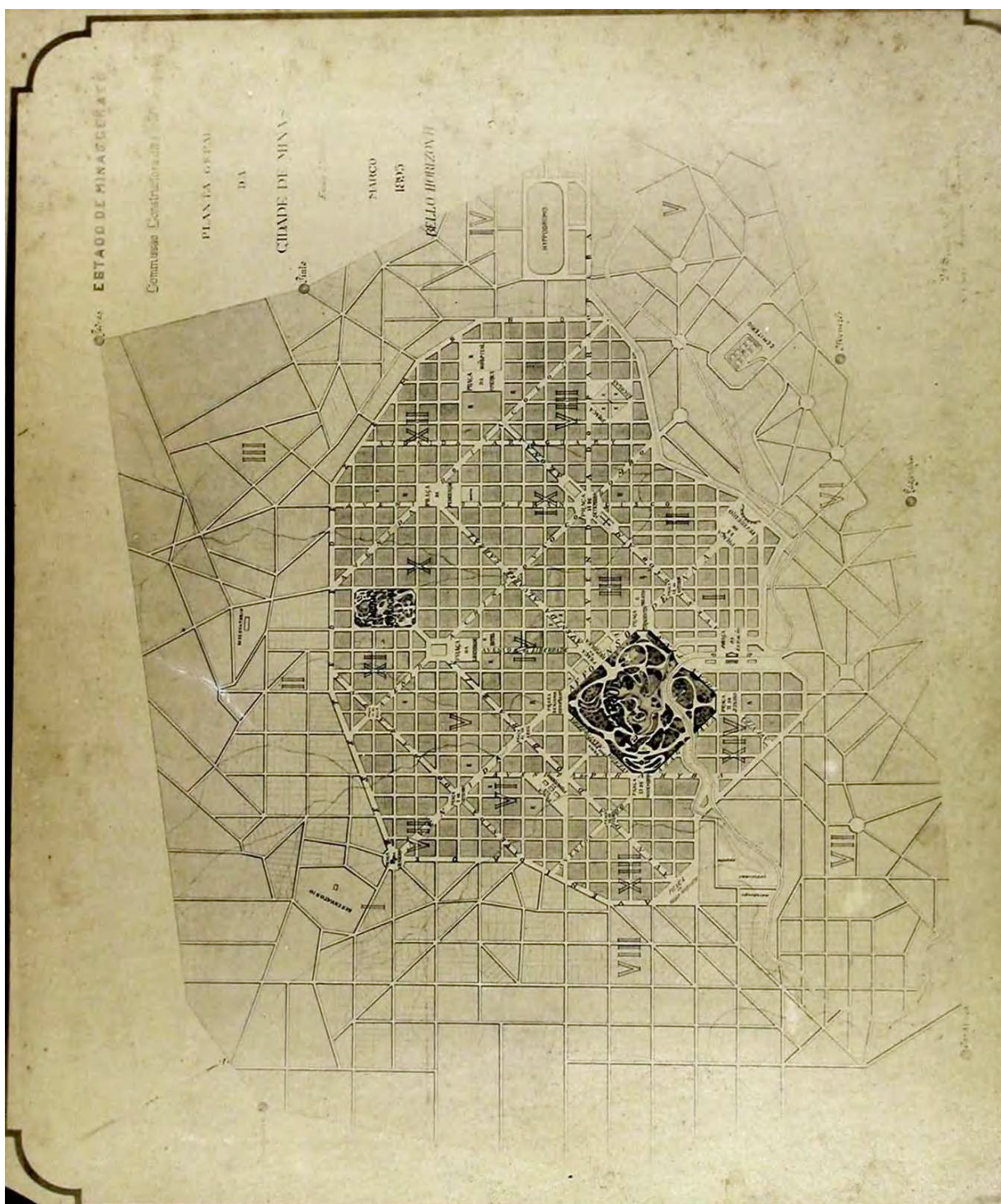


Figura 11 – Planta geral da Cidade de Minas (1894-1895). Fonte: APCBH

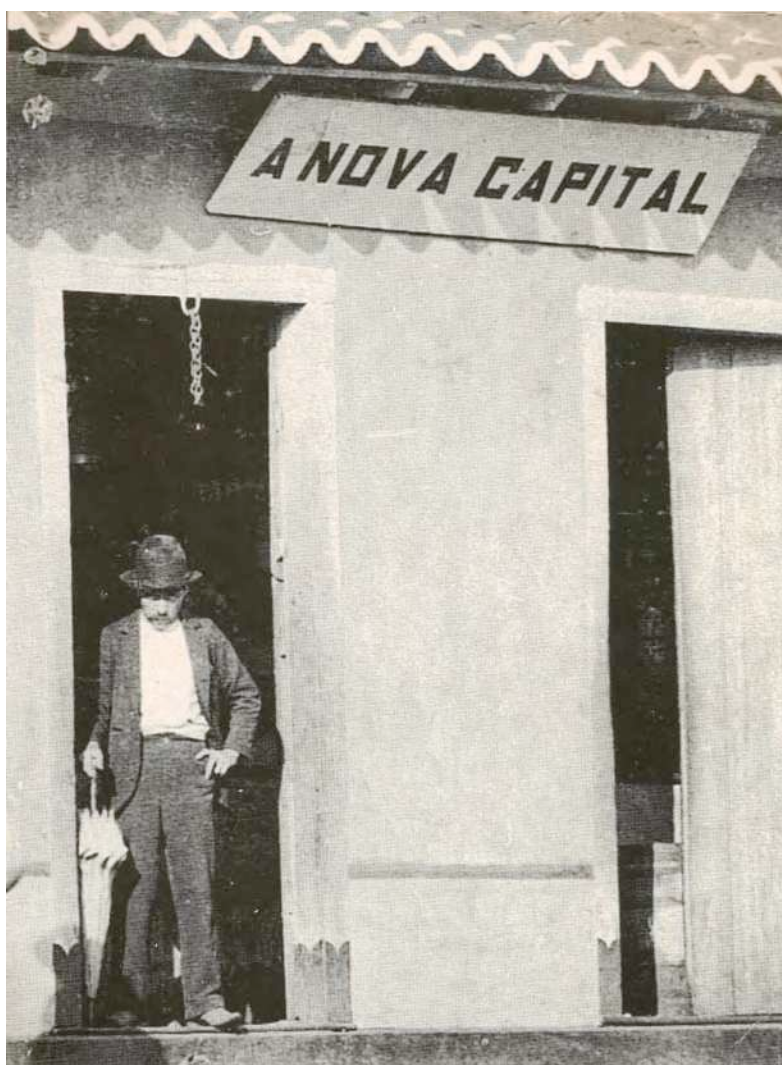


Figura 12 – Curral Del Rei, 1894. Casa comercial à Rua do Sabará. Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.

O memorialista Abílio Barreto, em seu *Memória Histórica e Descritiva*, afirmou que o Padre Francisco Martins Dias, também memorialista, ouviu do engenheiro Aarão Reis que “não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando”⁹⁴. O Padre foi Vigário da matriz da Boa Viagem do arraial do Curral Del Rei e diretor do jornal *Bello Horizonte*, o primeiro jornal da

⁹⁴ BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva** - história antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. Vol. 2, p.71.

capital. Viu de perto as transformações naquela localidade e escreveu *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*, contando a história do arraial e a inauguração da capital em 1897. Se foi mesmo dito que ali não deveriam residir os antigos moradores, sabe-se que foram retirados do terreno de maneira não muito sutil pelas autoridades da época. Uma carta datada de 1894, enviada à comissão construtora por um habitante do antigo arraial relatou a violência das desapropriações:

E a prova mais evidente das suas arbitrariedades estão confirmadas hoje da o aviso da Policia de comparecer ahi amanha para dar a chave da Casa hoje propriedade do Estado.
Com que direito então no dia 29 de junho o senhor mandou a penhorar as nossas mercadorias, violar selvajemente o nosso domicilio, nomeiar um depositario?⁹⁵

O secretario Fabio Nunes Leal, na Revista Geral da CCNC, reforça a missão civilizadora e progressista idealizadas na concepção da capital. Ele encerra sua contribuição no documento afirmando a qualidade do futuro, do porvir que iria se sobrepor ao atraso e a deficiência moral que um dia existiu no velho arraial:

Quem, no futuro, cortado já o arraial de largas avenidas, de espaçosas e bellas ruas, ornadas de palacetes dos mármoreos do Gandarella, de ajardinamentos de luxo, chácaras de primor, formoso parque, etc. ficará, tendo lido esta pequena descrição, surpreendido de ter habitado n'ella uma população tão mesquinha, e não haver, ha muitos annos, sido escolhido este arraial para a construcção de uma grande cidade.⁹⁶

⁹⁵ A carta enviada por irmãos Verlangieri ao chefe da CCNC, Aarão Reis, em 23 de setembro de 1894, está inteiramente disponível em OLIVEIRA, Carlos Alberto. Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento-indicador de um conflito. In: **Em Tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº 17, Brasília, ag0/dez. 2010, p. 117-125.

⁹⁶ ESTADO DE MINAS GERAES. **Comissão Construtora da Nova Capital**: revista geral dos trabalhos, abril de 1895. p. 14.

O antigo arraial, no entanto, só foi completamente extinto no começo do século XX, com a demolição das últimas casas. Poucos habitantes conseguiram estabelecer residência na nova Capital, que privilegiou funcionários públicos e membros da elite mineira. Resquícios do velho local permaneceram como moradias para membros da Comissão Construtora (fig. 12 e 13), e mostraram a dureza das transformações no tempo e no espaço, a dimensão violenta da urbanização de uma localidade em seus últimos momentos para o desenvolvimento de uma cidade.



Figura 13 - Residência do Engenheiro Chefe da CCNC Aarão Reis no atual Parque Municipal. Fonte: APCBH, Acervo CCNC.

2.2 Organização territorial da nova cidade

Em mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado em 1928, temos um importante comentário sobre a divisão do território de Belo

Horizonte em zonas urbana, suburbana e rural (fig. 14). No texto percebemos a distinção política e administrativa nas zonas urbana e suburbana, além das referências à gestão em outras cidades:

DIVISÃO EM ZONAS DO MUNICIPIO DE BELLO HORIZONTE

Como se verifica nos grandes centros, todas as cidades importantes de grande desenvolvimento, a bem da eficiencia e facilidade da administração, não podem prescindir de uma divisão administrativa em zonas, com limites definidos, para applicação das leis que não podem ser generalizadas indistinctamente a todo o perímetro da cidade. Bello Horizonte que pela sua população e progresso já é uma grande e importante cidade não tem bem caracterizados os limites das zonas em que deve ser dividida uma cidade. Assim é que, á parte a zona urbana, delimitada pela avenida do contorno, tem-se unicamente a zona suburbana constituída pelas ex-colonias emancipadas e as numerosas Villas nestes quatro últimos annos approvadas que certamente são consideradas zonas suburbanas, visto não existir uma designação para a zona dellas. Diante disto, acho injusto que uma zona como a Floresta, o bairro de Santa Thereza e outros mais sejam classificados na mesma zona que as vilas mais longiquas como as existentes no Freitas, por exemplo, ou a uma parte de muitas ex-colonias emancipadas e incluídas na zona suburbana e que continuam sem nenhum vislumbre de desenvolvimento e progresso; Nestas condições rogo a vossa attenção para o assumpto rapidamente ventilado nesta linhas e submetto a vossa apreciação a divisão em zonas com as respectivas delimitações que esta Secção apresenta para a cidade de Bello Horizonte.

Divisão em zonas:

Zona urbana

Zona suburbana

Zona rural

ZONA URBANA

Continua sem nenhuma alteração e sua divisa com a zona suburbana é a Avenida do Contorno.⁹⁷

⁹⁷ BELO HORIZONTE. Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1928. p. 45

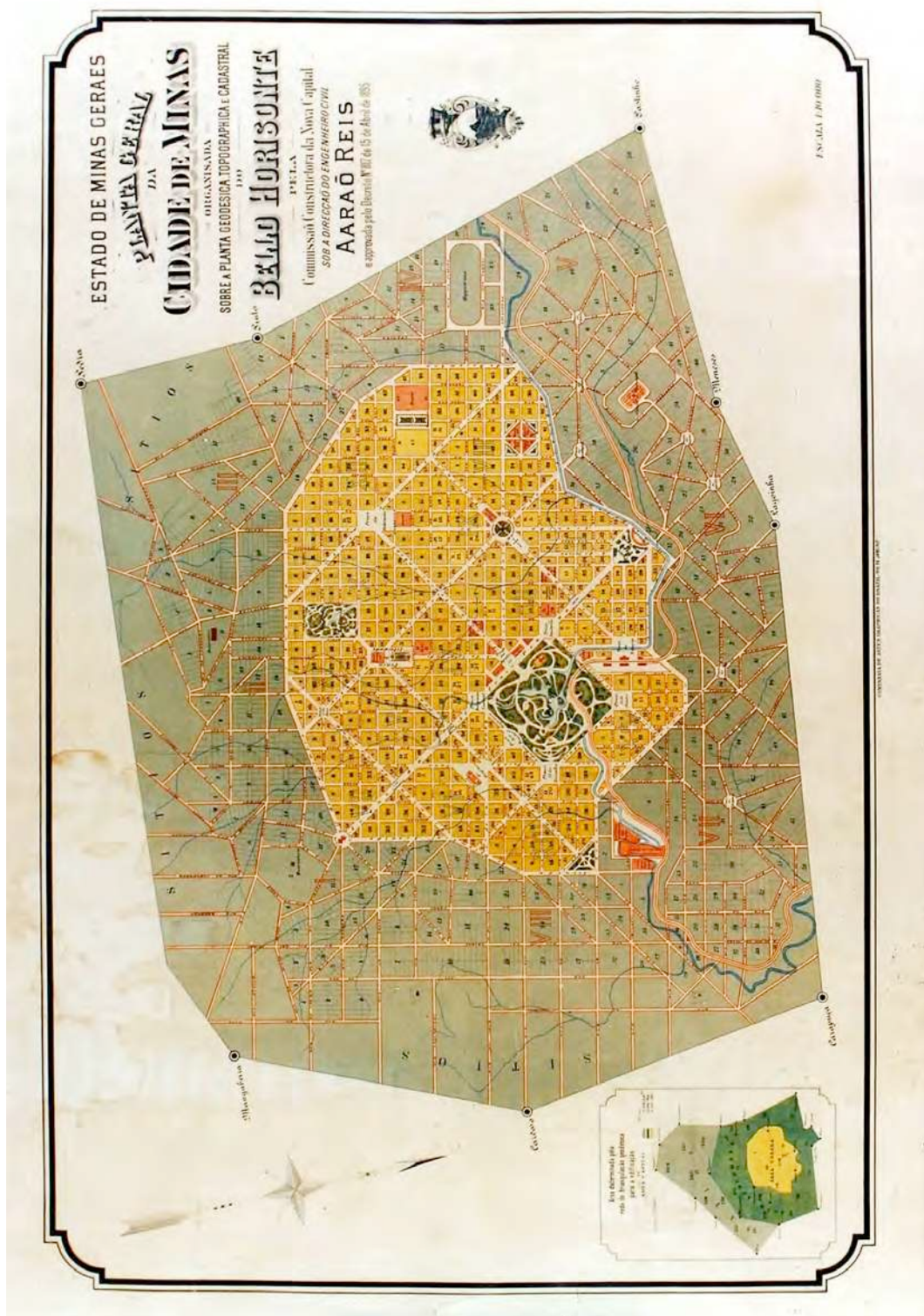


Figura 14 - Planta Geral da Cidade de Minas Belo Horizonte, detalhe do zoneamento urbano ao centro em cor laranja, e zoneamento suburbano em verde musgo ao redor. 1895. Fonte: APCBH.

A distinção zona urbana, suburbana e rural, estivesse ou não de acordo com o plano da CCNC, implicou em uma cidade socialmente hierarquizada caracterizando os limites suburbano e rural a condição de espaços de segunda classe. Seu crescimento, ao longo das primeiras décadas do século XX, contrariou as expectativas iniciais da Comissão Construtora da Nova Capital, pois a cidade, em um primeiro momento, teve crescimento expressivo nos subúrbios. Causou impacto no abastecimento de água, no fornecimento de energia elétrica e na gestão dos esgotos. O abastecimento de água foi durante muito tempo um impasse para os prefeitos.

Os dados referentes à década de 1920, momento de maior crescimento da capital, confirmam a preponderância dos números dos subúrbios em relação à zona urbana:

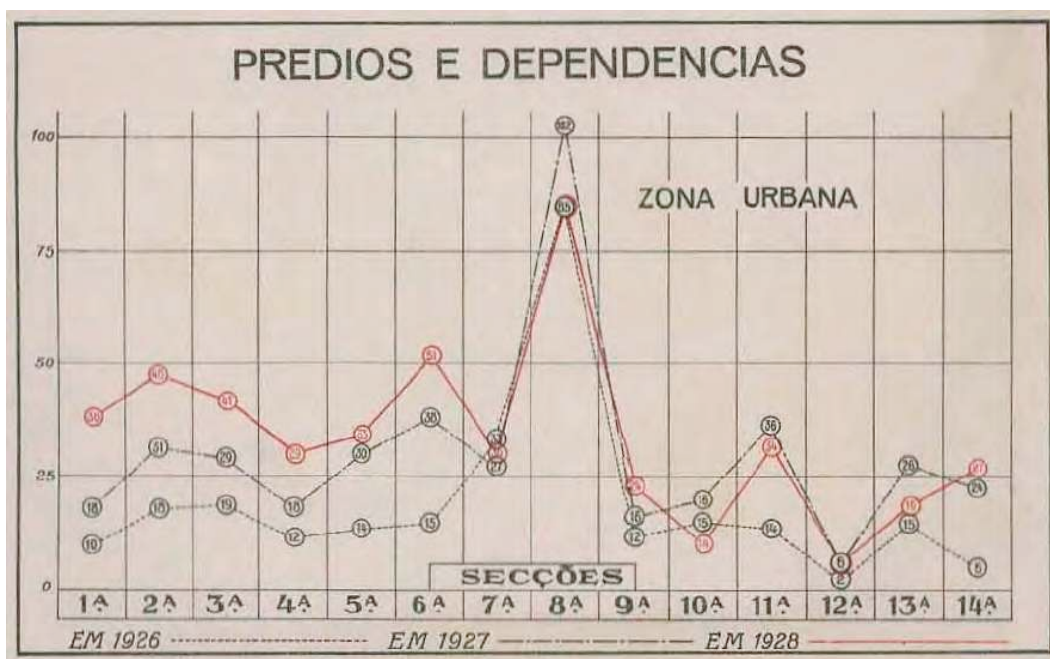


Figura 15 - Crescimento de prédios e dependências na zona urbana da capital
 Fonte: Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.

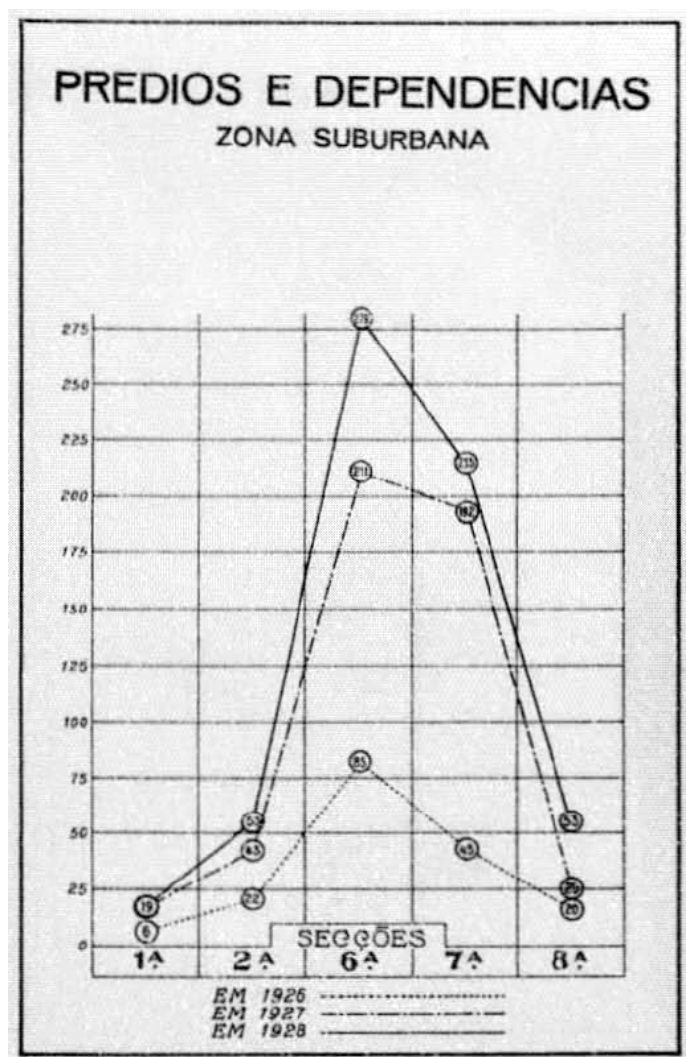


Figura 16 - Crescimento de prédios e dependências na zona suburbana consideravelmente superior ao índice da zona urbana da capital. Fonte: Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.

As figuras 15 e 16 deixam em evidência a diferença entre o crescimento no número de edificações na zona urbana e na zona suburbana entre 1926 e 1928. Enquanto a primeira tinha 102 construções na 8ª sessão, a zona suburbana possuía mais que o dobro de edificações construídas, com 278 prédios e dependências com maior concentração nas sessões 6ª e 7ª. Na figura 16 destaco as sessões mais desenvolvidas na zona urbana e suburbana:

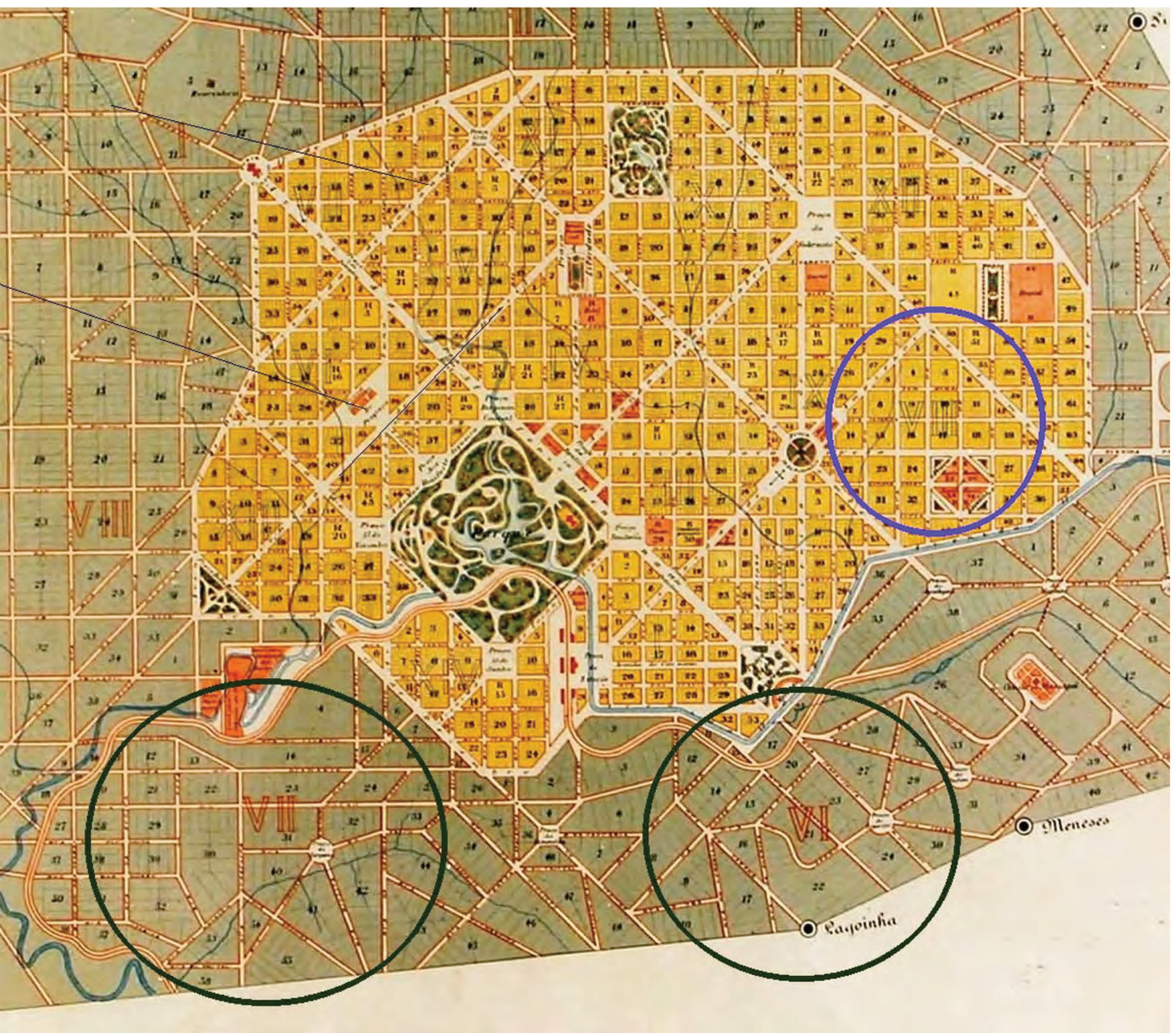


Figura 17 – Destaque: círculo azul para 8ª sessão urbana (Atual bairro Barro Preto), e círculo verde para 6ª e 7ª sessões suburbanas (bairros Horto, Sagrada Família e Lagoinha), com um movimento crescente para o norte na década de 1920.

De acordo com a pesquisa concluída em 2006 por Tito Aguiar⁹⁸, apesar dos subúrbios terem sido rapidamente povoados, permaneceram por longo tempo desprovidos dos serviços urbanos e de infraestrutura, como abastecimento de água, transporte, pavimentação e energia elétrica que não faltaram à zona urbana. Como podemos ver abaixo (fig. 18), o índice de maior acréscimo de construções nas três zonas entres os anos de 1926 e 1928 é da zona suburbana, com 411 construções. A zona urbana apresenta aumento de 196 construções.

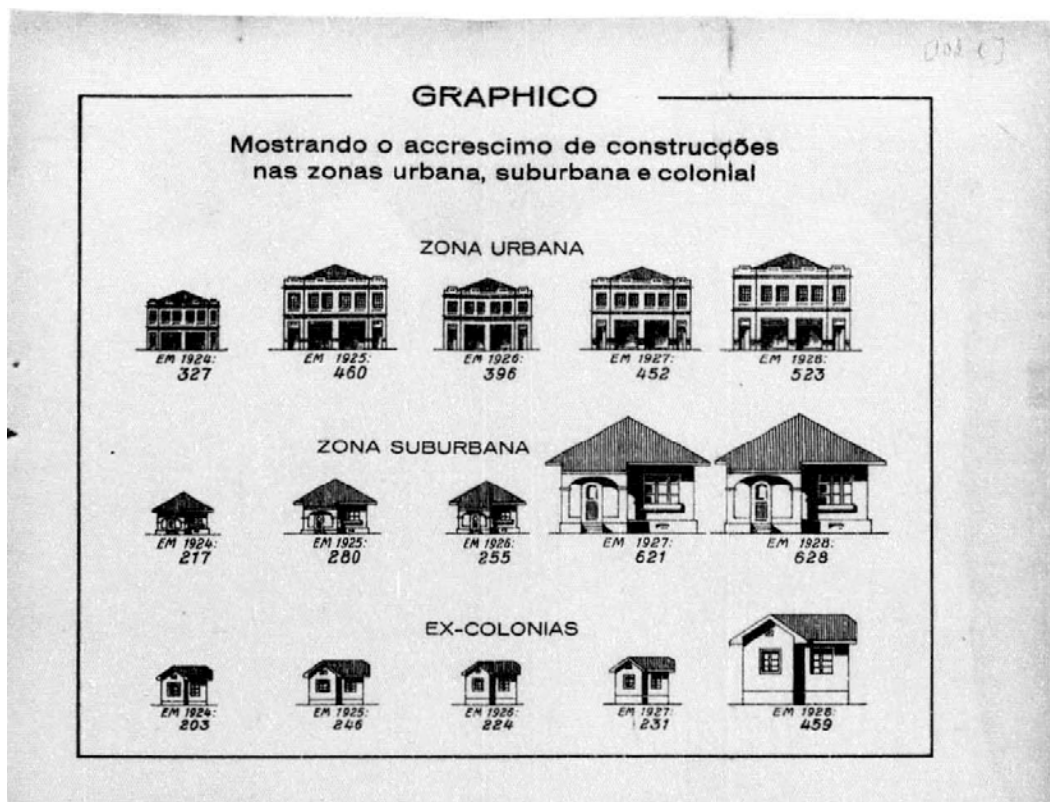


Figura 18 - Acréscimo de construções na zona urbana, suburbana e rural (ex-colônias agrícolas) da capital. Fonte: Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.

⁹⁸ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na periferia de Belo Horizonte. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. 443p

2.3 Narrativa progressista nos relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo da Capital (1899-1929)

A coleção “Relatórios de prefeito” é a principal Fonte de pesquisa histórica sobre a administração pública municipal de Belo Horizonte. Seu acervo é constituído por relatórios oficiais relativos ao período que se inicia com a criação da Prefeitura, em 1898, e se estende até 2005. Todo material pode ser encontrado sob guarda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e pode ser consultado em versão digitalizada no portal da Prefeitura.

No processo de inventariação dos documentos, eles foram organizados pelo APCBH em quatro séries: Relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo da Capital (1899-1929), Relatórios apresentados por funcionários aos prefeitos (1930-1967), Relatórios apresentados pelos prefeitos aos governadores (1935-1941) e os Relatórios apresentados pelos prefeitos à Câmara Municipal (1936-2005).

Os documentos administrativos são peças importantes para pesquisa histórica, quando esta se propõe a entender como os discursos políticos dos gestores públicos afetaram a vida social dos que viveram na cidade em determinado período. Através deles podemos identificar as concepções administrativas que coordenaram a política de desenvolvimento da cidade e que foram, em muitos casos, guiadas por interesses políticos e movimentos que visavam consolidar trajetórias pessoais em carreiras públicas/políticas.

Para facilitar a compreensão do contexto em que os documentos estão inseridos, dividi o período de 1897 a 1930 em três momentos: de 1897 a 1910, período em que se consolidou a mudança da capital do Estado, quando o movimento de trabalhadores chegando foi intenso. Entre 1910 e 1920, com o segundo impulso de migração populacional para a nova capital, ligado à industrialização através do desenvolvimento do setor têxtil e de alimentos e bebidas, que influenciou diretamente na vida pública que estava se consolidando. A especulação imobiliária, nesse período, dificultou o crescimento urbano da capital,

e medidas começaram a ser tomadas para regular a ocupação da área interna ao perímetro da Avenida do Contorno, a zona urbana. Ao mesmo tempo, os cafés e os espetáculos artísticos iam tornando-se presentes na vida social urbana da capital. Entre 1920 e 1930, a vida pública sofreu intensa transformação. Os cafés, teatros e cinemas se difundiram intensamente, e a capital passou a receber espetáculos teatrais e musicais.

Os relatórios de prefeitos correspondem às transformações do período e dos três momentos aqui apontados, mas também revelam como assuntos recorrentes no seu conteúdo são relevantes para entender a atuação do poder público na gestão da cidade (como o poder público responsável pela gestão da cidade atuou). As temáticas que se destacaram entre as questões da administração pública da capital referem-se principalmente à higiene, ao sanitarismo e ao embelezamento, mas também tratam do abastecimento, transporte e circulação na cidade. O documento servia ainda como propaganda da atuação dos prefeitos para o Estado e para o Partido Republicano Mineiro, exaltando as medidas tomadas por cada um como essenciais para o desenvolvimento da cidade.

2.3.2 Ideias políticas e interesses sociais

A Nova Capital, criada para expressar a modernização do Estado de Minas Gerais no Brasil Republicano deveria representar também a superação da concepção administrativa dos regimes políticos anteriores como o ponto máximo das práticas progressistas. Nos primeiros anos o trabalho administrativo se ocupou com a continuidade na instalação da capital, que embora inaugurada em 1897, só tomou a forma próxima ao planejado em meados dos anos de 1900. A cidade planejada para receber 30.000 almas⁹⁹ não possuía, contudo, números tão

⁹⁹ Art. 3º “O projeto da Nova Capital sera delineado sobre a base inicial de 30.000 habitantes e a base total de 200.000 habitantes.” – Atos executivos do Governo do

expressivos: pouco menos de 16.000 pessoas lá habitavam em 1902¹⁰⁰, sendo a maioria composta por funcionários públicos do município e do Estado e por trabalhadores de diversos setores.

Inaugurada em 1897 sobre as ruínas do arraial de Curral Del Rei, seu aspecto embora não fosse favorável, era o de uma cidade minimamente consolidada. Belo Horizonte em pouco mais de cinco décadas, apresentaria um rápido crescimento demográfico. Segundo levantamento de Botelho (2007), de 13 mil habitantes em 1900, a cidade passou para mais de 17 mil em 1905, cerca de 40 mil em 1912 e 55 mil em 1920, sendo que duas décadas depois, já contava com 211 mil habitantes de acordo com o censo de 1940, chegando a 352 mil em 1950 com taxa de crescimento acima dos 4% ao ano.

Estado. ESTADO DE MINAS GERAES. **Comissão Construtora da Nova Capital**: revista geral dos trabalhos, abril de 1895. P. 30

¹⁰⁰ Em 1903 o total de mulheres na Capital era 7.524 e o total de homens era 7.593, num total de pouco mais de 15.000 pessoas. BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903. p. 69

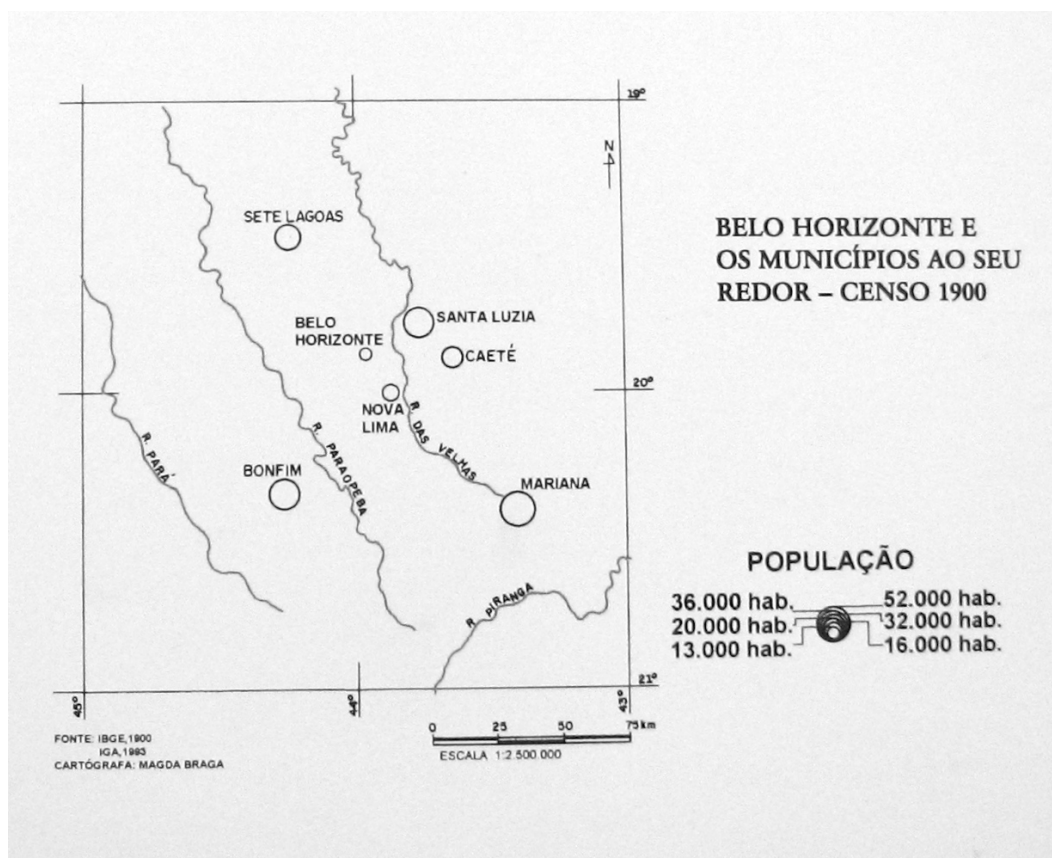


Figura 19 – Comparativo populacional entre Belo Horizonte e os municípios vizinhos. A capital aparece com 13.000 habitantes, menor número entre os municípios ao seu redor. Fonte: PANORAMA de Belo Horizonte: Atlas Histórico - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 103p

A indústria, sobretudo o setor têxtil e de alimentos e bebidas, também tiveram papel importante na atração de migrantes. Na terceira década de existência da cidade os operários já eram mais de 11 mil no universo de 50 mil habitantes levantados no censo de 1928.

O movimento migratório estimulou o crescimento da população belo-horizontina num primeiro momento e foi marcado pela forte presença de estrangeiros. Esse fluxo migratório, como sabemos, já foi destacado em diversos outros estudos sobre os contingentes que se deslocaram do exterior para o Brasil

e de outras localidades para Belo Horizonte. O trabalho de Botelho¹⁰¹ chama atenção para um grupo mais significativo e pouco estudado, que são os migrantes internos, brasileiros e de outras regiões do estado ou de fora dele que se dirigiram para nova capital de Minas Gerais.

Nos anos iniciais, Belo horizonte destacou-se como polo de atração de levadas de estrangeiros que chegavam a Minas Gerais, com o predomínio de famílias na composição do contingente. Ao longo das décadas, o volume de imigrantes estrangeiros declinou em termos relativos e o conjunto de migrantes que sustentou o crescimento da população da cidade era de brasileiros e sobretudo de mineiros. Essa onda migratória coincidiu com a implantação de instituições de ensino, sobretudo de cursos superiores como direito e engenharia, farmácia e Medicina, marcando um momento em que a cidade deixara de ser meramente burocrática para ser também uma cidade de estudantes.

Botelho¹⁰² considera que a maior parte de deslocamentos foi de curta distância, e que muitos deles provisórios ou pelo menos assim previstos pelos migrantes. Desse modo, muitos dos indivíduos que se deslocaram para Belo Horizonte não romperam os laços com seus lugares de origem, tendo a perspectiva do retorno à região de origem e a migração poderia ser revertida muito mais facilmente que a dos estrangeiros, dadas as dificuldades de deslocamentos intercontinentais naquela época.

O Partido Republicano Mineiro (PRM) – um dos motores da transferência da capital do Estado – criado em 1888 como representação dos ideais republicanos de Minas Gerais, figurou como única agremiação partidária e manteve sob sua unidade política a representação de si para o país através da gestão do estado e do município. Entre 1889 e 1930, todos os governantes do

¹⁰¹ BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História**, Belo Horizonte: PUC Minas, v.9, n.12, p.11-33, 2º sem. 2007

¹⁰² Id. Op. Cit.

Estado eram membros do PRM. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do Estado de Minas Gerais entre 1926-1930, foi prefeito de Belo Horizonte em 1905 e 1906. Alguns dos seus principais representantes alcançaram a presidência, como Afonso Pena (1906-1909), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926).

Nos documentos da administração municipal de Belo Horizonte, percebemos como o discurso administrativo permanecia alinhado aos interesses do PRM que, por sua vez, representava o interesse do estado. Os prefeitos do período constantemente referiam-se ao PRM nos editoriais dos relatórios:

Não obstante ser o P.R.M. a única e grande agremiação partidária de Minas, á sombra da qual tem o Estado firmado a tradição de admirável unidade política, os diversos directorios de bairros, filiados á sua direcção, no recommendar os candidatos ao suffragio popular, tiveram o pensamento altamente liberal de deixar quatro dos 10 lugares de Conselheiros para serem pleiteados “por quantos se interessassem pela vida do município e da capital”.¹⁰³

Na mesma nota, percebe-se também o apelo democrático presente nas falas dos gestores públicos. O povo e a motivação pelo bem comum eram os principais elementos retóricos. O “bem comum” e o “público” se consolidaram na linguagem administrativa dos gestores que deveriam dar continuidade à construção da cidade e contribuir ao desenvolvimento econômico do Estado. As menções aos interesses públicos e ao papel dos gestores nos primeiros anos surgiram com o termo “público” expressando o interesse comum aos cidadãos do município atrelado a ideia de “publicidade”, no sentido de que havia um compromisso dos gestores em tornar público os atos administrativos:

Si bem que os actos da minha administração sejam sempre revestidos da maior publicidade, entregando-se, diariamente, á imprensa todas as deliberações tomadas, todo expediente e todos

¹⁰³ BELO HORIZONTE. Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926. Christiano Monteiro Machado, p. 4.

os despachos referentes aos diversos ramos de serviço, não deixa de ser profícuo e útil o conhecimento em conjunto, do que se faz, da maneira por que foram aplicados os dinheiros públicos, pagos sempre com certo sacrifício pelo povo, mormente em epocha de tamanha crise econômica.¹⁰⁴

A baixa densidade populacional e o pouco número de serviços regulamentados e fiscalizados pelo poder do município fizeram com que o déficit na arrecadação de impostos preocupasse os gestores nos primeiros anos da capital, que conviveram com a falta de recursos. Bernardo Pinto Monteiro, primeiro prefeito gestor da Capital, definia como crise a situação econômica de Belo Horizonte: dizia haver êxodo de operários na capital e desemprego para população instalada, que tomada pelo desânimo.¹⁰⁵ Ele afirmou em seu relatório que

Era doloroso assistir o êxodo de operários, que abandonavam a cidade por falta de trabalho. As próprias construções particulares rareavam; atingíamos o período de liquidação das hypothecas, ao extremo da desvalorização das propriedades.¹⁰⁶

A situação era incontestavelmente a seguinte: cruzar os braços e deixar que o desânimo crestasse as bem fazejas iniciativas por ventura resistentes, permitir que continuassem a emigrar centenas de operários, perdendo-se por tal forma um precioso elemento de trabalho, que, alias, convinha conservar para dias afortunados, ou encorajar essa população, levantando commettimentos, encetando serviços, agitando enfim quanto trouxesse animação e vida. Foi esse meu constante cuidado.¹⁰⁷

A “crise” apontada pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro significava a instabilidade nos índices de crescimento da cidade e deve ser lida como a relação

¹⁰⁴ BELO HORIZONTE. Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro, p. 3.

¹⁰⁵ Devido ao crescimento instável, muitos dos operários contratados para construção da Nova Capital de Minas Gerais não conseguiram emprego na década seguinte, o que causou dispersão de alguns trabalhadores.

¹⁰⁶ Id. Op. Cit, p. 6.

¹⁰⁷ Id. Op. Cit, p. 8.

entre três fatores: o desaquecimento de setores da construção, o desemprego e o êxodo de operários. A construção civil, responsável pelo movimento da pequena economia da cidade, recebia subsídios do governo do estado para prosseguir com o desenvolvimento e o progresso tão almejados.

Tratar dos problemas da cidade constituía, também, uma oportunidade de se apresentar ao conselho deliberativo do Estado, evidenciando os próprios feitos e qualidades administrativas. Bernardo Pinto Monteiro, por exemplo, afirmava que “a ousadia do administrador se legitima todas as vezes que sua acção se funda no bem estar social.”¹⁰⁸

Além da ênfase no espírito progressista da administração de Belo Horizonte dada pelos prefeitos ao falar da própria administração, o discurso comum era de que não havia recursos suficientes para que a cidade fosse mantida com a própria arrecadação. Os gestores atribuíam tudo que não conseguiam realizar à escassez de recursos financeiros e à baixa renda fiscal.

O fim da década de 1900 marcou também o início de modificações no plano da Comissão Construtora. Os prefeitos constantemente questionavam certos aspectos do planejamento da capital, como a dimensão de vias públicas e os padrões construtivos de prédios administrativos.

Na década seguinte, a cidade teve um crescimento mais expressivo, no entanto, boa parte dos problemas em evidência no período anterior, tais como o abastecimento de água e a canalização dos esgotos, não haviam sido totalmente superados. O desenvolvimento da cidade era tido como um desafio, já que problemas quanto à higiene e à saúde pública, habitação e especulação imobiliária, serviços, abastecimento e emprego eram enfrentados em outros centros urbanos.

¹⁰⁸ BELO HORIZONTE. Mensagem ao Conselho Deliberativo apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro, p. 7.

A preocupação manifesta pelo prefeito Olyntho Meirelles, em 1910, indicou os princípios da comissão administrativa quanto à habitação de populares na zona urbana. Certo de que tinha a missão de prosseguir com o desenvolvimento da capital, ele direcionou os serviços fiscais imobiliários e de higiene para combater a sublocação de cômodos nos imóveis construídos na zona urbana para uma população heterogênea e “inclinada a transgressão da moral e dos bons costumes”. Esse prefeito apontou em seu relatório a necessidade de medidas como o aumento na taxação dos imóveis para diminuir a sublocação e impedir que tipos inadequados de locatários se instalassem na zona urbana de Belo horizonte.¹⁰⁹

A prática de sublocação de casas já era reconhecida como um problema sanitário no século XIX em cidades europeias como Londres e Paris, e no Brasil em São Paulo e Rio de Janeiro. Esse costume resultava do frequente excesso de moradores e reduzia os níveis de salubridade. Era difícil perceber o problema da sublocação em algumas residências que poderiam estar com boas fachadas e em locais bem pavimentados, sem que se desconfiasse da existência de várias famílias. Em Belo Horizonte, a sublocação configurava prática ilegal desde a fundação da cidade, pois a prefeitura e seu corpo técnico já tinham conhecimento do problema em outros centros urbanos.

Uma das funções da “polícia sanitária”, criada em 1903 pelo Francisco Bressane de Azevedo, consistia em realizar visitas domiciliares combatendo qualquer indício de irregularidade que poderia levar à imoralidade, à promiscuidade e à disseminação de doenças. Com função de fiscalizar, multar e atuar contra irregularidades que comprometessem os princípios higiênicos da capital, a criação de uma polícia sanitária marcou o início do processo de visitas sanitárias domiciliares. Em 1904 o prefeito chegou a afirmar que o serviço de

¹⁰⁹ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911, p. 16.

higiene implantado em Belo Horizonte era o “mesmo da cidade de São Paulo, que servia de modelo para toda América Latina”¹¹⁰

Em meados da década de 1920, consolidava-se o controle das ocupações na zona urbana sob a justificativa do controle sanitário ter-se intensificado. Ao mesmo tempo, comemorou-se a redução no número de construções vazias no perímetro central. Nas palavras dos prefeitos, as decisões administrativas eram moralmente condizentes com os princípios do Estado, “republicano e conservador”.

É importante ressaltar que as políticas de contenção do número de populares habitando a zona urbana da capital tinham como objetivo maior a manutenção do status de “sociedade urbana civilizada”, cujos habitantes seriam identificados por sua elegância, seu cosmopolitismo e, sobretudo, pelo seu nível de renda. As medidas de regulamentação do espaço urbano implementadas ao longo das três primeiras décadas da Capital expressaram-se diretamente em seus padrões construtivos. O comércio e a prestação de serviços também foram objeto de medidas saneadoras da prefeitura.

O prefeito Flávio Fernandes dos Santos salientou em seu primeiro relatório, a necessidade de combater a sublocação de imóveis e a formação de cortiços e cafuas em Belo Horizonte. Seus argumentos baseavam-se em princípios morais, de salubridade e de estética, justificados pela necessidade de manter a imagem de cidade moderna atribuída à Capital:

Os barracões convertidos em habitações ou commodos de aluguel precisam ser combatidos, como medida de salubridade e de moral, e não se compreende a admissão de cortiços em uma cidade moderna, como Belo Horizonte, planejada em um conjunto

¹¹⁰ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912, p. 21.

harmônico e perfeito, de modo a sempre se preservar a sua esthetica e hygiene.¹¹¹

A especulação imobiliária, por exemplo, com o alto número de concessões de lotes e terrenos passou a ser encarada como “problema” pelos prefeitos no fim da década de 1910. A administração pública reconhecia que a grande quantidade de lotes e construções inativas haviam se tornado um impasse ao desenvolvimento, dificultando o aumento da ocupação da zona urbana e o aumento da renda fiscal. O acesso à moradia era restritivo e privilegiava um grupo dominante composto por políticos, funcionários dos setores administrativos do Estado, empresários e comerciantes. Repasses de lotes na cidade se davam por preços altíssimos para época, e alguns proprietários esperavam o desenvolvimento da cidade para valorizar ainda mais seus terrenos.

A ocupação urbana afetada pela especulação imobiliária continuava deslocando os trabalhadores para a zona suburbana, ou tornando esta a única alternativa para habitação. Esses trabalhadores, muitas vezes, tinham que exercer seus ofícios dentro da capital, dependendo de acesso e transporte precários. Só em 1929 foram instalados bondes de segunda classe para ampliar o atendimento a população suburbana.

Uma alienação lenta de lotes urbanos concedidos não regularizados e de estabelecimentos comerciais inativos ocorreu ao longo da década de 1910, sem significar ausência de preocupação quanto às camadas sociais que teriam acesso aos territórios centrais. O prefeito Cornelio Vaz de Mello, através da Lei N. 88 de 8 de fevereiro de 1915, prorrogou o prazo de caducidade de proprietários de lotes urbanos que ainda não haviam ocupado definitivamente sua posse.

Os padrões construtivos também diminuía, consideravelmente, a chance de um habitante com baixa renda adquirir terreno e construir moradia de acordo

¹¹¹ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro de 1923, p. 43.

com os padrões da prefeitura. Em 1923, por exemplo, o diretor de obras da prefeitura sugeria que as construções comerciais na zona urbana não deveriam ter menos de dois pavimentos, e que caso houvesse necessidade de habitação permanente, seriam implicadas regras de higiene específicas:

Tem se acusado a Prefeitura de dificultar a concessão de lotes e terrenos. Não há tal. A prefeitura só tem recusado terrenos nas zonas, onde, até agora não lhe foi possível levar os serviços de água e esgoto. Como fazer concessões e permitir construções em tais zonas, si há leis proibitivas respeitantes á higiene?!¹¹²

A cidade, no entanto, mantinha taxa de crescimento considerável. Entre 1923 a 1924, segundo o Relatório Anual de Prefeito¹¹³, foram concedidos 747 alvarás de licença para construções, sendo 327 na zona urbana, 217 na zona suburbana e 203 nas ex-colônias. Foram concluídos 139 prédios, 57 acréscimos, 6 modificações e 12 dependências. Em 31 de agosto de 1924, estavam em construção mais 224 prédios. A população, segundo o mesmo relatório, também apresentou um crescimento de 7,47% entre 1920 e 1924.

Esses dados deixam em evidência algumas preocupações do poder público municipal. No relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos, em setembro de 1923, percebe-se a preocupação das políticas públicas em manter uma ocupação “racional” do solo, afirmando nesse momento o afastamento dos populares da zona urbana.

Anos antes, em 1919, o prefeito Affonso Vaz de Mello comemorava o desenvolvimento da cidade, exaltando aumento populacional, a atuação da iniciativa privada e, sobretudo, a ocupação ordenada da zona urbana de acordo com os interesses do setor imobiliário:

¹¹² BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1920, p. 6.

¹¹³ Id. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1924, p. 7.

Desenvolvimento da cidade

Folgo em poder informar que a Capital, após o longo período de quasi 5 annos de apathia, vae se reanimando e reassumindo a actividade dos annos de 1912 e 1913, época da sua maior prosperidade.

As construcções de iniciativa particular d'aquelle período a esta parte vinham gradativamente diminuindo e chegariam a completa paralysação si, mercê de novos elementos de vida, não voltasse a cidade, com augmento sensível da sua população, a esperança de melhores dias.

Traduz bem a verdade desta affirmação o facto de não mais se verificar a existência de casas desoccupadas em Bello Horizonte, quando, em 1917, chegou-se a contar elevado numero de 600.¹¹⁴

Esse fenômeno, de manutenção do capital espacial, valorização imobiliária e “enobrecimento urbano” é hoje entendido e identificado como *gentrification*, ou “gentrificação”. Trata-se de uma série de medidas de intervenção no espaço urbano que, com ou sem auxílio dos governos, sustenta-se no argumento de recapitalização e de revalorização de áreas urbanas. O mercado imobiliário é um dos mais beneficiados e a população de baixa renda é comumente afetada negativamente, pois o acesso a determinadas áreas é cerceado.

Na prática, o processo de gestão da cidade, sobretudo da zona urbana, velava a ambição de ter uma capital civilizada sob os alicerces da beleza e da salubridade. O prefeito Olyntho Meirelles, por exemplo, enfatizou a importância política e simbólica da capital para o Estado e para o País no editorial de seu relatório em 1911. Ele direccionou suas palavras ao eleitorado de Belo Horizonte felicitando-os pelos seus representantes “empenhados em surtos positivos de progresso, de conforto e embellezamentos”. Afirmou, naquele momento, que o processo de superação das cidades coloniais era o resultado da construção de uma capital moderna, pois

¹¹⁴ BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1919, p. 18.

[...] a vida da municipalidade de Belo Horizonte nem de longe poderá ser comparada a de velhas cidades do interior do Estado, onde a função administrativa é, no geral, de simples custeio de serviços existentes, com espaçados arrancos de melhoramentos e obras novas.¹¹⁵

Francisco Bressane de Azevedo evidenciou o quanto os princípios da higiene e do embelezamento eram caros ao ideal progressista, na concepção de administrativa do Estado. Gestor do município entre 1902 e 1905, ao prosseguir com o trabalho de manter a cidade em desenvolvimento fez importantes levantamentos estatísticos e implantou medidas de conservação da cidade, tais como a manutenção de vias públicas, a arborização, o calçamento e a limpeza urbana e foi responsável pela matrícula de mendigos na capital (foram registrados em sua gestão 15 mendigos residentes na capital por mais de 2 anos).

Um dos prefeitos mais expressivos no que diz respeito a iniciativas de embelezamento e manutenção sanitária da capital, Flávio Fernandes dos Santos, esteve na gestão entre 1922 e 1926. Ele consolidou a ideia de que salubridade e embelezamento deveriam ser priorizados para garantir o progresso da Capital. Fez diversos investimentos e sempre chamava atenção à limpeza pública. Consta, no relatório de 1922, uma nota redigida pelo seu diretor de obras sobre o embelezamento da capital, destacando a importância da intervenção nos espaços públicos, sobretudo nas praças:

Com este título podem ser abrangidas obras as mais variadas a cargo da Prefeitura, sem contar as que, com outro objetivo como o calçamento, regulação de ruas, praças e avenidas, etc., etc, contribuem, decisivamente, para o mesmo fim. Entre as que a administração actual deve cuidar citarei: a remodelação da Praça Ruy Barbosa, á margem direita do “Arrudas” que deve ser feita pela directoria de Obras; o revestimento deste rio, desde a rua Guaycurús, até a Praça Rio Branco e construção de passeio e balaustrada desde este ponto até a Avenida Tocantins; conclusão

¹¹⁵ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912, p. 4.

dos passeios alargados em toda a zona central, etc. Entre os que estão a cargo dos particulares, deve ser exigido, uma vez por todas, que se façam e se conservem os passeios, que sejam fechados muitos terrenos ainda não murados nas zonas já edificadas, que se exija a boa conservação e limpeza dos muros segundo os alinhamentos das casas e as frentes destas.

Paralelamente, a Prefeitura não deve transigir e sim ser cada vez mais exigente, quanto aos projectos das casas a serem construídas em certas zonas ou bairros, de modo que além das boas dimensões e proporções dos edifícios, revelem bom gosto e agradável aspecto. Isto, de modo geral não encarece a obra e revela, de outro lado, que o povo se, educa.

O aspecto desta cidade com suas casas na maioria de fachadas em platibanda, quer sejam recuadas ou não, enfeitadas de flores e compoteiras; a verdadeira mania de se construirem prédios para habitação de famílias no alinhamento da rua, antes de recual-as e alegrial-as com jardins, são factos verdadeiramente entristecedores.

V. Excia. bem se sabe como me tenho esforçado por conseguir um pouco mais de gosto nas construções e sinto-me feliz em verificar que o meu pensamento tem sido bem compreendido, em regra geral.¹¹⁶

Os documentos administrativos produzidos pelo município, quando se referiam à nova capital, enfatizaram o embelezamento e legitimaram mudanças espaciais, defendendo um princípio organizador do espaço e moralizador da sociedade. Veremos a seguir as frentes de ação do poder público na Capital.

2.4 Gestão da cidade

É possível dizer que a administração pública em Belo Horizonte tinha duas frentes de ação nas primeiras décadas: uma voltada para solucionar os problemas advindos do desenvolvimento urbano e outra para atender a necessidade de manter a cidade moderna e civilizada.

As leis e decretos que regulamentavam o desenvolvimento da capital deviam passar por avaliação do Conselho Deliberativo e pelo Governo do Estado.

¹¹⁶ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1923, p. 115.

Durante as três primeiras décadas, constatou-se que os decretos mais expressivos quanto à organização do espaço físico e ao aspecto social da cidade estavam direcionados à zona urbana da capital, sobretudo visando à manutenção de aspectos que caracterizariam uma vida social moderna.

A gestão da cidade recém inaugurada envolvia, a todo momento, a atenção de seu corpo administrativo quanto à regulamentação do seu desenvolvimento. A preocupação com a arborização, o ajardinamento e o registro de alterações toponímicas e espaciais era subliminarmente apresentada como parte de um mecanismo de controle.

Em todo caso, seria conveniente, que, desde já, em conformidade com as sugestões do Director de Obras, se estabelecessem as seguintes regras: (...)

3ª que sejam permissas cercas vivas, Segundo o alinhamento da rua, e mesmo simples gramados, nos arrabaldes, aonde as construções possam approximar-se do genero de campo, como bungalows, etc;

4ª que se admitta, nos bairros operarios e militares construções baratas, com paredes formadas de pilastras e pannos de meio tijolo, soalho constituido de revestimento de terreno com tijolos simples ou comprimidos, sem fôrro, e sem janellas de vidro, contanto que as casas sejam rebocadas e caiadas, interna e externamente, e disponham de instalação sanitaria simples, ligada a uma fossa absorvente, quando não haja rede de esgotos no local, e admittendo-se em taes casos o emprego de qualquer madeira, roliça ou não, nos engradamentos dos telhados, uma vez que estes fiquem bem desempenhados.¹¹⁷

Também se nota como um amplo circuito de circulação de ideias contribuiu para gestão da cidade, não somente em relação aos populares mas na construção de prédios, de casas, na arborização de vias públicas, de parques, de jardins e de praças. É importante destacar que a circulação de ideias não significou a importação de problemas e soluções. A cidade foi construída sob a luz da universalização técnica e expressaria o pioneirismo mineiro: moldar a nova visão

¹¹⁷ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1923, p. 17.

do desenvolvimento em consonância com uma concepção moderna de urbano e cidade sem romper com os valores da sociedade mineira no período. Um exemplo pode ser a reflexão publicada em 1923 no relatório referente à gestão do prefeito Flavio Fernandes dos Santos:

Em Bello Horizonte, cidade fundada sob um plano geométrico, racional e definitivo, seria um crime admitir-se o chamado método natural de crescimento, que ia sendo permitido, devido naturalmente à lição, inaplicável ao nosso caso, das autoridades europeias sobre o assumpto.

J. Stubben, Burgo Mestre de Colonia, dividindo as cidades em duas categorias: “as que se desenvolvem por meio de acréscimos sucessivos a uma situação existente, estendendo gradativamente as vias actuaes, e abrindo novas ao acaso, á medida que as edificações se vão multiplicando em número, mas sem relação entre umas e outras”; “as que estabelecem um plano geral para o conjunto ou para cada bairro, plano a que as novas construcções são compelidas a obedecer”, chamava de natural o primeiro e de artificial o ultimo methodo de crescimento.

O Dr, Victor da Silva Freire, diretor de obras da Municipalidade de S. Paulo, mostra, porém, “quão falsa é essa definição, pois que não ha nada menos natural do que deixar pulular prédios a esmo, sem procurar dispo-los segundo as conveniências, e não é de modo algum uma concepção artificial, mas demonstra, pelo contrário, a pratica, ser uma necessidade indeclinável, que a expansão de uma cidade se dê segundo as linhas de um plano ponderado e racional.”¹¹⁸

Ao encarar os problemas urbanísticos com conhecimento de outros contextos, a administração pública redesenhava suas próprias alternativas em sintonia com os interesses particulares que sustentavam o discurso em prol de uma sociedade moderna e limpa, principalmente com os interesses do setor imobiliário:

Em todo caso, seria conveniente, que, desde já, em conformidade com as sugestões do Diretor de Obras, se estabelecessem as seguintes proposições:

1ª Que na zona comercial, densamente construída, tal como a em que não são permitidas as edificações de menos de dois

¹¹⁸ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1923, p. 11.

pavimentos, se consintam as construções contíguas tratando-se de prédios destinados a fins commerciaes, ou em que apenas o pavimento superior podendo receber luz e ser ventilado francamente pelo telhado, se destine a habitação permanente.¹¹⁹

A regulamentação da mendicância na cidade ocorreu em 1901, com o decreto Nº 1435 em 27 de dezembro que determinava obrigatório o cadastro e matrícula de mendigos na capital e limitava a permanência ociosa na cidade. A regulamentação era, de fato, um mecanismo para evitar a mendicância dentro do perímetro urbano. Em 1902, foram identificados pelo poder público 43 mendigos, “tendo sido negada a matrícula a grande número, que não apresentava os requisitos legais para esmolar na Cidade”¹²⁰. Em 1903, o número de mendigos registrados na Capital, de acordo com relatório do prefeito Francisco Bressane de Azevedo, era de 15, enquanto a população total da capital pouco ultrapassava o número de 15.000 habitantes.

Até então, a mendicância não constituía uma ameaça significativa à desejada imagem de cidade moderna. Representava um tipo de problema urbano conhecido pelos gestores públicos. Eles tinham acesso a informações advindas de outros centros urbanos do país e do estrangeiro. Pode-se tomar como exemplo a comparação entre Londres e Belo Horizonte quanto à mortalidade infantil, e o informativo sobre a mortalidade em diferentes países do continente europeu (Tabelas 1 e 2).

¹¹⁹ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1923, p. 17.

¹²⁰ Id. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro em agosto de 1902, p. 160.

Tabela 1 - Mortalidade infantil em Belo Horizonte em 1901 e 1902.

Mortalidade de 0 a 5 anos em 1901 e 1902								
Moléstias	1901				1902			
	De 0 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5	Total	De 0 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5	Total
Atrepsia	9	1	3	13	9	2	5	16
Enterite	13	2	15	30	13	14	11	38
Gastro-enterite	6	1	4	11	7	3	9	19
Febre tífica	-	-	2	2	-	-	-	-
Bronquite	9	7	3	19	10	3	8	21
Meningite	2	1	2	5	3	1	5	9
Inanição	3	1	1	5	1	-	-	1
Congestão pulmonar	-	-	1	1	-	1	-	1
Peritonite	-	1	-	1	-	-	-	-
Influenza	-	-	1	1	3	1	2	6
Indigestão	1	-	-	1	-	-	-	-
Sarampão	-	1	-	1	-	1	2	3
Meningismo	-	1	-	1	-	-	-	-
Tétano dos recém nascidos	1	-	-	1	3	-	-	3
Sem deciação	2	-	1	3	9	3	2	12
Pneumonia	1	-	3	1	1	2	4	7
Coqueluche paludosa	-	-	1	1	-	-	-	-
Coqueluche	1	-	-	1	-	-	-	-
Inviabilidade	7	-	-	7	8	-	-	8
Raquitismo	1	-	-	1	-	-	-	-
Laringite	-	-	-	-	-	1	3	4
Eczema agudo	-	-	-	-	1	-	-	1
Tétano	-	-	-	-	-	-	2	2
Convulsões	-	-	-	-	-	-	1	1
Acidente	-	-	-	-	-	-	1	1
Uremia	-	-	-	-	-	-	1	1
Cachexia	-	-	-	-	1	-	-	1

Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 72.

No mesmo relatório, apresenta-se breve análise de uma publicação inglesa em que o correspondente menciona a notificação do Dr. W. Hope¹²¹,

diretor da saúde pública em Liverpool, em seu relatório anual para 1901” em que “chama a atenção para a diminuição de nascimentos que caiu de 38,6 por 1.000 em 1877 a 32,2 por 1.000 em 1901.¹²²

Os dados são debatidos em torno da relação entre densidade populacional, natalidade e mortalidade infantil, apontando para importância do controle sanitário. A má alimentação e a cultura “viciosa” dos pobres eram parte importante da preocupação sanitarista, pois incidiam no aumento da taxa de natalidade e de mortalidade infantil. Ou seja, aqueles que viviam em condições insalubres estariam inclinados à promiscuidade e contribuíam, ao mesmo tempo, tanto para aumento da taxa de natalidade, como para o aumento da taxa de mortalidade, já que não possuíam condições adequadas para criar os filhos.

¹²¹ CLAYTON, June. Dr. Edward William Hope, medical officer of Health for Liverpool, 1894-1924: development of an international public health authority. Liverpool Medical Institution <www.lmi.org.uk/Data/10/Docs/13/13Clayton.pdf> Acessado em: 10 jun. 2011.

O Dr. William Edward Hope foi Diretor Médico Assistente da Saúde para a Cidade e porto de Liverpool entre 1883 e 1894, Médico da Saúde de 1894 até sua aposentadoria em 1924. Também foi professor de higiene da Universidade de Vitória, em Liverpool. É importante mencionar que a nomeação de W. E. Hope para o cargo de médico assistente para ajudar Stopford Taylor na inspeção sanitária da cidade, em 1883, representou a ligação entre a medicina científica e a saúde pública do século XIX com o século XX, ao trazer a natalidade e mortalidade ao centro das discussões que no século XIX estavam direcionadas às condições de vida precárias dos trabalhadores. Nos relatórios de higiene que compunham os relatórios de prefeito, o movimento as taxas de natalidade e mortalidade ganharam relevância nos índices de saúde pública da capital.

¹²² BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 73.

Tabela 2 - Dados e índices da mortalidade infantil em Londres

Sobre cada 1.000 nascidos quantas mortes de 0 a 1 ano		
Burgos	Morte de crianças de menos de 1 ano de idade para 1.000 nascimentos	Observações
Condado de Londres	155	
Paddington	126	
Kenisgton	169	
Hammersmith	161	
Fulham	149	
Chelsea	141	
City of Westminster	157	
Santa Marylebone	113	
Hampestaed	101	
St. Pancreas	169	
Ishington	152	
Hackmey	121	
Holbarn	161	
Fulsburg	173	
City de Londres	169	
Shoreditch	171	
Bethnai Green	161	
Stepney	162	
Paplar	168	
Southwark	173	
Beruwadsey	184	
Lamberth	145	
Bathersea	169	
Wandswort	133	
Gamberwell	153	
Deptsford	185	
Greenwick	152	
Lewisham	170	
Woolwick	151	
Bello Horizonte	153	1901
Bello Horizonte	82	1902
Média de 2 anos (1901 e 1902):	117,5	

Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 85.

Tabela 3 - Índice comparativo da taxa de mortalidade entre países europeus com os números de Belo Horizonte considerando o número de mortes para cada 1.000 habitantes.

Idades	Países - para cada 1.000 habitantes de 0 a 1 ano quantas mortes									
	Itália	França	Inglaterra	Prússia	Áustria	Bélgica	Países baixos	Suécia	Portugal	Belo Horizonte
0 a 1 ano	231	179	167	222	230	176	193	127	132	166

Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, Pag. 87

O texto sobre demografia e higiene no relatório do prefeito Francisco Bressane prossegue com inserções sobre a situação em cidades europeias:

Liverpool é uma cidade inglesa, essencialmente commerciante, na qual as disposições sanitárias são reaes, o abastecimento de agua bom e abundante, onde, em resumo, a municipalidade cuida da saúde de seus habitantes tanto quanto é possível.

A questão é que tudo isso pouco aproveita, si os hábitos pessoas e domésticos são maus.

Quando os paes despresam seus filhos, os alimentam mal e os deixam viver entre a imundice e o vicio, o resultado deve ser – excessiva mortalidade infantil. O único remédio parece ser a educação.

Isto é o que se passa em uma cidade européa onde a hygiene é observada com rigor que a raça inglesa emprega nestas questões de saúde pública, e, si nos fossem fornecidas estatísticas rigorosas de nossas localidades, não seria difícil verificar que Belo Horizonte é daquelas que poderia, pelas suas condições mesológicas, ocupar logar saliente entre as que mais se gabam da sua salubridade. (Grifo meu)¹²³

No relatório seguinte, é apresentado um quadro (tabela 5) com 22 cidades e seus respectivos índices de mortalidade no intuito de mostrar que os valores em Belo Horizonte não ultrapassam a taxa mundial. O quadro traz dados de cidades como Moscou, Nova York, Amsterdam, Havana, Milão, São Paulo, Recife e Juiz de

¹²³ BELO HORIZONTE, Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903, p. 85.

Fora, e aponta Belo Horizonte com uma taxa de mortalidade de 18,2% para cada mil habitantes.

Tabela 5 - Mortalidade nas principais cidades, porcentagem por 1.000 habitantes.

Cidades	Ano	Porcentagem
Lima	1903	34,9
Petrópolis	1901	31,2
Recife	1903	30,7
Moscou	1902	28,7
Madrid	1900	29,7
Antonina	1903	28,0
Paranaguá	1903	27,8
Juiz de Fora	1900	27,7
Rio de Janeiro	1901	21,9
Milão	1903	21,8
Havana	1901	20,4
Bordeaux	1903	20,1
New York	1900	20,0
Paris	1902	19,8
São Paulo	1901	19,2
Londres	1902	18,8
Belo Horizonte	1901	18,2
Salvador	1903	17,7
Hamburgo	1902	16,9
Buenos Aires	1902	16,2
Montevideo	1903	16,2
Amsterdã	1902	15,8

Fonte: Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905, p. 74.

Como apontado por François Béguin, em *Maquinarias inglesas do conforto*, o habitat no século XIX se constituiu como um novo domínio de intervenção política, cuja incidência da medicina social e do sanitarismo foram marcantes. Da mesma maneira, é possível afirmar que a gestão da cidade e as alterações na configuração urbana também constituíram domínio de intervenção política no Brasil. Médicos e engenheiros, no caso de Belo Horizonte, não só tinham o aval do corpo administrativo, como representavam a cidade moderna. Desde a sua concepção, todo o conceito da Nova Capital de Minas havia sido pensado a partir

de uma mentalidade cientificista que se referenciou pelos desenvolvimentos técnicos do período, o que era visto pelo governo do estado como a fórmula para o progresso econômico. E as consequências dos desenvolvimentos técnicos aplicados ao contexto brasileiro, sobretudo em Minas Gerais com a construção da sua nova Capital, também significava

a redefinição dos modos de apreensão do espaço urbano e do próprio desenho urbano que vai operar sobre uma base de informações e condições necessárias ao funcionamento ótimo destes novos órgãos.¹²⁴

Fica evidente, então, como o crescimento da Capital fora monitorado com base em um amplo meio de circulação de informações. O plano para a capital foi elaborado por uma equipe técnica que já havia incorporado o urbanismo, enquanto *campo de domínio comum internacional*¹²⁵ desde o início, e representou a conexão técnica e científica com outros centros urbanos. Como afirmado por Michel Foucault¹²⁶, a ciência médica, em fins do século XVIII, já desempenhava papel importante na reformulação do espaço. Os médicos eram, segundo ele, “de certa, forma especialistas do espaço,” já que, dentre os principais problemas que formularam, destacavam-se o problema das localizações, o das coexistências, o das moradias e o dos deslocamentos.

O índices de mortalidade aqui expostos e a maneira como foram tratados pelos gestores da capital exemplificam claramente o quanto esta conexão de saberes e de informações científicas nortearam a administração da cidade. De tal modo, como não podemos desconsiderar a estreita relação entre os saberes técnicos das engenharias e da medicina, entre os séculos XIX e XX no Brasil, a

¹²⁴ BEGUIN, François. Maquinarias inglesas do conforto. In.: **Espaço & Debates**: Cidade e História, n. 34, p. 29-54, 1991, p. 39.

¹²⁵ BRESCIANI, Stella. Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. De Anhaia Mello. Não publicado.

¹²⁶ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 213.

maneira como a administração de Belo Horizonte cuidou de sua saúde pública, higiene e salubridade são essenciais para entendermos a administração dos seus espaços públicos.

2.5 Gestão do espaço público

No Projeto do engenheiro Aarão Reis para a Nova Capital de Minas Gerais, previa-se a construção de 24 praças, 21 avenidas e 63 ruas dentro da zona urbana. As praças nessa delimitação geográfica eram espaços abertos multifuncionais que corresponderiam às diretrizes vigente nas cidades do século XIX. Foram parte de uma estratégia de criação de grandes eixos para facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos.

O processo de modificações dos espaços públicos da Nova Capital de Minas deu-se de maneira intensa entre o período de 1897 a 1930, com a mudança morfológica e toponímica dos lugares. Entre discursos em prol do embelezamento, do saneamento e do progresso da cidade, o número de praças públicas aparece com variações em documentos oficiais: 24 no plano de 1895, 20 em 1927, 15 em 1928 e 14 em 1944.

Os interesses do poder público e da sociedade civil se expressaram na dinâmica de apropriação e resignificação dos espaços públicos, sobretudo das praças públicas. Estas sofriam constantes reformas, apoiadas em discurso de embelezamento urbano, enquanto parte da população mineira, que se deslocava para a nova cidade, dava indícios de que ainda estava em processo de adaptação ao que seria uma vida moderna, com um novo modo de se apresentar aos espaços públicos.

Crônicas como a citada abaixo exemplificam como a elite de Belo Horizonte reivindicava o acesso ao espaço público:

A nossa vida cotidiana é muito apagada.
Estamos a dois passos do Rio, ou melhor, a 15 horas da avenida Central. A nossa gente fina, que faz garbo sem se-lo, tem como

habito passar um mês, todos os anos, naquela Capital, onde fica saturada dos costumes elegantes do carioca.

Apontam-se neste recanto numeroso de serra senhoritas e senhoras que se dão ao luxo de vestir-se nos “*tellers*” de mais fama da Capital da República.

Ora, por tudo isto, era e é de presumir-se que a influência dos costumes chics do alto mundo carioca fosse muito e muito acentuada em nosso meio. Entretanto, embora pareça estranho, assim não aconteça.

Apesar do que temos progredido nos últimos tempos, não possuímos ainda nos nossos hábitos mundanos quase nada ou nada do que o Rio “*raffiné*” desfruta. Temos o cinema, é verdade, mas não o possuímos como o Rio, com suas “*matinéés*” diárias, frequentadas por gente da “*elite*”; possuímos como qualquer grande centro do interior da província.

Não temos uma hora chic, a hora do “*footing*”, na qual possamos ver, com as “*toilettes*” mais belas e de mais gosto, toda a flor do feminismo horizontino. Não temos mesmo um restaurant que seja o nosso pequeno Alvear, o nosso modesto Colombo, o ponto, enfim, de rendez-vous da gente de mais linda e de mais graça de nossa terra.

Indiscutivelmente o meio é hostil a influencias...¹²⁷

As ruas, avenidas e praças na nova capital, além do seu sentido funcional, alimentavam um discurso controverso de superação do passado, apontando para a perspectiva de um “novo tempo” do ponto de vista da configuração espacial e da vida social na cidade. Julião¹²⁸ considera que, o novo espaço “constituía o espaço público legitimador do novo poder, adequado à sociedade formada por indivíduos emancipados.”

¹²⁷ DIÁRIO DE MINAS, 10 dez. 1920. p.2.

¹²⁸ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). **BH**: Horizontes históricos. Belo Horizonte: C/arte. 1996. p. 50.

A série de transformações toponímicas ocorridas na cidade, em suas três primeiras décadas, aponta para tensões entre uma cultural local, com fortes vínculos com o passado colonial, e o ideário republicano em Minas Gerais. Ruas, avenidas e praças ganharam referências diversas em relação à história e à geografia do país. Foram homenageados tribos indígenas, bandeirantes, primeiros governadores, inconfidentes e referências católicas. Alguns nomes foram modificados a partir de motivos políticos específicos, como o caso da praça Sete de Setembro que, até 1922, era conhecida como praça Doze de Outubro.

As praças são instrumentos importantes para a construção de identidades no espaço urbano e são elementos que dão legibilidade ao lugar, contribuindo para formar e reforçar imagens além de qualificar o espaço urbano. Veremos adiante um pouco mais da dimensão das transformações desses espaços públicos.

2.5.1 Arborização

Nos primeiros anos da gestão da Capital de Minas, os investimentos em logradouros públicos, como o parque, as ruas, as avenidas, os jardins e as praças foram expressivos e destinaram-se, majoritariamente, para o ajardinamento da Praça da Liberdade (Fig. 20 e 21). Esta possuía destaque nos investimentos para embelezamento e o Parque Municipal destacava-se como local de lazer, pensado para ser o “pulmão da cidade” (Fig. 22).



Figura 20 - Praça da Liberdade destacada em azul na planta da capital de 1895.



Figura 21 – Praça da Liberdade ajardinada em 1905. Fonte: APCBH

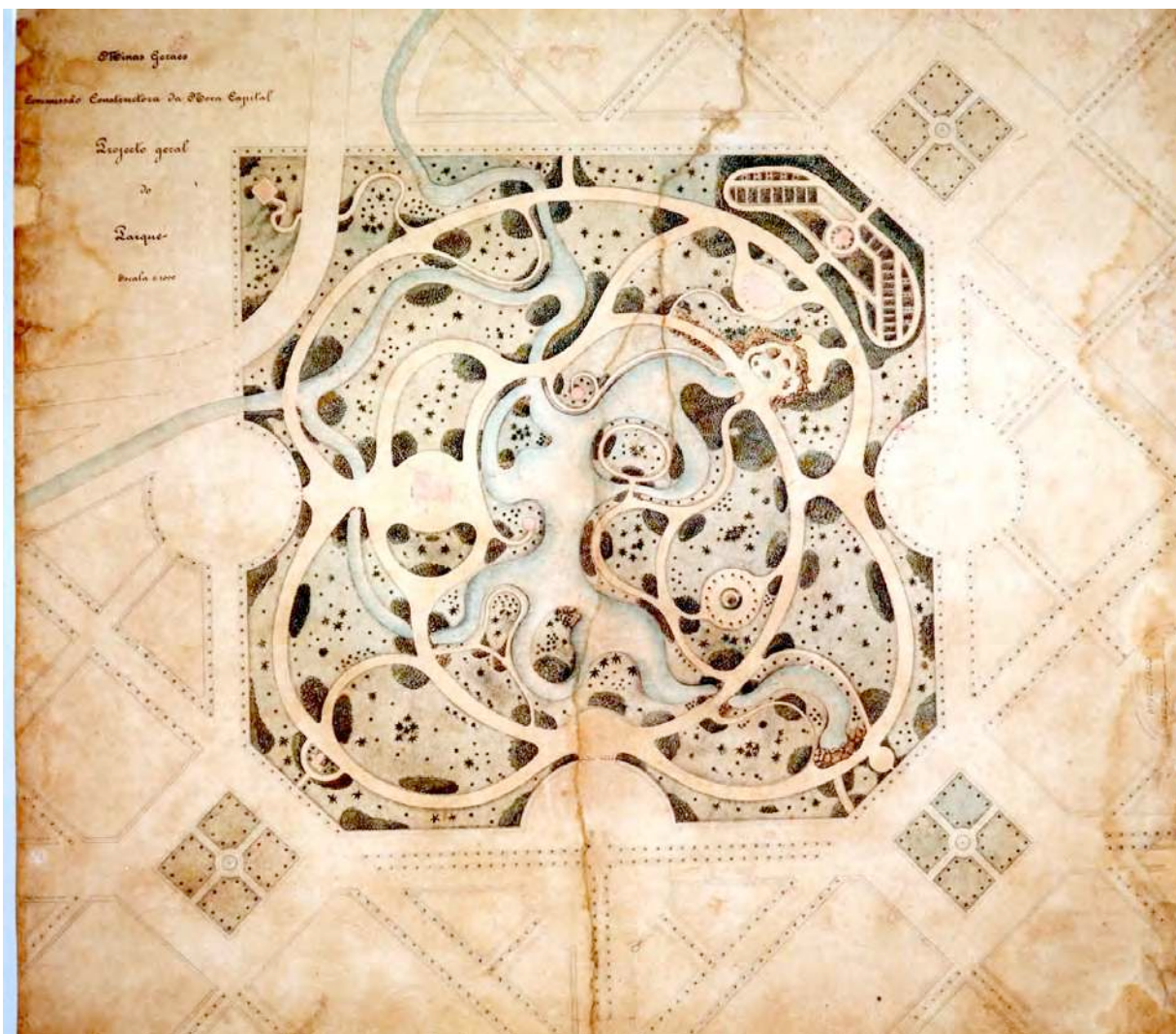


Figura 22 – Planta do Parque destacando canteiros, Jardins, lagos, caminhos e edificações, com representação do Ribeirão Arrudas e de praças nas esquinas externas. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Os prefeitos da cidade entre os anos de 1904 e 1910 reclamavam, entretanto, da falta de cuidado com as áreas ajardinadas da cidade:

Como Parque, continuam os diferentes jardins a não ser respeitados pela população que em certas e determinadas

ocasiões pratica contra elles actos de verdadeira selvageria, contra os quaes não tem valido medidas de fiscalização.¹²⁹

Foi cogitado o cercamento dos jardins da Praça da Liberdade e em outro ano o do Parque Municipal Américo Renée Gianetti:

O nosso publico, apesar da campanha mantida pela imprensa local, continua a pizar nos gramados e a praticar toda sorte de estragos, chegando mesmo a envenenar os peixes do lago do jardim da Praça da Liberdade.

Apesar da repugnância que me causa a medida, vou mandar cercar os gramados de arame farpado.¹³⁰

Parque, jardins e arborização

[...] Parece que o bellissimo systema dos jardins abertos ainda não pode ser aplicado ao nosso meio, pelos estragos a que estão sujeitos os gramados e plantas por parte da população que o frequenta, que a elles não dedica os necessários cuidados e carinhos.

Para impedir em parte os abusos principalmente no Parque, taes como as incursões do povo nos canteiros e taboleiros de relva, pensamos em protegel-os, com uma cerca de arame mais ou menos apropriada, de certa altura; perderá um tanto a estética local, mas, sendo por pouco tempo em beneficio do logradouro, muito ganhara para o futuro a vegetação.

[...] Como o Parque, continuam os differentes jardins a não ser respeitados pela população que em certas e determinadas ocasiões pratica contra elles actos de verdadeira selvageria, contra os quaes não tem valido medidas de fiscalização.

Continua regularmente tratada a arborização da cidade, tendo sido necessário augmentar a turma encarregada desse serviço pelo augmento excessivo do trabalho. [...]¹³¹

Os investimentos mais expressivos em arborização e embelezamento ocorreram durante a década de 1920. Em 1928, por exemplo, o prefeito Christiano

¹²⁹ BELO HORIZONTE, Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em 10 de setembro de 1909, p. 15.

¹³⁰ Id., Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob setembro de 1908, p. 25.

¹³¹ Id., Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1909, p. 25.

Monteiro Machado, enfatiza a relação entre circulação e progresso ao tratar da Praça do Cruzeiro (fig.23):

Já vistes noutra parte desta exposição o montante do orçamento respectivo. Com a abertura desta Praça, porém, já prevista na organização do plano da Capital, em tempo próximo teremos a evidência de perspectivas auspiciosas para toda uma grande parte da cidade, cuja circulação se embaraçava, cuja vida não progredia, á espera de possibilidades que a ultimação desse serviço revela a quem quer que tenha olhos para ver e mente para julgar.¹³²

¹³² BELO HORIZIONTE, Mensagem apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928, p. 20.



Figura 23 - Praça do Cruzeiro destacada em azul na planta da capital de 1895.

Em seguida expõe a arborização como um dos fatores de destaque em sua gestão:

JARDINS PÚBLICOS E ARBORIZAÇÃO

Os jardins públicos têm tido também a assistência que exigem, com a continuidade da qual podem sempre dar aos visitantes a impressão de que é esta também a cidade das flores. (...)A atividade da Prefeitura no tocante á arborização das ruas, tem-se acentuado notavelmente, como podeis verificar dos dados abaixo: Arborização existente 7.320 pés, dos quaes 2.272 foram plantados de agosto de 1927 a agosto do anno corrente.

Tem-se tido o cuidado de selecionar os typos de arvores para as vias publicas, condemnando-se as que, pelas suas raízes abundantes e irregulares, são um motivo constante de desarranjos nas rêdes de exgottos, nos passeios e até nos alicerces de edifícios.¹³³

¹³³ BELO HORZIONTE, Mensagem apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928, p. 27.

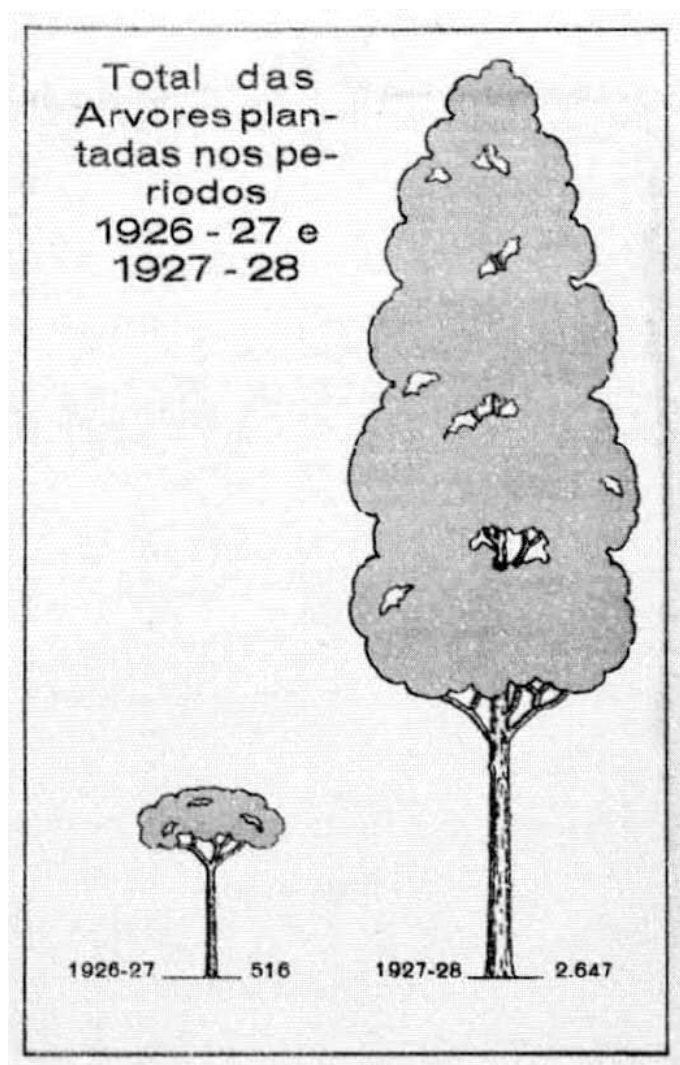


Figura 24 - Gráfico presente na Mensagem apresentada ao conselho deliberativo pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado em 1928 sem fazer distinção entre as árvores plantadas na zona urbana ou suburbana.

2.5.2 Praças

Das 24 praças pensadas pelo engenheiro Aarão Reis, 16 estavam previstas para zona urbana, e 8 para zona suburbana. No entanto, nem todas as praças previstas foram construídas de acordo com o plano do engenheiro Reis. A zona suburbana não seguiu o plano do engenheiro, e apresentou configuração diferente da planta apresentada pela CCNC ao Estado. Alguns locais destinados aos espaços públicos de lazer permaneceram como espaços vazios e abertos, sem

qualquer equipamento de lazer. Outros espaços não foram nem mesmo construídos, ou nomeados de acordo com o previsto.

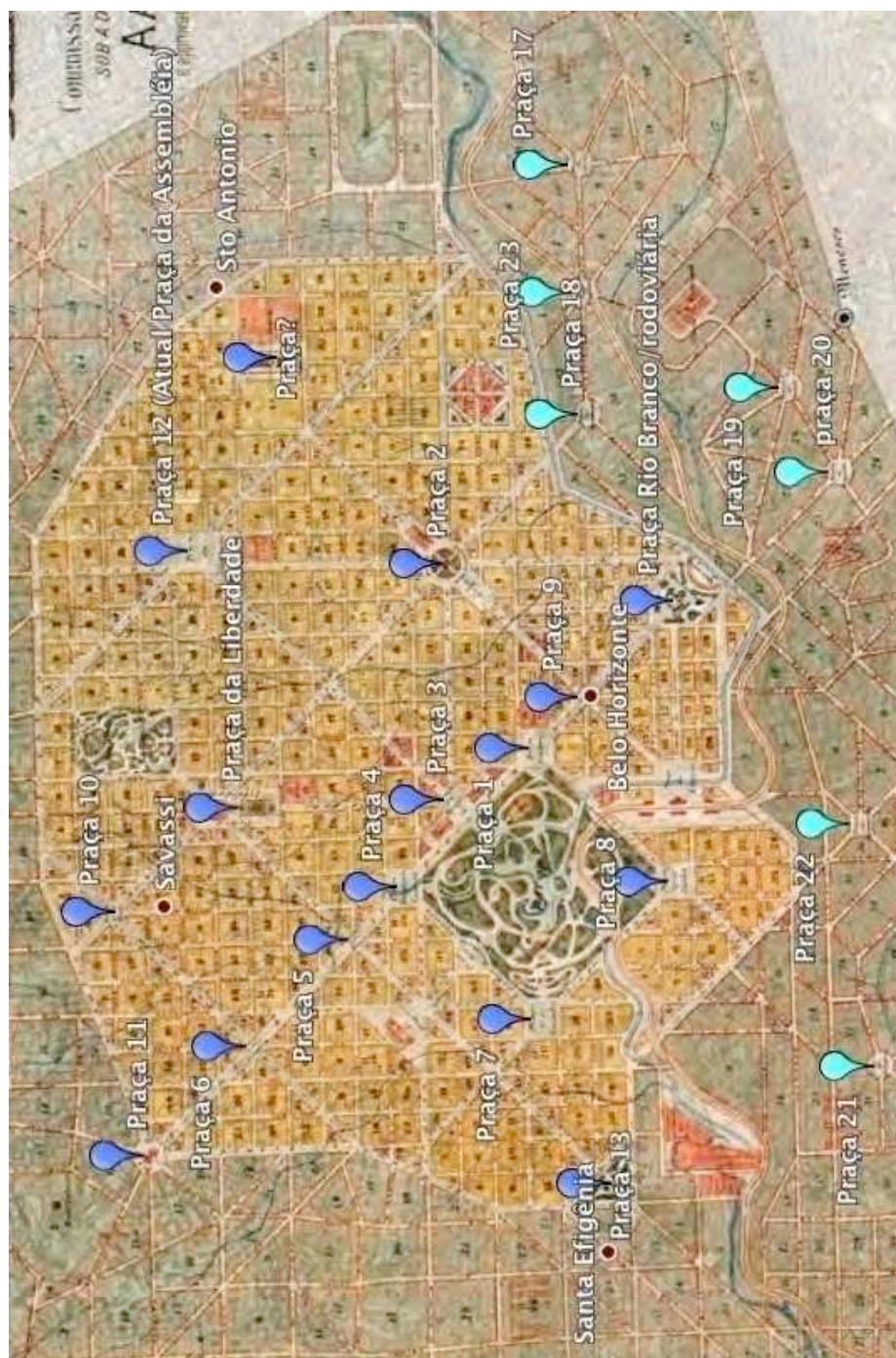


Figura 25 – Praças previstas na zona urbana e na zona suburbana. Destaque para concentração de praças que deveriam ser instaladas ao longo da Avenida Afonso Pena.

Em 1906, o prefeito Antônio Carlos Ribeiro de Arruda apontou quais eram as praças mais importantes da cidade. Nas palavras do prefeito, “Essas são as cinco grandes praças da Capital; e, quer no ponto de vista do embelezamento da cidade, quer no da salubridade pública, o ajardinamento dellas se impunha”¹³⁴:



Figura 26 - As principais praças, segundo o prefeito Antônio Carlos Ribeiro de Arruda: Praça Rui Barbosa (1), Praça da República (2), Praça Benjamin Constant¹³⁵ (3), Praça da Boa Viagem (4), Praça Alexandre Stockler (5) destacadas na planta geral de 1895

¹³⁴ BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Antônio Carlos Ribeiro de Arruda em 10 de setembro de 1906, p. 23.

¹³⁵ Praça citada no relatório, mas sem identificação nas demais listas de logradouros públicos da cidade.

Das cinco principais praças referidas pelo prefeito Antônio Carlos Ribeiro de Arruda (fig. 26), a praça Alexandre Stockler teve vida curta. Localizada no quarteirão formado pelas ruas Paraíba, Tomé de Souza, Rio Grande do Norte e Inconfidentes, a praça criada pelo Decreto Estadual 1441 de 7 de janeiro de 1901, existiu até 1911, quando o quarteirão deu lugar às escolas Bueno Brandão e Barão do Rio Branco. A praça não estava no plano elaborado pela CCNC, e acabou sendo uma solução para baixa densidade habitacional na cidade: ocupou um quarteirão não edificado até 1911.

Outro caso que aponta para a flexibilização do plano de 1895 é a Praça Tiradentes, inicialmente prevista em um quarteirão não edificável ao próximo ao Parque Municipal Américo René Gianetti. Como bem analisou Borsagali¹³⁶, havia quatro largos, um em cada aresta do Parque Municipal destinados à construção de praças. Uma das praças deveria ter sido a Praça Tiradentes. As outras três praças implantadas foram denominadas Praça Benjamin Constant, Praça Hugo Werneck e Praça 15 de Junho. Os quarteirões destinados à praça permaneceram vazios não edificados até 1906, quando foi lançada a pedra fundamental do que seria o edifício dos correios. Na comparação entre as plantas cadastrais de 1895, 1928 e imagens de satélite atuais, percebe-se a transformação sutil da área e a diminuição em um terço do Parque Municipal:

¹³⁶ BORSAGALI, Alessandro. **Os quarteirões não edificáveis**: o caso dos Correios – Sulacap. 20 Jun. 2010. Disponível em <<http://bit.ly/xKWwS4>> Acesso em: 05 de jan. 2012.



Figura 27 – Praças nas arestas do Parque Municipal, com destaque em vermelho para a quadra destinada à construção da Praça Tiradentes. Fonte: Borsagali, 2012.

Em 1928, o prefeito Christiano Monteiro Machado publicou em seu relatório uma listagem completa de logradouros públicos nas zonas urbana, suburbana e rural. Constan em sua listagem 14 praças na zona urbana:

Praça da Liberdade
Praça Rui Barbosa
Praça Belo Horizonte
Praça da Republica
Praça Raul Soares
Praça do Cruzeiro
Praça Doze de Outubro
Praça Padre Marinho
Praça Padre Rolim
Praça Sete de Setembro
Praça da Federação
Praça Treze de Maio
Praça Vinte Um de Abril

Em 1928, já com expressivo adensamento populacional, a capital apresentava número de praças, configuração e toponímia diferente do levantamento anterior. Como podemos perceber na figura 28, a cidade apresentava um número distinto de praças em relação ao plano de 1895. Eram 15 praças, sendo 4 delas ajardinadas: Praça Rui Barbosa, Praça da Liberdade, Praça Raul Soares e Praça da Federação, atual Praça Carlos Chagas. As demais não estariam enquadradas na categoria de praças ajardinadas, e já estariam em processo de transformação em cruzamentos e rotatórias sem equipamentos de lazer e conforto, mas com nome de praça.



Figura 28 – Montagem elaborada a partir da planta cadastral de 1928 e a base de mapas Google. Destaque para as 15 praças da zona urbana.

O crescimento da capital não seguiu rigorosamente o plano proposto em 1895 pela CCNC. Ajustes foram feitos, em 1896 e 1897, no plano da Nova Capital pelo novo engenheiro-chefe da CCNC, Francisco Bicalho. As demais rupturas ou deflexões no plano original vieram na gestão do espaço pelo Estado e pela prefeitura, alinhados a interesses privados.

A expansão econômica do estado mineiro favoreceu o crescimento demográfico de Belo Horizonte, pois a cidade configurou-se como eixo interligando as regiões de Minas Gerais com Rio de Janeiro e São Paulo. A circulação de mercadorias foi acompanhada, também, pela circulação de pessoas. O crescimento do setor imobiliário se beneficiou com o crescimento demográfico da capital e influenciou, decisivamente, a ocupação da zona urbana da cidade.

Surge a questão: é possível relacionar esse crescimento demográfico com a transformação do espaço urbano, sobretudo com a alteração morfológica e simbólica das praças públicas em Belo Horizonte nas primeiras décadas? Apenas os relatórios e as mensagens de prefeito são insuficientes para responder com propriedade tal questão, mas considerando que a cidade não se desenvolve isolada dos corpos que a habitam, ou que dela se apropriam, permanentemente ou temporariamente, é plausível pensar os espaços públicos a partir da ressignificação da vida urbana.

A zona urbana oferecia mais oportunidades de trabalho para os populares já que tinha maior concentração de serviços e comércio, o que era inversamente proporcional ao acesso ao lazer a partir dos equipamentos que a cidade oferecia. Essas oportunidades atraíam desempregados e pessoas com poucos recursos financeiros, embora o transporte público interligando as zonas suburbana e urbana fosse limitado até a década de 1920.

Tendo em vista as medidas direcionadas à zona urbana e o alto valor da moradia no território, a relação entre zona suburbana e urbana é inversamente proporcional: populares concentram sua moradia na periferia da zona urbana e buscam acesso aos serviços oferecidos na zona urbana, e as elites e

representantes do interesse privado mantêm-se instalados onde o custo de habitação é maior.

Percebeu-se um aumento do apreço da gestão pública para com os espaços públicos, sobretudo com as praças e os seus jardins. Era um momento em que a cidade crescia em densidade populacional e que o acesso de populares era intensificado. Enquanto o plano original da cidade era alterado, com a redução de espaços públicos, o valor de sociabilidade das praças foi sobreposto pelo valor simbólico atribuído aos jardins, que deveriam ser preservados dos populares e contemplados pela população culta e civilizada. Isso ressalta o interesse particular de uma parcela da população, desejosa de uma zona urbana limpa e bela, significou uma cidade capital distante dos seus populares.

3. Provincialismo e melancolia: cidade e espaço urbano nas representações literárias

A noção de *belo* foi importante para remodelação e ressignificação da cidade, dos seus espaços e da própria vida urbana no fim do século XIX e início do século XX. As cidades começaram a ser referenciadas pela beleza, que estava associada à higiene e elegância, e pela motivação sensível que despertava em críticos dos grupos sociais elitizados. A dimensão psicológica do viver em cidades modernas no século XIX sucedeu as indagações de Edmund Burke sobre a evolução do conceito de “sublime” e sua oposição ao “belo”, em *Investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do Sublime e do Belo*, publicação do século XVIII, e a concepção de “pitoresco”.

Dentre os problemas que atravessavam a obra de Burke, a impossibilidade de medir algo sem um termo de comparação exterior a si e a formação do gosto a partir da educação dos olhares, do conhecimento e da experiência podem nos dar uma base reflexiva para entender as implicações do belo na cidade do século XIX e XX, sobretudo na reverberação dos discursos sensíveis que circularam em periódicos e publicações especializadas em Belo Horizonte.

Sem aprofundar na riqueza das questões filosóficas do texto da década de 1750, e indo diretamente ao ponto que nos cativa, a distinção dos conceitos “belo” e “sublime” decorreriam da incapacidade de existência simultânea no mesmo objeto, e das sensações – dor ou prazer – provocadas no mesmo indivíduo. Em síntese, o sublime afetaria diretamente o sujeito, agindo nas emoções sem transgredir os limites da imaginação, enquanto o belo afetaria indiretamente o sujeito resultando de prazeres secundários da imaginação, pelo reconhecimento da semelhança que suscitaria o amor¹³⁷.

¹³⁷ BARBAS, Helena. **O sublime e o Belo** – de Longino a Edmund Burke. Artigo publicado *on line* em 7 de novembro de 2002, revisto em 11 de junho de 2006. Disponível em: < http://hbarbas.tripod.com/Sublime_H_Barbas.pdf > Acesso em: 10 jul. 2011.

O sublime, segundo Bresciani

estava na natureza – o espaço não-organizado, não-protegido, espaço de fronteira –, o campo habitado por seres cuja natureza parecia incerta e ambígua, entre o humano e o animal, para além da qual se dispunha a verdadeira natureza, selvagem, considerada inimiga, inacessível, inviolada, frequentada pelas feras, pelos gênios do Bem e do Mal e por Deus,¹³⁸

Seria, portanto, uma característica dos séculos anteriores ao século da industrialização acelerada e da urbanização. O belo, em contrapartida, estaria relacionado diretamente ao cerceamento e domínio da natureza, idealizado a partir do desenvolvimento racional e nas cidades, com a disposição teatral da estética barroca e a posterior perspectiva cientificista que prevaleceu no pensamento urbanístico, em particular no final do século XIX.

Nesse contexto também emerge o pitoresco, importante na reorganização do mundo dentro da cidade. O termo, que entrou para o vocabulário artístico no final do século XVIII designando uma nova categoria estética em relação à paisagem natural e representada, é destacado no século XIX através dos jardins que imitam a natureza rural. Enquanto o sublime se firma a partir de uma poética que apela ao temor diante da natureza, reverenciando-a como grandiosa e hostil, o pitoresco evoca imperfeições e assimetrias em cenas repletas de detalhes curiosos e característicos que procuram remeter a uma natureza acolhedora e generosa que aparece nos jardins e parques com a valorização da sua irregularidade e espontaneidade.¹³⁹

Uma clara expressão do belo, nas cidades do século XIX e início do XX, é a natureza trabalhada da educação dos sentidos, enquanto que a configuração dos

¹³⁸ BRESCIANI, M. E. **A cidade**: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N2, Nov. 2004.p.24

¹³⁹ ITAÚ CULTURAL (Brasil) (Org.). Pitoresco. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=3641>. Acesso em: 12 jun. 20012.

espaços urbanos assimilaria diretamente tal noção via espaços livres de ruas e parques, praças e jardins. Considerando que a cidade também esteve presente na literatura tanto quanto a literatura esteve presente na cidade, adiante buscaremos tratar da construção sensível da noção de espaço público enquanto espaços livres na cidade a partir de periódicos e publicações especializadas em Belo Horizonte, dando devida atenção à representação dos parques, praças ajardinadas e jardins da cidade como antítese das praças configuradas apenas como espaços livres e suas possibilidades de acesso e atividade lúdica.

3.1 1900 e 1910: duas décadas de espaços livres e vazios

Te avisei que a cidade era um vão
-Dá tua mão
Chico Buarque de Holanda¹⁴⁰

Em Belo Horizonte, a grelha da matriz territorial e a morfologia urbana tinham o *belo* e o *civilizado* como pressupostos, envolvendo um conhecimento técnico que expressava todo desejo racional de superação e controle da natureza. A suntuosidade e a delicadeza dos jardins, dos palacetes e edifícios públicos deveriam causar emoção nas almas educadas das grandes cidades. No entanto, como vimos anteriormente, as duas primeiras décadas da Capital de Minas não poderiam ser celebradas pelo contingente populacional, ou pela materialização de todos os valores exaltados por políticos e literatos. Nesse caso, a Capital provocou admiração, sobretudo, naqueles que nasceram em cidades pouco desenvolvidas do interior de Minas Gerais.

A população da zona urbana, que só viria a se tornar proporcional à de habitantes de grandes cidades brasileiras em meados da década de 1920, era minguada e singular. O trânsito de pessoas pelos espaços livres da cidade – muitos ainda em construção, e sem pavimentação –, era de populares que

¹⁴⁰ Chico Buarque de Holanda – As vitrines

exerciam alguma atividade na zona urbana da capital. Eram quase que invisíveis à escrita literária, uma multidão silenciosa, sem nome e sem rosto.



Figura 29 - Avenida Afonso Pena - década de 1910, Fonte: MHAB.

A circulação de informações pela imprensa e por documentos oficiais colaborou para a construção de uma imagem da cidade mais complexa do que era vivenciado, envolvendo dizeres e normas de comportamento social. Alguns veículos também tinham o compromisso com a educação moral e civilizatória dos habitantes. A palavra escrita, embora não tenha o compromisso com o histórico, não deixou de ser uma das faces do contexto no qual estava inserida, com traços e indicações da vida e do cotidiano.

A geração de homens de letras que se destacou em Minas no fim do século XIX e em Belo Horizonte no início do século XX não se aproximou da “geração

modernista de 1870” que, segundo Nicolau Sevcenko¹⁴¹, condenava a sociedade limitada do Império e defendia grandes reformas, como a abolição, a república e a democracia. Não eram como o núcleo de escritores cariocas apontados pelo autor. Não eram “mosqueteiros intelectuais”, mas indivíduos compelidos a avançar sem romper com a tradição. Eram filhos da oligarquia e tinham ligações familiares e de amizade com as elites de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e alguns, como Afonso Arinos de Melo Franco – que considerava Belo Horizonte um filtro civilizador para a gente rude do interior - havia feito parte de seus estudos na França e afirmava vir de uma família de senhores:

Era, autenticamente, uma família senhoril; de senhores mineiros, bem entendido, modestos, sem luxos nem riquezas, mas senhores. Isto é, gente simples mas ativa, incapaz de sofrer qualquer humilhação para subir na vida. O que os diferenciava, talvez, de outros grupos familiares no mesmo gênero, existentes no Estado, era a ininterrupta tradição intelectual que fazia da literatura na nossa casa, uma coisa comum, uma conversa de todo dia. A literatura nos acompanhava desde a Colônia¹⁴².

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a produção literária nas duas primeiras décadas da nova Capital ficava a cargo da fração mais ilustrada dos políticos mineiros e não havia ainda a carreira de escritor devidamente reconhecida. Escrever versos, contos e crônicas fazia parte das habilidades dos homens educados e cultos, e a produção literária estava relacionada aos momentos de lazer dos burocratas e políticos. Percebe-se o papel funcional do veículo impresso do periódico *Diário de Minas* representando o Partido Republicano Mineiro e oferecendo espaço para políticos mais inclinados à escrita.

Embora o PRM tenha defendido a modernização do estado com a construção da nova Capital, a dissidência de forças políticas e o fato de que as

¹⁴¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003. 420 p.

¹⁴² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo**: memórias. Rio de Janeiro, RJ: Jose Olímpio, 1979, p. 22.

mesmas estavam espalhadas pelo território de Minas Gerais fazia com que o limite do discurso fosse a tradição. A cultura literária que havia se desenvolvido a partir de intelectuais com participação política seria a base para a produção nos anos de 1910 e de 1920. A geração de escritores estabelecidos em Belo Horizonte, nessas duas décadas, tinha a ambivalente relação com a representação do passado e do futuro. Seu único engajamento era com os interesses do seu grupo, daí sua diversidade e inconsistência em alguns casos. Podemos tomar o trecho da crônica “Renovação”, publicada no Diário de Minas em 1921 como exemplo:

Minas, a velha e grande Minas, conservadora por tradição, tem, não só inaugurado, mas realizada já a sua nova e brilhante política – mixto de conservantismo e liberalismo, assegurado pela conservação dos austeros costumes da sua vida pela renovação dos ilustres representantes da gente.

A cidade permaneceu como objeto constante na escrita literária, construindo imagens e sentidos plurais. Mas, assim como Paris, Londres e Viena na Europa ou Rio de Janeiro e São Paulo no Brasil, tornadas marcas importantes na produção literária e na construção da imagem de cidades, é possível identificar imagens recorrentes nos escritos sobre Belo Horizonte na produção de literatos Mineiros. As referências aos espaços públicos nas crônicas literárias do jornal *Diário de Minas* eram sempre acompanhadas de notificações sobre a maneira correta, ou recomendável, de uso dos espaços. Praças, parques e jardins, de maneira diferenciada, corresponderiam aos padrões de comportamento importantes, adequados à convenção do espaço construído em uma cidade moderna.

O jornal oficial do PRM – que funcionava como propaganda impressa da política dos republicanos no estado – dificilmente expunha os problemas estruturais da cidade, como a questão imobiliária ou as questões trabalhistas como as greves que começaram a ocorrer na capital em 1912. Suas palavras

eram redigidas para educar o povo e formar opinião, fosse sobre a moda, a apreciação da paisagem construída ou a vida cultural.

Publicidade e literatura nos primeiros anos de República em Minas Gerais estavam alinhadas ao mesmo discurso quando se referiam aos valores modernos e modernizadores que a nova capital haveria de implicar. Os impressos estavam ligados, direta ou indiretamente, a grupos políticos, enquanto que os indivíduos que produziam literatura na época se alinhavam aos discursos hegemônicos no estado, e nunca se opunham à moralização da vida na cidade. O discurso político-pedagógico do início republicano brasileiro, elaborado pelos criadores do novo regime, apoiou-se no passado colonial como o tema fundante da nova ordem, e em Minas se tornou constante a ideia da nova capital como local convergente das qualidades cívicas do espaço nacional brasileiro.

Cabe ressaltar que, para boa parte das elites mineiras que se moveram para Belo Horizonte, a vida moderna e a vida nos espaços públicos seriam temas para discussão até o amadurecimento das primeiras gerações nascidas na Capital. Como ponto de apoio para a integridade de Minas, segundo uma mensagem proferida pelo presidente do estado Augusto de Lima, a nova Capital deveria ser para o estado um centro de atividade intelectual, industrial e financeira..

Mudar a capital seria ganhar o futuro pelo passado, mantendo Ouro Preto como um santuário para os heróis republicanos de 1789. A paradoxal articulação entre tradição e modernização teria sido fundamental para o processo de implantação da civilidade mineira. Nesse sentido, a cidade herdaria o compromisso com o progresso e a formação da cidadania, mantendo raízes dos feitos heroicos da história mineira e a proteção de Deus. A Inconfidência Mineira e o ideal de cidade significariam autonomia e autogoverno por homens que compartilhavam uma visão utilitária de virtude.

Sobre tal perspectiva, a consciência burguesa se articulou com a opinião pública, tendo produção literária e de literatos a cumplicidade mútua da política.

Tão certo crer que literatura se fez como literatura, assim como a política se realizou enquanto política nesse contexto quanto crer na transitividade da noção de *desenvolvimento* e de *moderno* que não se contentava apenas na possibilidade de remodelar e ressignificar a cidade sem interferir na formação do cidadão.

O que se encontra no caso mineiro é uma idealização de valores sociais e culturais como a reclusão familiar e a religiosidade enquanto tempo formador de grandes homens, sem negar a necessidade de entender as principais mudanças ao redor e assimilar o novo. Nesse sentido, é importante destacar a reação à mudança, suas causas sociais e culturais. Seguindo o raciocínio de Raymond Williams em “O campo e a cidade”¹⁴³, a estrutura de sentimentos que devemos buscar nessas referências não pode ser só uma busca por uma explicação histórica, já que a veracidade do que se diz não é mais importante do que o ato de fala, da expressão em um determinado momento histórico.

Não podemos dizer que os colaboradores das colunas literárias agiam por determinações político-partidárias, mas em muitos casos, gestores, funcionários públicos e escritores concentraram-se na mesma figura e sua produção relacionava-se a sociedade mineira e as tensões do processo de adaptação na nova cidade. Os espaços urbanos livres eram questionados pelo valor estético e tinham o seu grau de nobreza avaliado pela beleza e pelo sublime. Tanto para os gestores públicos como para os literatos da época, progresso e desenvolvimento eram correlatos à noção de belo e limpo.

Inúmeras vezes, os cronistas faziam apelo por uma melhor relação dos cidadãos com os espaços ajardinados. O jardim conectaria as pessoas com o meio a partir da capacidade sensível de apreciar a paisagem, exercendo, ao mesmo tempo, uma função educativa. Toda paisagem estaria ligada a uma ótica de percepção e a um ponto de vista social que representaria total ou parcialmente

¹⁴³ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011. 531 p.

o ambiente. Os espaços livres em uma cidade racional deveriam despertar um conjunto de emoções nos indivíduos que os conectariam aos valores da época.

Nessa estranha mistura entre nostalgia com idealização de valores ainda não consolidados, escritores trariam a cidade para si a partir de representações diversas da vida urbana. A cidade em questão, tanto na imaginação como na crítica, nem sempre era a cidade do passado ou a cidade do futuro, uma cidade que não existe mais e “que não necessariamente existiu na forma como é lembrada”¹⁴⁴. Queriam somar as virtudes do interior com a vida aparentemente mais esperta e dinâmica de outras capitais, e do que era representado como vida moderna.

Em Belo Horizonte, sem que soubessem, intelectuais, políticos e críticos trabalharam em uma solução simbólica para a capital. Enquanto vangloriavam a arborização da cidade e a chamavam de “cidade jardim”, não era incomum a presença de notas relacionando os jardins e a vida social nos espaços públicos no tom de lamento. As casas e a importância de suas fachadas também eram contempladas:

Não se pode admitir uma vivenda sem jardim, pois uma casa sem flores, é o mesmo que um corpo sem alma, que num bolso sem dinheiro, que um coração sem amor. Aqui não ha muito gosto pelos jardins. Temos ahi pelas nossas belas ruas e avenidas lindos prédios recuados, cujos jardins vivem ao abandono, cheios de mato, estorricados. As poucas florindas que neles brotam, já raquiticas, estiolam-se logo a míngua de uma gota d'água, de um punhado de adubo, e de alguns momentos de cuidado.¹⁴⁵

Em traços sempre conflitantes, ao tratar da cidade e dos moradores, os cronistas traziam em suas linhas questões para expor a maneira como os

¹⁴⁴ SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2010, p.45.

¹⁴⁵ DIÁRIO DE MINAS, Crônica Social, 18 mai. 1913, p.2.

indivíduos não deveriam ser. Uma crônica como a que trata da apatia dos moradores da capital serve de exemplo:

Alguem commentava, ha dias revelando um grande espanto, o fato de não serem pontos favoritos de passeios diarios da nossa população desta capital, o Parque e os nossos lindos jardins públicos. Esses logradouros vivem quase _desertos, sem a poesia dos grupos buliçosos de crianças, a graça romantica de um par enamorado, o austero silencio dos meditativos...

O horizontino, dizia o comentador, é pouco amigo dos jardins. No Rio, em S. Paulo, em qualquer capital ou cidade culta no Brasil (já não direi no estrangeiro), o povo vive para os jardins, como os jardins vivem para o povo. Aqui, não. O parque e as praças arborizadas andam tristes, sem visitantes, ao abandono.¹⁴⁶

Assim, podemos conectar algumas das reações que estão na intercessão da produção literária e da ação política. Tornar os espaços ajardinados como um bem público também incluiria edificações com funções administrativas:

Disseram-nos que se pretende transformar o jardim que mal fecha a Câmara dos Deputados em jardim público. Aí está uma idéia que merece, desde logo, ser posta em realidade. É, realmente, feio, para não dizer ridículo, o aspecto do jardim que rodeia aquela casa do Parlamento Mineiro: muros arruinados, o gradil em pedaços e todo falho, o matagal cobrindo tudo...¹⁴⁷

Considerando o número de habitantes das três zonas da cidade – urbana, suburbana e rural - na década de 1910, podemos dizer que a capital já possuía contingente populacional suficiente para preencher as ruas da zona urbana, menos pela elegância e charme, constantemente reclamados pela sua ausência nos logradouros da capital. A insatisfação vinha em comentários no *Diário de Minas*, em alguns casos, questionando a capacidade apreciativa de seus habitantes,

¹⁴⁶ DIÁRIO DE MINAS, Crônica Social, 28 mai.1916 p.2

¹⁴⁷ Id., Op. Cit, 18 set. 1917, p.2.

com as noites que andam agora, muito cravejadas de astros e cheias de frescura, prova-se bem isso: não se vêem nas ruas ranchos joviais de senhoritas, levando a toda parte o murmúrio suave de suas risadas de cristal.¹⁴⁸

Ou, em outros casos, questionando certa transgressividade de seus habitantes, como podemos ver no trecho abaixo:

Em questão de protocolo, nós - os mineiros - somos um tanto rebeldes. Ao menos é o que se evidencia nesta capital, onde se arrasta pelo estirão das avenidas desertas uma sociedade fina e culta.

Aos bailes, em que é exigido o traje a rigor, lá aparece gente de fraque, de jaquetão, de paletó. E é uma coisa lamentável, porque a festa perde um tanto de sua distinção, do ritmo que deve presidir-la.¹⁴⁹

Também havia notas sobre a conservação dos logradouros públicos. Em carta enviada ao jornal Diário de Minas em 11 de maio de 1917, um leitor reclama do estado de conservação da Praça Rio Branco:

Um motivo, sr. redator, para a sua sessão, no alto da parte destinada ao registro social, não é, em verdade, muito poético, sugestivo e chic: é, entretanto, oportuno e merecedor de uma nota, garanto-vos eu. Refiro-me a uma reclamação quanto ao deplorável estado de conservação em que se encontra a praça rio Branco, inda praça em que se acha nosso mercado.

Em verdade, sr. Redator, é para dizer mal desta capital aos seus visitantes o desprezo em que se vê a formosa praça, onde o mato cresce sem temor de enchada, e os montões de terra se erguem às dezenas.¹⁵⁰

Mas, o que deveria ser um fenômeno natural, à medida que a população deslocada de outras cidades do interior se instalava na nova capital, teve uma leitura singular pelos cronistas. Eles contribuiriam diretamente na construção de uma imagem representativa de um ponto de vista social, o das oligarquias que

¹⁴⁸ Id., Op. Cit, 09 mai. 1913, p.2.

¹⁴⁹ DIÁRIO DE MINAS, Crônica Social, 16 abr. 1916, p.2.

¹⁵⁰ Id., Op. Cit, 11 mai. 1917, p.2.

preenchiem a estrutura do Estado. Em 1917, por exemplo, um deles reclama que a Praça da Liberdade estaria se tornando pontos dos pretos, ao invés de ponto dos “promptos” (desimpedidos, livres, transeuntes), e um local com sua beleza deveria ser digna de receber “os melhores habitantes”¹⁵¹. Nesse sentido, a cidade era ideal, avançada, mas as pessoas ainda precisariam aprender a vida urbana. E isso implicava a relação com os espaços livres públicos, sobretudo as praças, praças ajardinadas e jardins separando as pessoas educadas e civilizadas dos demais.

3.2 1920: Contra o provincianismo e melancolia

O “público”, ao qual se referia Habermas (1984), seria sempre o que julga ou que possui expressão suficiente para julgar e defender a sua crítica. Isso significava, em linhas gerais, que qualquer tema que repercuta na sociedade poderia ser submetido a uma avaliação pública. O que determinaria se um tema caberia à esfera privada ou pública seria a articulação dos atores para tornar e debater um tema como sendo de interesse geral. Em Minas Gerais, como comentamos anteriormente, o trânsito de políticos no mundo das letras levantava e dava direção aos temas a serem debatidos nos meios de comunicação e nos círculos sociais, e só em meados da década de 1910 as vozes foram pluralizadas com a juventude de estudantes e novos articuladores.

Em 2 de julho de 1914, os leitores do Diário de Minas eram novamente notificados via crônica social das graças do Parque Municipal Américo René Giannetti, construído para ser o “pulmão da cidade”. Para um cronista não identificado, o parque era o logradouro adequado aos passeios matinais e de fim de tarde. Sua beleza seria comparável aos parques mais bonitos do país. O problema, segundo autor da crônica, seria o despreparo e a falta de educação da população que, quando frequentava o parque, não sabia se portar.

¹⁵¹ DIÁRIO DE MINAS, Crônica Social, 24 jul. 1917, p.2.

Provincianismo e a melancolia, sempre relatados nos periódicos da capital, remeteriam à tensão entre o apego aos costumes tradicionais e à necessidade de prosseguir almejando os novos valores. A menção ao provincianismo estava sempre relacionada às comparações da capital de Minas com o Rio de Janeiro, São Paulo e centros urbanos europeus, mas também expressava uma visão autocrítica dos mineiros e de suas características sociais:

Agora, aí está uma nova Belo Horizonte. Moveu-se ao ar livre, quis saber do movimento das coisas, interessou-se por tudo: vive! Um pouco discreta, é verdade; muito “mineira”, é verdade... Diante da nossa melancolia ainda se agrava um provincianismo teimoso, mas é para se apagar, pouco depois, a renda deliciosa de alguns aspectos consoladores da cidade que vai seguindo com agilidade bem vinda. Y¹⁵²

A melancolia surgia nas linhas do jornal como uma característica urbana, intrínseca aos espaços da cidade. Nas crônicas do Diário de Minas, também foram comuns muitas odes ao sertão e ao interior de Minas. Um saudosismo e uma afinidade íntima, com a memória além dos limites da nova capital e do processo de mudança do estado, que revelam sentimentos de incerteza. Em de 5 de abril de 1921, há referência ao provincianismo da capital, comparado aos outros centros urbanos do sudeste:

Quem vai ao jardim da Praça da Liberdade, ao cair das noites de domingo, tem uma surpresa deliciosa. Aquilo ali lembra um pedaço do Rio. Ha um quê de carioca, uma nota chic que está em completo desacordo com a nossa apagada e burguesa vida provinciana.
[...] e só me ocorreu, então, um comentário chulo, de que aqui me penitencio:
Os moços daqui padecem de reumatismos, senhorita!¹⁵³

¹⁵² A REVISTA, 1925, p.40

¹⁵³ DIARIO DE MINAS, Crônica Social, 05 abr. 1920, p.2.

Belo Horizonte também era identificada pelos cronistas como a cidade do tédio e apatia, com jovens tuberculosos e reumáticos, não apresentando os supostos modos ideais de sociabilidade. Com uma população recalcada, de hábitos caseiros e pouco acostumada a se expor, tinha nos cafés e cinemas uma maneira de se afirmar mais interessante que o *footing* em espaços públicos, já que a vida urbana, com a qual todos se familiarizavam, era o cotidiano das cidades pequenas no interior de Minas Gerais, e a familiaridade com o novo espaço urbano estava sendo moldada. A crônica de Carlos Drummond de Andrade revela a contestação da população quanto aos seus hábitos:

[...] O nome se justifica. Nós não temos nada que fazer, nem para onde ir, nem onde ficar. Abandonamos as ruas, que são muitas, e ajuntamo-nos aqui. Para quê? Para o exercício comum do bocejo... De sorte que somos os urbanos do enfado. É esta a Cidade do Tédio. Chamaram-na de Belo Horizonte, devido a uns poentes cor de tudo que incendeiam o nosso céu, mas qual! Não pegou. Nem podia pegar. Que quer dizer Belo Horizonte? Nada. Agora, meu amigo, com licença. Vou-me embora. Adeus.
E saiu bocejando...¹⁵⁴

As muitas referências ao sentimento de tédio na cidade se deram por uma parcela da população que se sentia responsável pela vida cultural da cidade. Ela também queria ser reconhecida nos espaços, por isso a apatia e a melancolia da vida privada não poderiam ser aceitas. Mas, ao mesmo tempo, os espaços tidos como “públicos” se transformavam em extensão dos espaços privados nas falas dos cronistas. As ambivalências do discurso modernista sobre a vida urbana se faziam visíveis e expressas na escrita sensível dos cronistas. Veja a reflexão publicada em 12 de dezembro de 1920 – dia da árvore – sobre o que seria a capital, assinada pelo cronista “X”:

Foste o que?

¹⁵⁴ DIÁRIO DE MINAS, Crônica Social, 27 mai. 1921, p.2

Um arraial misérrimo, terra safara e pedregosa, um arraial de velhas casas e de muitos cafuas, onde viviam à larga “barbeiros” sugadores e escorpiões nutridos...

Transformaram a sua fisionomia primitiva, e com aterros e desaterros suavizaram um pouco as tuas corcovas.

Traçaram-te a compasso, rasgando em teu seio as grandes avenidas e as grandes ruas.

E por um esforço, que terá algo milagroso, o velho arraial transformou-se na cidade modelo, na cidade mais bela do Brasil, que, quem vê de passagem, admira, e quem fica, ama. X¹⁵⁵

Se Ouro Preto guardava um significado especial para o povo mineiro, mesmo carregada de detalhes da administração colonial e da vida religiosa, o velho arraial que deu lugar à Nova Capital também permaneceu como símbolo do atraso, da vida rural. Definitivamente, o Curral Del Rei não era o objeto das fantasias do sonho e da saudade representados pelo poeta, em 1922:

A suave cidade

(para o artista que ideou a cidade, para o poeta que a arborizou)

No oivo do teu crepúsculo, ó cidade evocativa!

Esvoaçavam, em rondas silenciosas,

Os lêmures do sonho e da saudade,

Despetalando violetas, rosas...

Belo Horizonte...

As avenidas quietas são caminhos de lenda, Áleas suaves,

Feitas para inocência musical das aves,

E para cisma dolorosa dos poetas...

As arvores!

Bendita a mão que lhes plantou, bendita a mão!

Seja-lhe doce o sono derradeiro –

Ao jardineiro que te semeou.

Jardim do sonho e da emoção!

(Wellington Brandão)¹⁵⁶

No entanto, ao observar a relação entre público e privado, compreende-se que o modernismo mineiro estava entre os limites do antiprovincianismo e do cosmopolitismo. Como afirmou Andrade,

¹⁵⁵ DIARIO DE MINAS , Crônica Social. 12 dez. 1920, p. 3

¹⁵⁶ Id, 29 ago. 1922. p. 3.

apesar de críticos do provincianismo, os modernistas belo-horizontinos não podem ser considerados como verdadeiros cosmopolitas, uma vez que todos os três manifestaram sentimentos tipicamente provincianos: saudosismo em relação à condição social perdida e às cidades do interior, mal estar por não pertencer à elite local e reação a impessoalidade das relações sociais e da organização do espaço. Não são cosmopolitas se entendermos esse termo como uma característica interior decorrente da experiência positiva do anonimato e da diversidade, conforme a definição de Sennet: “cosmopolita é o homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar.”¹⁵⁷

Em Minas, devido à modernização de cunho conservador, cuja característica principal seria a primazia de fatores políticos sobre fatores de mercado e a continuidade da tradição, a cidade era velada e protegida nas narrativas dos cronistas como perfeita, avançada e polida: todo o problema residia na população “varias vezes e de diversos modos se tem dito e escrito que Belo Horizonte é a cidade dos contrastes: A beleza natural da cidade se opõe à tristeza impertinente de seus habitantes”¹⁵⁸.

A relação entre cultura e estrutura social, observou-se, coincide com a idealização de uma realidade e com a vivência de outra realidade, a de uma cidade com problemas mais amplos que os imaginados nas crônicas e demais produções literárias. Beatriz Sarlo, ao tratar da configuração ideológica e cultural que emerge dessa estrutura de sentimentos (termo tomado de empréstimo de Williams pela autora), afirma que “Nostalgia, transformação, recordação, lamento, são formas e atitudes que uma sociedade – ou um setor dela – adota perante um passado cujo desaparecimento é vivido como irremediável”¹⁵⁹.

¹⁵⁷ ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004, p.180.

¹⁵⁸ DIÁRIO DE MINAS, 09 mar. 1917, p. 2.

¹⁵⁹ SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2010, p.59.

A dinâmica dos espaços públicos refletia a transformação dos grupos sociais mineiros que se deslocaram para a nova Capital no fim do século XIX em busca de oportunidades e da possibilidade de se integrarem ao moderno e ao novo. A reconstrução imaginativa do passado em um processo de substituição de novas ordens – sociais, culturais e urbanas – por outras não estava restrita à evocação do passado como justo ou desejável, mas como um saudosismo que refletiu uma relação ao que se estava vivenciando em termos de transformações. Neste sentido, o apelo para viver os hábitos correspondentes ao modo de vida que julgavam como moderno convivia com os percalços da vida na nova cidade, aparentemente pouco inclinada a receber qualquer tipo de gente.

3.3 Belo Horizonte na memória dos viajantes

Traços uníssonos em uma visão dissonante sobre a mesma referência espacial chama a atenção e nos faz dirigir o olhar para os relatos de viajantes que estiveram em Belo Horizonte entre 1894 e 1930. Embora o fato de que em nenhum caso eles tenham tratado sobre as praças públicas em Belo Horizonte, a imagem da cidade e da população serve de fundo para algumas reflexões acerca da história social do desenvolvimento urbano da cidade.

Como visto anteriormente, a densidade populacional na zona suburbana até 1930 foi maior que na zona urbana, afetada pela especulação imobiliária que restringia sua ocupação à classe e através da renda. A tristeza das ruas, a melancolia e as características provincianas teriam também fundamento na baixa densidade de população instalada na zona urbana, o que chamou a atenção de diversos viajantes ilustres que aqui estiveram, como Afonso de Escagnole de Taunay no artigo *Impressões de Belo Horizonte*:

E os maliciosos se extasiavam com a definição perversa, devida a não sei que visitante de acerba veia satírica: “dá Belo Horizonte a

impressão de que constitui os subúrbios de uma grande Capital que não existe”.¹⁶⁰

Essa grande Capital que parecia não existir também foi motivo de críticas e acaletos de Monteiro Lobato, numa espécie de autorreparação a comentários exaltando a pouca expectativa em relação ao desenvolvimento da Capital, deixando escapar que sua primeira impressão não foi realmente positiva:

Lá estive há muitos anos, ao tempo em que Artur Bernardes se elegia presidente da República, e lembro-me de como, no Palácio da Liberdade, lhe respondi à clássica pergunta:

“Que acha de Belo Horizonte?”

Uma cidade de 500 mil habitantes, dos quais 450 mil estão veraneando não sei onde – aqui é que não estão.”

A impressão recebida fora de fato essa. Extrema escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo no chão, um prédio aqui e outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolve um pó finíssimo e finissimamente irritante. (...)

Não havia povo nas ruas. Os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí, o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses.¹⁶¹

O que hoje nos parece cômico era, de fato, a imagem que se poderia formar de uma capital em crescimento centrífugo, em que o “povo” não era suficiente para preencher os espaços, apesar de que, como podemos notar em diversas imagens, as ruas não estavam constantemente ocupadas (Fig. 26). Populares eram o corpo trabalhador da cidade enquanto o garbo e o fino trato não se destacavam. Mesmo elogiando a Capital, difícil era começar um artigo poupando críticas e referências a outros lugares, como percebemos no relato de Tristão de Athayde, em 1959:

Seria um paradoxo e uma injustiça chamar Belo Horizonte de cidade morta. Como não é um paradoxo, e sim uma justiça, chamar Ouro Preto de cidade viva.

¹⁶⁰ DIÁRIO DE MINAS, Impressões de Belo Horizonte. 03 ago.1929, p. 2.

¹⁶¹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, a bela. 26/09/1937, p.12.

Mas quanta coisa morta na vida intensa de Belo Horizonte de hoje!
Como quanta coisa viva nas noites mortas de Ouro Preto de sempre!

O que morreu em Belo Horizonte foi o encanto da cidade vazia que, em 1915, conheci pela primeira vez, e em 1924 inspiraria a Mário de Andrade o seu inesquecível *Noturno de Belo Horizonte*. (...)

Mas o que dominava na Belo Horizonte de 1915, não era Arlequim, e sim Pierrot. A cidade deserta. As casas perdidas nas ruas. O silêncio. Bondes, lá um na vida outro na morte. Rosas. Uma ou outra livraria em que os políticos e os literatos iam passar as tardes vadias. O Grande Hotel dos medalhões. Os grandes colégios. E as ruas vazias, as enormes ruas vazias, pelas quais passava, ainda, o eco de Nabuco, a perguntar a João Pinheiro, quase que chegando ao Palácio da Liberdade: - “Quando começa a cidade?”.



Figura 30 – Inauguração do serviço de bondes, esquina da rua da Bahia com avenida Afonso Pena na década de 1910.

Olavo Bilac, em registro de sua primeira visita à Capital, no artigo *A coragem de Minas*, revelou ainda o conservadorismo dos mineiros como o amor às tradições, explicando a reputação de povo carrancudo:

Uma cidade como Belo Horizonte, construída em nove anos, não é coisa que se veja comumente por esse velho mundo. Essa reputação de povo carranca atribuído ao povo mineiro vem do fato

de ser ele, de todo o Brasil, o povo que mais ama as suas tradições. Mas quem diz que o culto da tradição é incompatível com o amor do progresso? O homem pode ansiar pelo futuro sem amaldiçoar ou desprezar o passado. (...) Em Minas e no coração dos mineiros haverá sempre lugar para o passado e para o futuro. (...) ¹⁶²

Outras descrições do povo mineiro, sobretudo do povo belo-horizontino, também merecem destaque, como a descrição dos habitantes da Capital pelo jornalista Alfredo Camarate, que posteriormente trabalhou na CCNC (1894):

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria, havendo uma grande proporção de defeituosos na maioria, havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica e pantagruélico apetite que têm todos os que para aqui têm vindo e que, em mais de um mês de residência, já iriam percebendo os sintomas e prenúncios de mal estar futuro. (...) ¹⁶³

O belo-horizontino e a capital moderna de Minas causaram impressões diversificadas nos viajantes. A grande maioria mantinha o cuidado de não ser totalmente enfáticos no ataque à sociabilidade mineira. Outros, como Alfredo Camarate, não pouparam a pacatez dos habitantes de um diagnóstico pejorativo, em que tudo se justificava por corpos doentes e debilitados. De maneira geral, percebemos nos escritos de viajantes a dureza do processo de adaptação de corpos e mentalidades nos espaços urbanos. A tensão percebida em alguns relatos sobre o que dizer e como dizer, para as elites era o problema da adaptação em um novo espaço impregnado de novos valores, enquanto que para os populares era a circulação em um espaço cujo controle também era social.

¹⁶² JORNAL MINAS GERAIS, 26 set. 1937, p. 12.

¹⁶³ JORNAL MINAS GERAIS, Ouro Preto, 1894. P. 1-2.

3.4 Memórias literárias da exclusão

Nas lembranças e nos registros deixados por intelectuais que viveram as primeiras décadas da capital, temos detalhes sensíveis de como a vida urbana era percebida por alguns personagens. Cyro dos Anjos (1979), em seu conhecido livro de memórias intitulado *A menina do Sobrado*, recorda do *footing* em uma cidade segregada, conservadora e rígida:

E, melhor que a retreta, o *footing*: na alameda à direita de quem ía no rumo do Palácio, caminhavam rapazes e mocos de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras-imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas, as roseira floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco.¹⁶⁴

Ao trazer detalhes sobre o *footing* que não aparecem muito nas análises históricas sobre Belo Horizonte, em suas recordações ele também nos dá uma cidade pequena e afastada do mundo ao falar do acesso às publicações francesas como *O Mercure de France* e *Les Nouvelles Littéraires*:

E quem pensaria em acompanhar, de Belo Horizonte, o que se passava em Paris? O Rio já ficava tão longe... Vivíamos numa ilha, uma ilha perdida. Dificilmente conceberão os jovens de hoje o isolamento de Minas, naquele tempo, em relação ao resto do Brasil, em relação ao resto do mundo.¹⁶⁵

Para Andrade, as memórias de Cyro dos Anjos estavam focadas na ambivalência do discurso sobre a cidade. No caso deste autor, o sentimento de exclusão se destacou em suas memórias. Ele “acusava a elite de fazer de Belo Horizonte uma cidade provinciana e fechada, mas, ao mesmo tempo, lamentava não poder inserir-se nesse grupo”¹⁶⁶.

¹⁶⁴ ANJOS, Cyro dos. **A Menina do Sobrado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 238.

¹⁶⁵ Id. Op. Cit. p.269

¹⁶⁶ ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004, p.140.

Pedro Nava, outro expoente literário de Minas Gerais, também indicava a segregação em relação a prática do *footing* na Praça da Liberdade, afirmando que de um lado o espaço era reservado para as moças bonitas e elegantes e, de outro, para as mulatas e domésticas. Num tom magoado, ao mesmo tempo denso em referências à organização dos espaços privados e à estratificação social no universo urbano da Capital, Nava relatou:

Eu ia interno e lá conviveria com outros sudros das casas B de Belo Horizonte. E – não sem curtir humilhações e tomar lanhos fundos no meu orgulho – com os vaicias das C, os sástrias das D e com os inacessíveis brâmanes das F. Porque as castas da Cidade de Minas tinham sido demarcadas duramente pelo número de janelas das fachadas das casas dos funcionários. Dos intocáveis dos pardieiros A, aos desembargadores dos palacetes F de inumeráveis janelas. Sem mistura, cada um no seu lugar (...). E tendo a quota de ar e sol que lhe cabia por uma janela, duas janelas, três, quatro, cinco janelas¹⁶⁷.

Carlos Drummond de Andrade, o poeta e escritor, também revelou, em suas linhas e entrelinhas, uma cidade restritiva por detrás da melancolia e do provincianismo. Sua representação ambivalente da cidade poderia “distinguir pelo menos duas maneiras de tratar o moderno: como moda, conforme se vê nessas crônicas, ou como algo negativo, quando critica a geometria e a arquitetura da cidade, a impessoalidade e a banalização da vida moderna.”¹⁶⁸

A cidade em Drummond, nunca havia sido tão tediosa e provinciana nos escritos modernistas. Desde a superação do espanto em relação à sua chegada em Belo Horizonte em 1916, o escritor não poupou a topografia moderna de críticas sobre o estilo social. O tédio, para Drummond, não seria somente

¹⁶⁷ NAVA, Pedro. **Baú de ossos**: memórias. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Sabiá, 1973, p. 150.

¹⁶⁸ ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004, p.157.

problema de seus habitantes franzinos e apáticos, mas uma resposta à frieza da cidade, dos seus logradouros.

Fica evidente como a noção de público implicava em uma segregação social e como eram refletidas no espaço destinado ao público, sobretudo nas praças. A distinção entre os espaços públicos, presente nos discursos técnicos e administrativos da capital, tornava-se voz uníssona em defesa da cidade civilizada e repartida. O fato de que as praças ajardinadas, como a Praça da Liberdade, estivessem quase que sob vigília, fosse pelos funcionários da prefeitura ou os cronistas sociais, chama atenção pelas diferenças em relação às praças públicas não ajardinadas.

3.5 Paradoxo do espaço público não ajardinado

As praças não ajardinadas escaparam do olhar historiográfico que, nas últimas décadas, tentou abordar o desenvolvimento da cidade. Durante as comemorações do seu primeiro centenário, muito se produziu a partir do que a cidade tinha para dizer: seus momentos marcantes, os hábitos comuns e a movimentação política do Estado. A Praça da Liberdade, por exemplo, ainda permanece como um destaque em pesquisas científicas como base para entender a sociabilidade urbana em Belo Horizonte no período tratado aqui.

A preponderância de espaços ajardinados, jardins e parques sobre as praças públicas não ajardinadas é destacada em uma história meticulosamente autoconstruída, e se deu em diversos campos da vida social e política de Minas Gerais. Neste sentido, é compreensível – mas não justificável – que somente refaçamos os trajetos inversos das grandes vozes do contexto das primeiras décadas da capital, reproduzindo a imagem de uma cidade limpa e precursora do futuro, com cidadãos elegantes e civilizados.

Por um lado, a explicação para a desvalorização das praças públicas não ajardinadas ao longo dos anos se deu pela inversão da situação que as mantinham invisíveis: a ausência de características estéticas importantes para a

concepção de moderno. Praças como a Afonso Arinos (antiga Praça da República, Fig. 31), ou a Rui Barbosa (Fig. 32), ganharam status de símbolo da República nas primeiras décadas a partir da mudança toponímica, morfológica e, sobretudo, estética.



Figura 31 – Praça da república, década de 1900, ainda sem ajardinamento.
Fonte: APCBH.



Figura 32 – Praça da Liberdade em 1905, após instalação de jardins. Fonte: APCBH.

Por outro lado, uma leitura a contrapelo de outros espaços qualificados de acordo com os valores da época, como a Praça Sete de Setembro, dá-nos indícios de como o processo de transformação das praças públicas foi complexo e diferenciado. Inicialmente denominada “Doze de Outubro” (Fig. 33 e 34), em homenagem à chegada do navegador Cristóvão Colombo ao continente americano, seu desenho no centro da zona urbana da capital foi completamente alterado em suas características toponímicas, simbólicas e morfológicas.



Figura 33 – Praça Doze de Outubro, em 1901. Cruzamento entre as avenidas Afonso Pena e Amazonas, principais avenidas da capital até os dias de hoje.
Fonte: APCBH.



Figura 34 – Praça Doze de Outubro em 1902. Avenida Amazonas a esquerda e mais adiante a Capela do Rosário na esquina com ruas Tamóios e São Paulo.

Fonte: APCBH

Entre 1897 e 1922, este espaço permaneceu aberto e vazio, quase como uma simples referência ao passado colonial malquisto pelos republicanos. Na década de 1920, devido às comemorações do centenário da independência do país, a capital foi questionada sobre qual seria o seu feito comemorativo, já que nas outras capitais as comemorações estariam sendo anunciadas. Em 1921, colunistas do *Diário de Minas* já se manifestavam:

Effectivamente, aqui em Minas, ainda nada se fez ou se procurou fazer em tal sentido, nem mesmo uma dessas vibrantes e inúteis reuniões de intellectuais em que se discutem e se aprovam vastos planos, para nao serem executados. E, certamente, o nosso grande Estado não quererá ver passar o centenário de uma data

tão culminante na nossa história, sem fazer alguma coisa que testemunhe a sua cooparticipação no entusiasmo nacional.¹⁶⁹

Curiosamente, não houve mais do que notas em periódicos enfatizando a necessidade da organização de uma celebração digna em Belo Horizonte. A elite política mineira havia alterado o nome de vários logradouros públicos na capital em homenagem a personalidades. Mas com certa falta de ânimo e dúvida sobre a validade de um investimento à altura das festividades anunciadas em outras capitais, optaram pela escolha da Praça Doze de Outubro.

A escolha desse logradouro, no entanto, não dispensou os preceitos republicanos na alteração de um local cuja referência não estava em sintonia a memória que deveria perdurar a partir de 1822. Foi um momento oportuno para firmar ainda mais um discurso no espaço e no tempo, forjando uma história de progresso e desenvolvimento racional. Antes denominada Praça Doze de outubro, o logradouro passaria a se chamar Praça Sete de Setembro, em 1922. Nessa data, instalou-se no local a pedra fundamental de um obelisco comemorativo que, por falta de mobilização do poder público e de recursos, só foi instalado em 1924 (Fig. 35 e 36).

¹⁶⁹ DIÁRIO DE MINAS. 21 jun. 1921, p.2.



Figura 35 – Instalação do obelisco “em memória aos grandes e pequenos construtores da Independência do Brasil” na Praça Sete de Setembro, em 1924.
Fonte: MHAB.



Figura 36 – Praça Sete de Setembro, completamente reformulada em 1924, mas ainda como espaço de passagens sem ajardinamento. Fonte: APM.

A readequação de praças públicas não ocorreu com o intuito de se tornar todos os espaços acessíveis e passíveis de uso. A ausência de equipamentos urbanos nas praças não ajardinadas, como na Praça Sete de Setembro, mostra que alguns lugares tinham função simbólica e morfológica exclusivamente. Todas as praças que desapareceram do desenho da capital foram praças não ajardinadas que, para gestores públicos e membros da elite, tinham função articuladora somente.

O fato de que regras de postura já implícitas na vida cultural da cidade se tornaram explícitas na década de 1920, com o decreto municipal número 10 de 24 de junho de 1925, explica em parte o cerceamento de populares na cidade e a categorização política e policial dos espaços. A partir de então, pessoas “ébricas ou mal vestidas” circulando pelos espaços ajardinados poderiam ser repreendidas pela polícia. Nessa leitura, podemos concluir que espaços não ajardinados, como praças públicas, poderiam ser espaços com possibilidades lúdicas – mesmo com poucos equipamentos urbanos de lazer instalados –, já que o acesso não era discriminado pela cor de pele ou classe social. Elas eram os espaços de fato acessíveis aos populares – que se deslocavam da zona rural, suburbana, ou dos cafuas existentes nos limites da zona urbana –, com o mínimo que poderia haver de barreiras sociais e culturais.

4. Considerações finais

A fundação de Belo Horizonte ocorreu em um momento de reorganização do sistema produtivo no Brasil (substituição do trabalho escravo pelo assalariado e modernização das unidades agrícolas, voltadas à exportação) de um lado e, de outro, a nova ordem política instaurada pela república, pela qual a descentralização do poder fortaleceu elites mineiras que justificaram a criação e desenvolvimento da cidade. As variáveis do processo de mudança da capital do Estado estavam diretamente ligadas à manipulação do poder pelos grupos econômicos dominantes e à cidade, à industrialização, à urbanização e à mudança social como fenômenos correlacionados.

A pesquisa relatada nesta dissertação teve como objetivo investigar a transformação dos espaços públicos em Belo Horizonte entre 1897 e 1930. O ponto de partida foram as transformações morfológicas ocorridas na cidade, que modificaram o plano elaborado pela Comissão Construtora – chefiada pelo engenheiro Aarão Reis. Dos 952 mil metros quadrados de áreas verdes previstos no projeto da capital, menos de 300 mil foram implantados após setores do governo questionarem o engenheiro sobre a necessidade de tal medida. O contraste entre o número de praças previsto na planta geral de 1895 e o número e forma das praças existentes em 1930 chamou a atenção para a noção de *público* e a maneira como os gestores e a sociedade civil se referiam aos espaços livres da cidade.

A noção de *público* implicava em uma hierarquização dos espaços, correspondente com a importância que cada um tinha para os diferentes grupos sociais. Ela também ressignificava a dimensão simbólica dos lugares a partir do ajardinamento e da ornamentação. *Público* não era simplesmente referência ao acesso, mas a toda organização política e social da cidade. Por isso, leis e decretos trataram de regulamentar o acesso aos lugares públicos, às fachadas

(que também podem ser entendidas como conectores entre o privado e o público), e a ocupação do território.

Os gestores da Capital, no mesmo período, tiveram a difícil tarefa de ordenar o crescimento da cidade, tentando fazer com que ela não se destacasse pelos problemas da época relativos à habitação, higiene e abastecimento. Os prefeitos lidaram com a carência de recursos e a dificuldade na arrecadação de impostos devido ao baixo adensamento da zona urbana. Até o final da década de 1920, a zona suburbana apresentava maior densidade populacional que a zona urbana. As moradias externas ao limite da Avenida do Contorno eram mais acessíveis aos populares, que foram, em sua grande maioria, mão de obra para atender a zona urbana nos serviços, comércio e construção civil.

Essa configuração do espaço trouxe à tona naquele contexto um conflito marcante na vida urbana em Belo Horizonte: o controle do acesso em relação à imagem de cidade moderna, desenvolvida e, sobretudo, civilizada. Os prefeitos se esforçavam ao máximo para tornar a zona urbana uma vitrine das melhores ações do seu mandato, enquanto os habitantes da zona suburbana sofriam com a falta de abastecimento, saneamento e transporte para dentro da circunscrição urbana. Acesso e ocupação passaram para a pauta de discussões dos políticos e dos intelectuais da esfera pública, que se responsabilizavam pelo bem comum e pela garantia dos interesses gerais de seus pares. Obviamente, suas intenções estavam voltadas para a zona urbana da capital, que deveria se manter habitada por uma elite formada por funcionários do Estado, políticos e intelectuais, permanecendo limpa e educada.

A existência de um campo discursivo chama a atenção para alinhamentos retóricos contra a “popularização” da cidade ainda em construção. Intelectuais também defendiam o embelezamento e a limpeza da cidade, mas o justificavam a partir da cultura dos bons hábitos, do *footing* e do apelo à elegância como critério para utilização dos espaços públicos. Foi comum nos espaços literários a reivindicação de uma sensibilidade e de um decoro típicos de uma visão

romanceada, que limitava a representação de emoções e sentimentos considerados impróprios ou reprováveis. Nesse caso, o que não fosse educado naturalmente pela boa forma da cidade, deveria ser combatido.

Os relatos de memorialistas, embora diferentes em distanciamento e interpretação do passado, não deixaram de tratar, na maioria dos casos, de uma cidade segregada que contrastava cotidiano e discursos representativos. Ao tratarem dos espaços, de maneira geral, deixaram tensões relativas ao debate sobre acesso e direito ao espaço em evidência.

O cruzamento entre Fontes diferentes – material técnico, jornais, relatórios administrativos e memórias – possibilitou, portanto, identificar os complexos meandros do discurso sobre a cidade que preenchem algumas lacunas e expõem outras. Políticos, técnicos e intelectuais falavam de uma cidade em construção como uma cidade que deveria ser definida a partir dos seus próprios interesses. Seus interesses não poderiam ser somente alinhados ao “querer ser europeu”, como aparece em alguns estudos sobre Belo Horizonte no mesmo período. Existia um problema mais importante em termos de escala: a vontade de não se identificar com o habitante das antigas cidades, considerado atrasado por não superar os hábitos e o estilo de vida colonial que eram tipicamente reclusos e religiosos.

No período entre 1897 e 1930, por exemplo, o *footing* e a apropriação dos espaços públicos (sobretudo das praças) não poderia ser generalizado como hábito comum: se compreendermos a noção de público do contexto em questão, com suas características próprias, seus limites e restrições como são expostos, não podemos julgá-los como uma conspiração contra o povo, mas como dilemas da época em relação à expansão de centros urbanos no Brasil e no mundo. Isso, a meu ver, deve-se ao fato de que alguns problemas eram discutidos globalmente, e o corpo administrativo da capital, como visto, teve acesso a informações preciosas sobre como as demais cidades do país e as grandes cidades do mundo tratavam

problemas relativos à salubridade e higiene, embelezamento, ocupação do espaço e densidade populacional.

Outro resultado importante desta pesquisa é a reflexão crítica sobre o desenho da cidade e sua transformação, relacionados à ideia de desenvolvimento autônomo e espontâneo. A transformação morfológica e estética da cidade, que implicou em ampliação de uns espaços e redução de outros, não poderia ser simplesmente decorrente de um crescimento e um desenvolvimento espontâneo, principalmente porque a organização e ocupação do solo urbano não acontecem somente em função de traçados geométricos e projetos urbanísticos. A cidade não independe da sociedade, e não é redesenhada sem considerar (arbitrariamente ou não) os que nela vivem.

Foi preciso detectar a ação dos agentes urbanos no decorrer da existência da cidade. Esses agentes – políticos, literatos, membros da sociedade civil – interpretaram as transformações no espaço e a noção de *público*, e foi através das praças que percebemos a complexidade da cidade para além do plano e das leis.

Até 1928, os “responsáveis pelo bem comum” defendiam a divisão do município em zonas com favorecimento da zona urbana em detrimento das zonas suburbana e rural, o que não impediu uma transformação silenciosa dos logradouros públicos dentro do perímetro da Avenida do Contorno. Essa divisão do território em zonas estava correlacionada à hierarquização desses espaços.

A funcionalidade do espaço e o desapego ao lazer público fizeram com que as praças não ajardinadas fossem vistas como menos importantes. As praças cujo valor simbólico e estético não se destacava foram as mais afetadas pela transformação morfológica que reduziu os espaços públicos. As praças públicas foram referenciadas, reconhecidas pelo seu valor simbólico como elementos importantes para a vida cívica e cultural e por sua constituição funcional, mas dentro de uma visão utilitária da noção de público e do uso do espaço.

A grande variação no número de praças entre a elaboração do plano da cidade pelo engenheiro Aarão Reis e as existentes em 1930 não poupou os

logradouros não ajardinadas cujo acesso era menos restrito. Retomo dois exemplos muito significativos: a Praça Sete de Setembro, palco de manifestações, ponto de ambulantes e descanso para transeuntes, foi revitalizada e acrescida de um monumento no centenário da Independência do Brasil, mas não resistiu à funcionalização das praças e é até hoje um grande cruzamento com poucos equipamentos de lazer e conforto para os pedestres. A Praça da Liberdade, pelo contrário, permaneceu como símbolo do civismo mineiro, lugar para ser frequentado pelas almas mais educadas da cidade. Prevaleceu a ordem do movimento, mas também a ordem da ambição em fazer o espaço significar mais do que a sobreposição de duas grelhas quadriculadas.

Portanto, não bastaria dizer que os grupos sociais se estratificam no espaço e que a distribuição desse espaço se fez através das leis e decretos. As vozes e as ideias que circulavam, suas conexões e seus alinhamentos com as ações políticas, foram além da ideia de espaço público definido unicamente pela conexão entre esfera pública urbana e esfera pública política, e alcançaram a materialização de valores e interesses que ficaram evidentes na manipulação das praças públicas.

5. Fontes

ANJOS, Cyro dos. **A Menina do Sobrado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 394p.

A REVISTA, ano 1, n. 1, jul. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1925. 58p.

A REVISTA, ano 1, n. 2, ago. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1925. 58p.

A REVISTA, ano 1, n. 3, jan. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1926. 58p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino antigo**: Boitempo-II. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 171p.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva** - história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Culturais, 1995. 913 p.

BELO HORIZONTE. Legislação Municipal, 1925.

BELO HORIZONTE. Mensagem ao Conselho Deliberativo apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.

BELO HORIZONTE. Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1928.

BELO HORIZONTE. Mensagem apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.

BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1924.

BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1919.

BELO HORIZONTE. Relatório anual de apresentado pelo Prefeito Afonso Vaz de Melo ao conselho deliberativo da capital em setembro de 1920.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro de 1923.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Antônio Carlos ribeiro de Arruda em 10 de setembro de 1906.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em 10 de setembro de 1909.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob setembro de 1908.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1912.

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao conselho deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob setembro de 1908.

BELO HORIZONTE. Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926. Christiano Monteiro Machado.

BLUTEAU, Rafael. Dicionario da lingua portugueza, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

DIÁRIO DE MINAS 18 mai. 1913.

DIÁRIO DE MINAS 18 ago. 1917.

DIÁRIO DE MINAS 28 mai. 1916.

DIÁRIO DE MINAS, 03 mai. 1929.

DIÁRIO DE MINAS, 05 abr. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 05 abri. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 10 dez. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 10 dez. 1920.

DIÁRIO DE MINAS, 12 dez. 1920.

DIARIO DE MINAS, 24 jul. 1917.

DIARIO DE MINAS, 26 set. 1923.

DIARIO DE MINAS, 26 set. 1923.

DIÁRIO DE MINAS, 27 mai. 1921.

DIARIO DE MINAS, 29 ago. 1922.

ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital: Revista Geral dos Trabalhos, Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895.

ESTADO DE MINAS GERAES. Comissão Construtora da Nova Capital: Revista Geral dos Trabalhos II, Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Omnibus*: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de estudos históricos e culturais, 1996.

PANORAMA de Belo Horizonte: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 103p

PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da lingua Brasileira por..., natural da provincia de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PLANO URBANÍSTICO. Biblioteca: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
Cidade Objeto: Belo Horizonte - Minas Gerais. Disponível em:
<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780> acesso em 04/08/2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Relação dos logradouros públicos da cidade. Belo Horizonte, 1944.

6. Referências

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na periferia de Belo Horizonte. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. 443p.

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008. 291p.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004. 208p.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. **sedução do horizonte**. Belo Horizonte: FJP, 1996. 241p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.

BARBAS, Helena. **O sublime e o Belo – de Longino a Edmund Burke**. Artigo publicado on line em 7 de novembro de 2002, revisto em 11 de junho de 2006. Disponível em: < http://hbarbas.tripod.com/Sublime_H_Barbas.pdf> Acesso em: 10 jul. 2011.

BEGUIN, François. **Maquinarias inglesas do conforto**. In.: Espaço & Debates: Cidade e História, n. 34, p. 29-54, 1991.

BORSAGALI, Alessandro. **Os quarteirões não edificáveis**: o caso dos Correios – Sulacap. 20 Jun. 2010. Disponível em <<http://bit.ly/xKWwS4>> Acesso em: 05 de jan. 2012.

BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.9, n.12, p.11-33, 2º sem. 2007

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990, p. 149-168.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 311p.

BRESCIANI, M. E. **A cidade**: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N2, Nov. 2004.

BRESCIANI, M. E. As sete portas da cidade. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. **Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos**, 1981, p. 10-15.

BRESCIANI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Améliorer la ville: interventions et projets esthétiques. São Paulo 1850-1950. In.: WALD, Paul; LEIMDORFER, François. **Parler en ville, parler de la ville**: essais sur les registres urbains. France: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004. P. 169-192.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: As Faces do Monstro Urbano (A Cidades no Século XIX). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Editora Marco Zero, 1984/85, v. 5, nº 8/9, pp. 36-40.

BRESCIANI, Stella. **Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. De Anhaia Mello**. Não publicado.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira**: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado), 2007, 434p.

CALDEIRA, Junia Marques. **Praça**: território de sociabilidade; uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. 1998. 211f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CARDOSO, A. L.; PECHMAN, R. de Q. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: CARDOSO, A. L.; RIBEIRO, L. C. **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.

CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho**: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo-1917/1940). Campinas: UNICAMP, 1997. 221p.

CHOAY, Françoise (autor). **O urbanismo**: utopias e realidades: uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 350p.

CLAYTON, June. **Dr. Edward Willian Hope, medical officer of Health for Liverpool, 1894-1924**: development of an international public health authority.

Liverpool Medical Institution, disponível em
<www.lmi.org.uk/Data/10/Docs/13/13Clayton.pdf Acesso em 06/05/2011>

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Horizontes modernistas**: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 232p.

DIDEROT, Denis; ALEMBERT, Jean Le Rond d'. **Verbetes políticos da enciclopedia**. São Paulo, SP: Discurso: UNESP, 2006. 317 p.

DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 301p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir nascimento da prisão**. 38ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 291p.

GOMES, Leonardo Jose Magalhães. **Memória de ruas**: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. 2. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2008. 302 p.

GORELIK, Adrian. **La grilla y el parque**: espacio publico y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. 455p

GUIMARÃES, B. M.; VALLADARES, L. do P. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. 323 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In.: RIBEIRO, L. C. De Q; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.123-140.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações para uma sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 97.

INSTITUTO Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte**: 1894 / 1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997. 315 p.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte**: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). **BH: Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/arte. 1996. p. 49-118.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006. 366p.

LAMAS, Jose Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. [Lisboa]: FCG: JNICT, 1993. 590p.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Natureza e participação social: uma nova estética para o desenho urbano. In.: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). **Imagens Urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1997, p.239-247.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007, 376p.

LEMONS, C. B. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Tese de Mestrado. Belo Horizonte, FAFICH UFMG, 1988.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988, 151p.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 205p.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 151p.

MORANDI, João. **Informações biográficas**. Disponível em <<http://www.comartevirtual.com.br/jmorandi.htm>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

NORA, P. **Entre a Memória e História**: a problemática dos lugares. História. São Paulo, 1993, p. 7-28.

NORONHA, C. R. **Área Central de Belo Horizonte**: arqueologia do edifício vertical e espaço urbano construído. Dissertação (Mestrado em História). 1999. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento-indicador de um conflito. In: **Em Tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº 17, Brasília, ago/dez. 2010, p. 117-125.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In.: VELHO, O. G. (Org). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In.: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 203-224

RANCIÈRE, Jacques. **Política de la literatura**. Buenos Aires: Libros del Zoral, 2011. 304p.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. Pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. In.: **Revista Topoi**, nº 08 - Janeiro-Junho de 2004, vol. 05.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Arquitetura e ideologia de uma capital**: Belo Horizonte e a obra de José de Magalhães. Revista Comunicações e Artes, v.14, n.21, ago. 1989 p. 48.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis**: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 288p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **La casaque d'Arlequin**: Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19 siècle. Paris: Éd. De l'École des hautes études en sciences sociales, 1997, 474p.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In.: JÚNIOR, João Feres (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 p. 43-64.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2010, 531p.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do publico**: jardins no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, 1996. 255p

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira republica. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003. 420 p.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In.: VELHO, O. G. (Org). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 11-25.

SITTE, C.; ANDRADE, C. R. M. de. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Atica, 1992. 239p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 556p.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte**: cidade e política - 1897 - 1920. 2001. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A capital controversa. BH: **Arquivo Público Mineiro**. Nº 43, v.2, jul/dez. 2007.

WEBER, M. Conceito e Categorias da Cidade, In: VELHO, O. G. (Org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1967 p. 65-89.

Anexos

1. **Município de Belo Horizonte**, mapa elaborado pelo cartógrafo alemão naturalizado brasileiro, Afonso de Guaíra Heberle, para Exposição do Centenário da Independência do Brasil realizada no Rio de Janeiro em 1922. Fonte: PANORAMA de Belo Horizonte: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. P.44

2. Planta Geral da Cidade de Minas. Fonte: Revista Geral dos Trabalhos II. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1895.

ESTADO DE MINAS GERAES

PLANTA GERAL

CIDADE DE MINAS

ORGANIZADA,

SOBRE A PLANTA GIDRÉSICA, TOPOGRÁFICA E CADASTRAL DE
BELLO HORIZONTE,

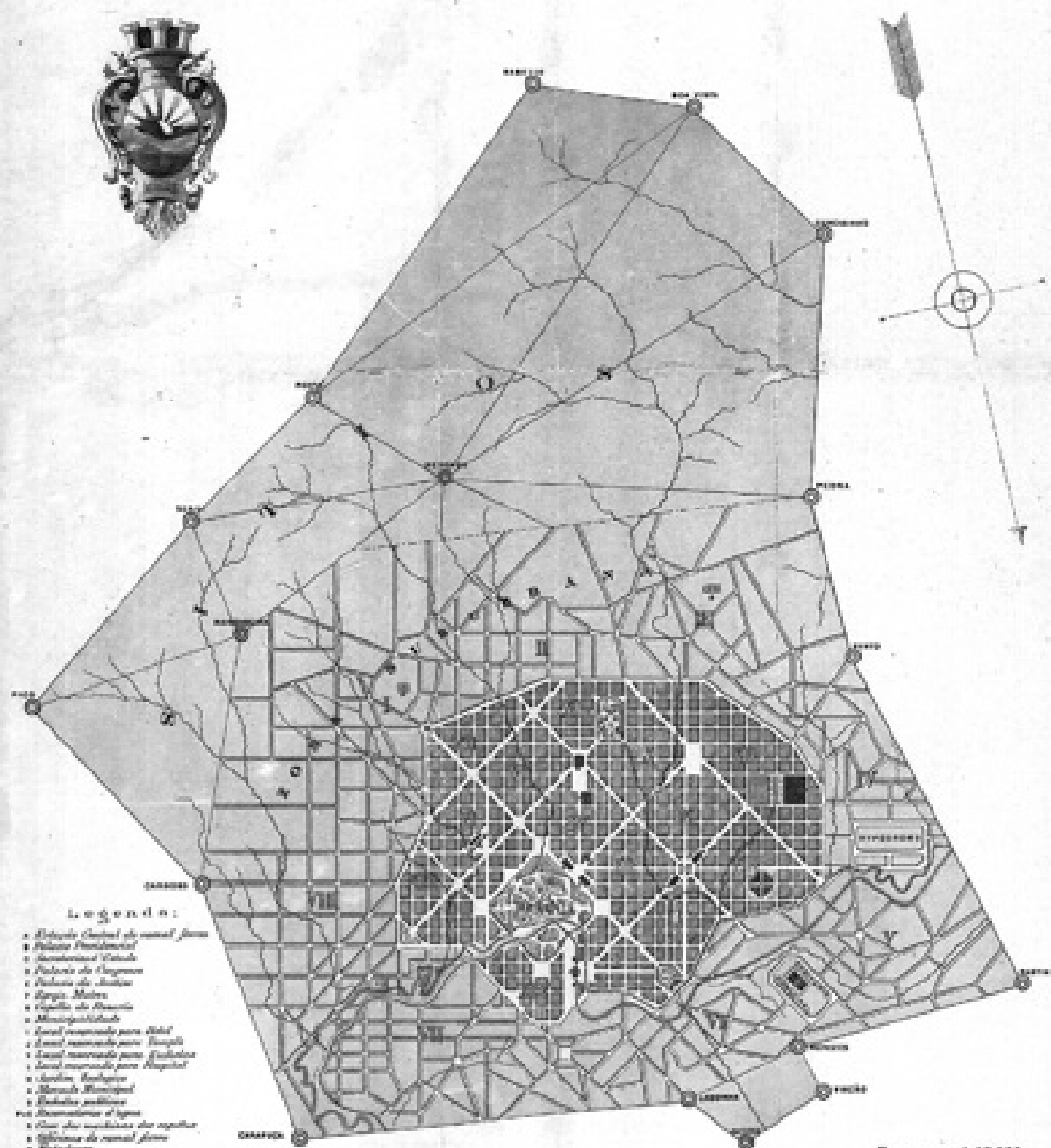
PELA

COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL

sob a direcção do ENGENHEIRO CIVIL

Barão Reis,

e approvada pelo Decreto Nº 817 de 15 de ABRIL de 1885.



3. Sobreposição da Planta Geral da Cidade de Minas com imagem de satélite atual, com destaque para praças previstas na zona urbana e suburbana de Belo Horizonte. Fonte: Elaborado pelo autor na plataforma Google Mapas.



4. Planta da cidade de Belo Horizonte elaborada pela Diretoria Geral do Serviço de Estatística, órgão estadual que investira na produção de uma planta geral e cadastral da capital desde 1923. Foi publicada no encarte da Carta física e política do Estado. Fonte: **PANORAMA de Belo Horizonte**: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. P.59



5. Belo Horizonte dentro dos limites da Avenida do Contorno, antiga zona urbana da capital. Fonte: Google Imagens, 2009.



6. Belo Horizonte dentro dos limites da Avenida do Contorno, antiga zona urbana da capital. Destaque para as praças em verde dentro do perímetro vermelho.
Fonte: Google Imagens, 2009.



7. BELO HORIZONTE. Relação de praças da zona urbana da capital e suas transformações com base na Relação dos logradouros públicos da cidade, de 1944.

Praças / Parques / Jardins Zona Urbana de Belo Horizonte - Relação dos logradouros públicos da cidade com respectivas alterações toponímicas.				
Nome	Toponímia	Coordenadas	Transformação	Observações
Praça Afonso Arinos	O nome é uma homenagem ao escritor mineiro Afonso Arinos de Melo Franco.	I – 13	Ajardinada para cruzamento com redução expressiva do seu perímetro.	Cruzamento das avenidas Alvares Cabral, João Pinheiro e Augusto de Lima. Antiga Praça da República. Forma regular. Pela lei nº127, de 3 de abril de 1917, passou a chamar-se Praça Afonso Arinos. Pela Lei nº 182, de 13 de outubro, voltou a chamar-se Praça da República. Pelo decreto de lei nº134 de janeiro de 1943, voltou, novamente, a chamar-se Praça Afonso Arinos.
Praça Carlos Chagas	Seu nome é homenagem ao medico mineiro Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas, nascido em Oliveira, em 1879 e falecido em 1934.	I – 11	Ajardinada	Cruzamento das ruas Emboabas, Tomaz Gonzaga, Rio Grande do Sul e Olegário Maciel. Forma retangular. Na planta original de 1895, aparece prevista com o nome de Praça da Federação. Na planta cadastral de 1942, não existe nada em seu local. Na relação dos logradouros públicos de 1944, já aparece com seu nome atual.
Praça do Cruzeiro		L – K – 14	Ajardinada para cruzamento com redução expressiva do seu perímetro.	Cruzamento da Avenida do Contorno com Avenida Afonso Pena. Forma poligonal. A resolução nº144, de 16 de fevereiro de 1937 deu-lhe o nome de Praça da Eucaristia e em janeiro de 1972 passou a se chamar Praça Milton Campos.
Praça Diogo de Vasconcelos	Tinha o nome de Praça 13 de Maio até o decreto nº 140 de 7 de maio de 1943.	K – 13	Ajardinada para cruzamento com redução expressiva do	Cruzamento das Avenidas Cristóvão Colombo e Getúlio Vargas. Forma circular c/ 50m de raio. Antiga Praça 13 de maio.

	É homenagem ao advogado, político, escritor e historiador mineiro Diogo Luís Pereira de Vasconcelos.		seu perímetro.	
Praça Dom Bosco	Homenagem ao fundador da ordem dos Salesianos, São João Bosco (1815/1888), mais comumente conhecido como Dom Bosco.	J – 18	Não existe mais	Cruzamento das ruas Marechal Bittencourt, Gen. Andrade Neves e Avenida Afonso XIII. Forma triangular.
Praça 12 de Outubro		K – 14	Ajardinada	Cruzamento das avenidas Afonso Pena, Getúlio Vargas e ruas Ceará, Claudio Manuel. Forma circular c/ 30m de raio.
Praça Floriano Peixoto	O nome é uma homenagem ao marechal Floriano Peixoto, presidente da República no período de 23 de novembro de 1891 até 15 de novembro de 1894.	I – 16	Ajardinada	Cruzamento das avenidas Brasil e do Contorno; Ruas Manaus e Domingos Vieira. Forma retangular. Antiga Praça Belo Horizonte, depois Praça Olegário Maciel. Pela planta original chamava-se Praça Belo Horizonte. Em 1929, pelo decreto nº 55, de 20 de dezembro, recebeu sua denominação atual. Pelo decreto nº 2 de 27 de abril de 1935, voltou a chamar-se Floriano Peixoto.
Praça Garibaldi		H – 13	Cruzamento com redução expressiva do seu perímetro.	Cruzamento da avenida Amazonas com as ruas São Paulo e Tamoios. Forma não definida.
Praça Hugo Werneck	O nome é uma homenagem ao médico Hugo Furquim Werneck.	I – 15	Ajardinada	Cruzamento das avenidas Mantiqueira e Francisco Sales; Ruas Ceará e Álvares Maciel. Forma Retangular. Antiga Praça 15 de Novembro. Recebeu esse nome em 1935, através do decreto nº3

				de 27 de abril.
Praça João Luiz Alves	O nome é uma homenagem ao advogado e político mineiro João Luiz Alves	J – 11	Ajardinada	Cruzamento das ruas Curitiba, Marília de Dirceu e Felipe dos Santos. Forma triangular. Antiga Praça do Bairro de Lourdes. (decreto/lei nº: 100, de 17 de setembro de 1941)
Praça João Pessoa	O nome é uma homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878/1930)	J – 14	Cruzamento com nome de praça	Cruzamento das avenidas Carandaí, Brasil e Bernardo Monteiro. Forma não definida. (decreto nº81 de 5 de agosto de 1930)
Praça da Liberdade	Na planta da Cidade de Minas, de 1895, a Praça da Liberdade era parte de um conjunto urbano formado, também, pela praça da República (Praça Afonso Arinos), pela avenida da liberdade (atual João Pinheiro), pelo Palácio da Liberdade e pela rua da Liberdade (atual Levindo Lopes), que seria a continuação da avenida da Liberdade a partir dos fundos da cidade.	J – 12 – 13	Ajardinada	
Praça Raul Soares	Advogado e jurista mineiro, eleito em 1922 o presidente do estado de Minas Gerais, tendo morrido no exercício do cargo.	H – 12	Ajardinada	Cruzamento das Avenidas Amazonas, Olegário Maciel, Bias Fortes e Augusto de Lima. Forma circular com 100m de raio. Antiga Praça 14 de Setembro. (lei nº 281, de 3 de outubro de 1924)

Praça Rio Branco	O nome é uma homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior (Rio de Janeiro, RJ, 20 de abril de 1845 / 10 de fevereiro de 1912), o Barão do Rio Branco, advogado, historiador, escritor e diplomata brasileiro.	G – 13	Ajardinada	Cruzamento das Ruas Curitiba e Caetés, Avenidas Paraná e Santos Dumont. Forma quadrada. Antiga Praça 14 de Fevereiro. (Lei Estadual nº 3452 de 14 de Fevereiro de 1912) Atual praça da rodoviária.
Praça Rui Barbosa	O Nome é uma homenagem ao jornalista, jurfídico e político baiano Antônio Rui Barbosa de Oliveira.	G – 14	Ajardinada	Cruzamento das Ruas Caetés, Bahia, e Avenidas Amazonas e Santos Dumont. Forma retangular. Antiga Praça da Estação. (lei nº 251, de 27 de setembro de 1923)
Praça 7 de Setembro		G – H – 13	Não-ajardinada. Cruzamento com nome de praça, engloba quarteirões fechados.	Cruzamento das Avenidas Afonso Pena e Amazonas. Forma circular com 100m de diâmetro. Antiga Praça 12 de Outubro.
Praça 13 de maio		I – 14	Ajardinada para cruzamento com nome de praça. Expressiva do seu perímetro.	Cruzamento das avenidas Francisco Sales e Brasil. Já possuiu forma Circular com 50m de raio. Antiga Praça 14 de Julho. (Decreto nº 140 de 7 de maio de 1943).
Praça 21 de Abril		J – 14	Ajardinada e circular até a década de 1960. Hoje é cruzamento com nome de praça e abriga o monumento em	Cruzamento das avenidas Brasil e Afonso Pena. Atualmente conhecida como Praça Tiradentes. Hoje, trata-se de um cruzamento com uma estátua no canteiro central da

			homenagem à Tiradentes.	avenida Afonso Pena.
Praça Coronel Benjamim Guimarães	Na planta original de 1895, chamava-se Praça Sete de Setembro e a atual Praça Sete tinha o nome Doze de Outubro. Em 1922, nas comemorações do Centenário da Independência, as duas trocaram os nomes, já que a antiga praça Doze de Outubro recebeu, na ocasião, a pedra fundamental do obelisco comemorativo do centenário. Essa troca foi feita sem nenhuma legislação especial.		Não existe mais.	Cruzamento das ruas Claudio Manuel e Ceará com as Avenidas Getúlio Vargas e Afonso Pena.